

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

GUILHERME PAUL BERDÚ

Disputas hegemônicas, imperialismo e intervenções no século XXI: as eleições
presidenciais na Bolívia em 2019 e a atuação da Organização dos Estados
Americanos (OEA)

São Paulo – SP
2023

GUILHERME PAUL BERDÚ

Disputas hegemônicas, imperialismo e intervenções no século XXI: as eleições presidenciais na Bolívia em 2019 e a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Paz, Resolução de Conflitos e Gerenciamento de Crises”.

Orientadora: Profa. Dra. Suzeley Kalil

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Amélia Penido Oliveira

São Paulo – SP

2023

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Berdú, Guilherme Paul.

B486 Disputas hegemônicas, imperialismo e intervenções no século XXI : as eleições presidenciais na Bolívia em 2019 e a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) / Guilherme Paul Berdú. – São Paulo, 2023.
92 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Suzeley Kalil Mathias.

Coorientadora: Ana Amélia Penido Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2023.

1. Eleições – Bolívia – Séc. XXI. 2. Bolívia – Política e governo – Séc. XXI. 3. Organização dos Estados Americanos. 4. Estados Unidos – Relações exteriores. 5. Hegemonia – Estados Unidos. I. Título.

CDD 324.984

GUILHERME PAUL BERDÚ

Disputas hegemônicas, imperialismo e intervenções no século XXI: as eleições presidenciais na Bolívia em 2019 e a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Paz, Resolução de Conflitos e Gerenciamento de Crises”.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Amélia Penido Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a. Dr^a. Ana Amélia Penido Oliveira (Universidade Estadual de Campinas)

Prof^a. Dr^a. Loreta Telleria Escobar (Observatorio de Democracia y Seguridad)

Prof. Dr. Matheus de Oliveira Pereira (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos)

São Paulo, 06 de setembro de 2023.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta dissertação apresentou um debate teórico sobre hegemonia e imperialismo, e analisou as eleições presidenciais da Bolívia em 2019 com enfoque nos relatórios produzidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Buscamos contribuir à identificação das diferentes modalidades de intervenção que impactam as sociedades latino-americanas no século XXI.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This dissertation presented a theoretical debate on hegemony and imperialism, and analysed the 2019 Bolivian presidential elections with a focus on the reports produced by the Organisation of American States (OAS). We sought to contribute to the identification of the different intervention modalities that impact the Latin-American societies in the 21st century.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta disertación presentó un debate teórico sobre hegemonía e imperialismo, y analizó las elecciones presidenciales bolivianas de 2019 con enfoque en los informes producidos por la Organización de los Estados Americanos (OEA). Buscamos contribuir a la identificación de las diferentes modalidades de intervención que impactan a las sociedades latinoamericanas en el siglo XXI.

RESUMO

O objetivo neste trabalho é apresentar de que forma as disputas hegemônicas se manifestam no século XXI, e as diferentes táticas utilizadas para intervir na região latino-americana no interior de uma mesma estratégia: ampliar a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) na América Latina. Enfatizaremos sobretudo as táticas de intervenção que promovam desestabilização e rupturas de regimes, tendo como exemplo a ser estudado as eleições presidenciais bolivianas em 2019. Na ocasião, a Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou um relatório indicando dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral, e mesmo com o comprometimento do presidente reeleito, Evo Morales, em realizar um novo pleito, as Forças Armadas, após distúrbios urbanos violentos, sugeriram que o presidente renunciasse ao cargo. Para tal, como método, realizamos um levantamento histórico, uma revisão teórica-conceitual, análise documental, e compilamos uma hemeroteca para apresentar as eleições presidenciais da Bolívia em 2019. Para compreender o papel exercido pela OEA, selecionamos o informe preliminar, divulgado no dia 23 de outubro de 2019, e o informe final de análise de integridade eleitoral, divulgado em 4 dezembro do mesmo ano. O trabalho apresenta o amplo leque de táticas à disposição do centro global em sua disputa pela hegemonia, revisa as eleições presidenciais bolivianas e a trajetória de Morales até o pleito de 2019, e conclui com a descrição das táticas de intervenção presentes no impedimento da posse do presidente reeleito, no qual destacam-se o papel da OEA, das FA e das elites locais.

Palavras-chave: eleições – Bolívia – séc. XXI; Bolívia – política e governo – séc. XXI; Organização dos Estados Americanos; Estados Unidos – relações exteriores; hegemonia – Estados Unidos.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present how hegemonic disputes occur in the 21st century, and the different tactics used to intervene in the Latin American region within the same strategy: to expand the hegemony of the United States of America (USA) in Latin America. We focus mainly on intervention tactics that promote destabilization and rupture of regimes, with the Bolivian presidential elections in 2019 as an example to be studied. At that time, the Organization of American States (OAS) released a report indicating doubts about the fairness of the electoral process, and even with the commitment of the re-elected president, Evo Morales, to hold a new election process, the Armed Forces, after violent urban disturbances, suggested that the president should resign from the post. To this end, as method, we conducted a historical survey, a theoretical-conceptual review, documentary analysis, and compiled a newspaper library to present the presidential elections of Bolivia in 2019. To understand the role played by the OAS, we selected the preliminary report, released on the 23rd of October, 2019, and the final electoral integrity analysis report, released on the 4th of December of the same year. The paper presents the wide range of tactics available to the global centre in its dispute for hegemony, reviews the Bolivian presidential elections and Morales' trajectory until the 2019 election, and concludes with a description of the intervention tactics involved in preventing the re-elected president from taking office, in which the role of the OAS, the Armed Forces and local elites stand out.

Keywords: elections – Bolivia – 21st century; Bolivia – politics and government – 21st century; Organization of American States; United States – foreign relations; hegemony – United States.

RESUMEN

El objetivo en este trabajo es presentar cómo se manifiestan las disputas hegemónicas en el siglo XXI, y las distintas tácticas utilizadas para intervenir en la región latinoamericana dentro de una misma estrategia: ampliar la hegemonía de Estados Unidos de América (EE. UU.) en América Latina. Nos centraremos principalmente en las tácticas de intervención que promuevan la desestabilización y la ruptura de regímenes, con las elecciones presidenciales bolivianas de 2019 como ejemplo a estudiar. En la ocasión, la Organización de los Estados Americanos (OEA) publicó un informe indicando dudas sobre la imparcialidad del proceso electoral, e incluso con el compromiso del presidente reelecto, Evo Morales, de realizar nuevos comicios, las Fuerzas Armadas, después de violentos disturbios urbanos, sugirieron al mandatario que se retirara del cargo. Para ello, como método, realizamos un levantamiento histórico, una revisión teórico-conceptual, análisis documental y compilamos una hemeroteca para presentar las elecciones presidenciales de Bolivia en 2019. Para comprender el rol ejercido por la OEA, seleccionamos el informe preliminar, publicado el día 23 de octubre de 2019, y el informe final de análisis de integridad electoral, publicado el día 4 de diciembre del mismo año. El trabajo presenta la amplia gama de tácticas de que dispone el centro global en su disputa por la hegemonía, repasa las elecciones presidenciales bolivianas y la trayectoria de Morales hasta las elecciones de 2019, y concluye con una descripción de las tácticas de intervención presentes en el impedimento de la toma de posesión del presidente reelegido, en las que se destacan el papel de la OEA, de las Fuerzas Armadas y de las élites locales.

Palabras clave: elecciones – Bolivia – siglo XXI; Bolivia – política y gobierno – siglo XXI; Organización de los Estados Americanos; Estados Unidos – relaciones exteriores; hegemonía – Estados Unidos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Comissões temáticas da constituinte boliviana.....	47
Quadro 2 – Partidos, alianças e agrupamentos civis participantes.....	49
Quadro 3 – Distribuição de representantes por organização política.....	50
Mapa 1 – Organização política com maioria por seção municipal.....	51
Quadro 4 – Seções do informe final de análise de integridade eleitoral.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I GM	Primeira Guerra Mundial
II GM	Segunda Guerra Mundial
AL	América Latina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CC	<i>Comunidad Ciudadana</i>
CEPR	<i>Centre for Economic and Policy Research</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNE	<i>Corte Nacional Electoral</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
IPSP	<i>Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos</i>
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MDS	<i>Movimiento Democrático Social</i>
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MNR	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario</i>
MOE	Missão de Observação Eleitoral
Nafta	<i>North American Free Trade Agreement</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEP	<i>Órgano Electoral Plurinacional</i>
OIs	Organismos Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
Podemos	<i>Poder Democrático y Social</i>
SI	Sistema Internacional
TCP	<i>Tribunal Constitucional Plurinacional</i>
TED	<i>Tribunales Electorales Departamentales</i>

TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TREP	<i>Transmisión de Resultados Electorales Preliminares</i>
TSE	<i>Tribunal Supremo Electoral</i>
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Usaid	<i>United States Agency for International Development</i>
YLB	<i>Yacimientos de Lítios Boliviano</i>
YPFB	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HEGEMONIA E IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI.....	12
2.1	Percurso histórico e conceitual.....	12
2.2	Imperialismo: fase superior do capitalismo.....	21
2.3	A América Latina frente ao imperialismo do século XXI.....	24
2.4	Táticas de intervenção no século XXI.....	31
3	AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA BOLÍVIA EM 2019.....	42
3.1	Quadro geral latino-americano.....	42
3.2	A inserção do projeto boliviano.....	45
3.3	Divisões étnico-raciais, de recursos e as incursões dos EUA.....	53
3.4	O processo eleitoral de 2019.....	58
3.5	A missão de observação eleitoral da OEA.....	62
3.6	Alguns dos porquês da intervenção e as táticas utilizadas em 2019 na Bolívia.....	77
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
	REFERÊNCIAS.....	84

1 INTRODUÇÃO

O texto que aqui se apresenta é resultado de uma inquietação anterior a respeito da crise da democracia no mundo e, sobretudo, dos regimes assim chamados na América Latina (AL). Neste caso, na AL, os exemplos apontam interferências externas que aceleram descompassos internos com vistas a favorecer o predomínio de uma postura colonizada da região, subjugada aos países centrais e seus objetivos. O principal objetivo neste trabalho é analisar as formas de disputa pela hegemonia global no século XXI, a permanente manifestação do imperialismo, e as táticas utilizadas para alcançar seus objetivos.

O imperialismo do século XXI se expande do território físico, para os âmbitos econômico, militar, e para o modo de compreender o mundo. A ontologia do centro tem prevalecido (Dussel, 1977), mas movimentos decoloniais surgem para libertar o pensamento (Fanon *apud* Instituto Tricontinental, 2020) e promover uma diversidade epistêmica (Grosfoguel, 2020). De certa forma, desde os anos 1990, a Bolívia vem desafiando as concepções coloniais do pensar. Por outro lado, da hegemonia dos EUA não se pode escapar, ao menos ileso (Césaire, 2020).

Entende-se que o ocorrido na eleição presidencial na Bolívia, em 2019, permite identificar algumas das táticas aplicadas que culminaram na sugestão do comandante em chefe das Forças Armadas (FA) ao presidente reeleito, Evo Morales, para que ele entregasse seu posto. Este pronunciamento foi feito em meio a protestos urbanos violentos e após divulgação de relatório produzido pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Após ter acompanhado o processo eleitoral, a OEA apresentou dúvidas sobre a lisura do pleito, e recomendou a realização de um segundo turno devido a um conjunto de irregularidades observadas, as quais apresentaremos em detalhes mais adiante. Visando contribuir com o debate, apresentamos um levantamento teórico-conceitual sobre hegemonia, imperialismo no século XXI, e táticas de intervenção. Ademais, estudamos o exemplo boliviano para jogar luzes à aplicação das táticas elencadas, com destaque ao uso de organismos regionais, neste caso, a OEA.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, “Hegemonia e imperialismo no século XXI”, apresentamos os conceitos de hegemonia e imperialismo, suas manifestações – especialmente na AL – fazendo uso de referencial bibliográfico preferencialmente latino-americano, e tendo como diretriz a pergunta: por

que e a quem interessa desestabilizar regimes políticos na AL? A parte final do primeiro capítulo, “Táticas de intervenção no século XXI”, está dedicada à compreensão das táticas utilizadas pela estratégia imperial na consecução dos seus objetivos. Nela tentamos responder à pergunta: como são realizadas as intervenções?

Já o segundo capítulo, “As eleições presidenciais na Bolívia em 2019”, é dedicado a apresentar o contexto das eleições de 2019 e sua condução. Buscaremos responder: quais as táticas empregadas no caso boliviano? Como se relacionam interesses externos e internos na destituição do presidente eleito? Por que, para que e como intervieram na Bolívia? De forma central, destrincharemos o relatório da OEA sobre o processo eleitoral, organismo regional cuja atuação consideramos um dos instrumentos (táticas) da política imperialista na região.

Nossa hipótese é que a OEA teve papel relevante na anulação do pleito junto aos protestos nas ruas, as elites locais e as FA do país. A condução deste trabalho adotou um método de revisão histórica e teórica-bibliográfica para apresentar os conceitos que permeiam o debate sobre hegemonia, imperialismo no século XXI e táticas de intervenção. Na sequência, após apresentação do histórico que precede o primeiro mandato de Morales até sua reeleição em 2019, realizou-se uma hemeroteca com artigos de periódicos com o intuito de apresentar a cadeia de acontecimentos que levam à renúncia do presidente reeleito. Apresentamos, desta forma, as diferentes táticas aplicadas para a destituição de Evo Morales. Considerando o enfoque na Missão de Observação Eleitoral (MOE) da OEA, realizamos uma análise documental através de leitura crítica, reflexiva e interpretativa, do informe preliminar e do informe final de análise de integridade eleitoral elaborados pelo organismo. Por fim, nas considerações finais, retomaremos brevemente o conteúdo dos capítulos para responder às perguntas enunciadas, assim como apresentaremos questionamentos para a continuidade da pesquisa.

2 HEGEMONIA E IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI

2.1 Percurso histórico e conceitual

O desenvolvimento do capitalismo tem como uma de suas partes integrantes um certo equilíbrio de poder, o que envolve a ascensão e queda de hegemonias (Arrighi, 1996). Sob distintas denominações e de acordo com os interesses do momento, Estados dominantes promovem intervenções em outros países para reconfigurar a ordem mundial em função de suas posições. O ato de intervir é tão antigo quanto os impérios (Ramírez, 2014), e por maior que seja a dominação de um país no Sistema Internacional (SI), sua hegemonia precisa ser constantemente alimentada, e esta é uma das razões pelas quais as intervenções nos países dominados ocorrem (Arrighi, 1996).

Hegemonia pode ser entendida como a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas, capaz de colocar em um plano universal todas as questões que geram conflito, liderando os demais Estados em uma direção pretendida (Arrighi, 1996). O berço da hegemonia está na racionalização do trabalho e na imposição de uma visão de mundo às classes subalternas; a construção de hegemonias exige uma transformação das relações sociais de produção e de novas concepções de mundo, consolidando uma forma de pensar e agir em um dado momento histórico (Gramsci, 2017).

Essa ontologia não surge do nada. Surge de uma experiência anterior de dominação sobre outros homens, de opressão cultural sobre outros mundos. Antes do *'ego cogito'* há um *'ego conquiro'* (o *'eu conquisto'* é o fundamento prático do *'eu penso'*). O centro se impôs sobre a periferia há cinco séculos. (Dussel, 1977, p. 15, tradução nossa).¹

Apesar de políticas de desenvolvimento no Sul Global² ao longo do século XX, as periferias seguem sendo periferias, agora marcadas por contradições internas

¹ No original: *"Esa ontología no surge de la nada. Surge de una experiencia anterior de dominación sobre otros hombres, de opresión cultural sobre otros mundos. Antes que el 'ego cogito' hay un 'ego conquiro' (el "yo conquisto" es el fundamento práctico del "yo pienso"). El centro se impuso sobre la periferia desde hace cinco siglos"* (Dussel, 1977, p. 15).

² O Sul Global não se refere apenas a uma posição geográfica. Trata-se de uma denominação que abrange países com certas dinâmicas de reprodução do capital que inviabilizam sua inserção no Sistema Internacional de modo soberano e autônomo, mesmo que esses países estejam em boa parte no hemisfério sul do globo. Portanto, a definição extrapola a posição do território no mundo (Moreira, 2021).

entre regiões modernizadas e outras pouco modernizadas. Tais contradições aumentam a dependência dos cinco monopólios do centro, quais sejam: 1) da tecnologia, apoiado por gastos militares; 2) do controle sobre o sistema financeiro global, com uma forte posição na hierarquia das balanças comerciais globais; 3) do acesso aos recursos naturais; 4) das comunicações internacionais e da mídia; 5) dos meios militares de destruição em massa. Na geopolítica do imperialismo contemporâneo, e na manutenção dos monopólios, o conflito é permanente e violento (Amin, 2006).

A colonização representou a negação da civilização que, em nome do progresso e das realizações da vida moderna, pisoteou culturas e religiões, confiscou terras, esvaziou sociedades e silenciou suas vozes (Césaire, 2020). Mais do que o domínio territorial, a colonização marca um processo de expansão, exploração, conquista e formação de uma hegemonia imperial (Hall, 2003).

Grandes áreas do planeta foram repartidas entre impérios à revelia da vontade de seus habitantes. Comunidades ancestrais foram violentamente separadas; inimigos de longa data foram forçados a conviver no mesmo espaço. (Domingues Neto, 2019, p. 28).

No caso da AL, a relação com o velho mundo foi baseada na exportação de ouro e prata, mercado amplamente mais rentável que o das especiarias asiáticas e de cereais da região Báltica. As consequências nefastas desses atos não se limitam às datas convencionadas pela historiografia, conforme defendido pelo estudioso colombiano, Juan Carlos Garavaglia:

[...] é óbvio que o uso do termo ‘período colonial’, ou ‘era colonial’ para falar de todo o período de 1492 a 1825, embora seja uma convenção geralmente aceita por historiadores de ambos os lados do Atlântico, pouco nos diz sobre as mudanças e permanências que a(s) sociedade(s) em questão tiveram nesses três longos séculos. É uma convenção, mas seu grau de conceituação como feito demarcatório e, sobretudo, como forma de periodização, é igual a zero. (Garavaglia, 2005, tradução nossa).³

O Reino Unido exerceu as funções de governo mundial do final do século XVII, após uma breve hegemonia holandesa, até o fim do século XIX. No primeiro momento, o sistema hegemônico inglês baseava-se na colonização direta dos territórios, na

³ No original: “[...] es obvio que el uso del término “período colonial”, o “época colonial” para hablar de todo el lapso que va desde 1492 a 1825, si bien es una convención generalmente aceptada por los historiadores de ambos lados del Atlántico, poco nos dice sobre los cambios y permanencias que la(s) sociedad(es) en cuestión ha(n) tenido en esos tres largos siglos. Es una convención, pero su grado de conceptualización como hito de demarcación y sobre todo, como forma de periodización, es igual a cero” (Garavaglia, 2005).

escravatura capitalista e no nacionalismo econômico, promovendo uma expansão do capitalismo através de companhias mercantis ultramarinas, no que ficou conhecido como mercantilismo. No século XVII, enquanto a Grã-Bretanha⁴ dedica seus recursos à expansão marítima, os demais países mantiveram suas forças canalizadas em lutas geograficamente mais próximas (Arrighi, 1996). Sobre este período, diz Marx:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. (Marx, 2017, p. 821).

Com os movimentos de independência nas colônias do último quarto do século XVIII até meados do século XIX, a Grã-Bretanha se reinventa e estabelece o imperialismo do livre comércio como novo modo de hegemonia mundial, reorganizando o SI para incorporar essa mudança. Doravante, no lugar do sistema estabelecido em 1648 com o Tratado de Vestfália (ou Tratado de Münster e Osnabrück), no qual inexistia uma autoridade acima dos Estados que operasse o sistema interestatal, o mercado mundial, regido por suas próprias leis, passa a exercer esta autoridade, embora do ponto de vista normativo e institucional, uma autoridade supranacional siga inexistindo. Desta forma, a Grã-Bretanha exerceu o controle dos meios de pagamento e formou um império sem precedentes. A série de crises e bifurcações do sistema capitalista ao longo do século XIX fizeram com que o Reino Unido perdesse o controle da Europa e mais tarde do equilíbrio global (Arrighi, 1996).

No último quarto do século XIX, observa-se a rápida ascensão de Alemanha e EUA (Arrighi, 1996); ambos os países acompanharam a Revolução Industrial inglesa de 1750 a partir de 1820, e tiveram uma segunda onda industrial em 1870, quando o Reino Unido já passava pela terceira onda. Para além de Alemanha e EUA, Bélgica, França, Holanda, Itália, Japão, Rússia e Suécia seguiram o mesmo caminho industrializante. Neste cenário, o aumento da produção industrial foi acompanhado pelo aumento da produção bélica e pelo acirramento das disputas coloniais na África e na Ásia, principalmente entre Alemanha, França e Grã-Bretanha. As unificações de

⁴ A Inglaterra é um país. Grã-Bretanha refere-se à ilha formada por Inglaterra, País de Gales e Escócia. Reino Unido refere-se ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, abarcando, portanto, Escócia, Inglaterra, País de Gales e Irlanda, hoje restringindo-se à Irlanda do Norte. A cidade de Londres funciona como capital da Inglaterra e do Reino Unido.

Itália, em 1870, e Alemanha, em 1871, lançaram os países tardiamente na busca por colônias, acirrando a disputa pela hegemonia no continente e acelerando a corrida armamentista (Döpcke, 2007; Lohbauer, 2005).

Não obstante os movimentos de independência até o final do século XIX, o processo de formação dos Estados nacionais na periferia ocorre em um contexto de insegurança local. Isto faz com que o ambiente externo se apresente como uma fonte de suporte para a legitimidade das elites locais. Diferente dos processos de formação dos Estados centrais, que ocorrem em um contexto de anarquia e ameaças externas, os países da periferia e da semiperiferia conduzem seus processos de independência e militarização de modo dependente (Wendt; Barnett, 1993). Doutrinas do âmbito militar são importadas e transpostas para o ambiente político. Neste processo, os mecanismos de vigilância passam a funcionar como extensão da guerra e motor para sua reprodução (Penido; Stédile, 2021).

Ainda no final do século XIX, mais especificamente com a crise de 1873, a livre concorrência de mercados deu lugar à formação de cartéis, os quais se tornaram a base da economia internacional no início do século XX e iniciaram a transformação do capitalismo em imperialismo. O capitalismo se mantém como um sistema de subjugação colonial, estrangulando a maior parte da população do planeta em prol de um conjunto de países que dominam o mundo e o arrastam para guerras por essa partilha (Lenin, 1917).

Conforme descreve Karl Marx: “Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência” (Marx, 2017, p. 786). Isto é observado ainda no período da acumulação primitiva, que é o ponto de partida do modo de produção capitalista e marca a separação do produtor/trabalhador dos meios de produção necessários para o desempenho de seu trabalho. (Marx, 2017).

Em 1910, dentre os quatro países mais ricos, França e Inglaterra são os capitalistas mais velhos e os mais ricos em colônias; EUA e Japão constituem os capitalistas avançados pela difusão de monopólios de produção e rápido desenvolvimento. Os demais países mantêm uma função de devedor dos quatro anteriores, cujas exportações de capital criam uma rede internacional de dependência do capital financeiro (Lenin, 1917).

Após a Primeira Guerra Mundial (I GM), os países da Tríplice Entente (França, Grã-Bretanha e Rússia), vitoriosos, caíram em bancarrota, ao contrário dos EUA, que

entraram mais tarde no conflito para apoiá-los; enquanto isso, os países Aliados (Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália) adentraram em processos de revolução interna. O Tratado de Versalhes de 1919 criou Estados-nações como Iugoslávia e Tchecoslováquia, aumentou os territórios de Itália, Polônia e Romênia, buscou lidar com o surgimento do regime bolchevique na Rússia, isolando-o, e, principalmente puniu a Alemanha como responsável pela guerra. O país perdeu a região da Alsácia e Lorena para a França, assim como o “corredor polonês”, separando-a da Prússia. Suas colônias foram transferidas para Grã-Bretanha e França, seu exército foi limitado a cem mil homens, submarinos foram proibidos, parte de seu território ocidental foi ocupado militarmente, e foram decretadas reparações em dinheiro, carvão e ferro. Ao mesmo tempo, o Tratado acabou por recrudescer problemas anteriores à eclosão da I GM e intensificou os sentimentos revanchistas e nacionalistas alemães (Döpcke, 2007; Lohbauer, 2005; Saraiva, 2007).

Enquanto isso, os EUA, principal e talvez único vencedor da guerra do ponto de vista econômico, assumem uma nova e prestigiosa posição na geopolítica mundial, mas voltam a se isolar do continente europeu ao não ratificar a criação da Liga das Nações. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) vê-se isolada dos demais países. Enquanto isso, a extrema direita ganha força: no Japão, o militarismo, que se manifestava desde o final do século XIX, consolida-se em 1931; na Itália, a partir de 1922, ascende o fascismo; e, na Alemanha, o nazismo prevalece a partir de 1933 (Döpcke, 2007; Lohbauer, 2005).

Na década de 1930, ascendem Alemanha e EUA, com relativa prevalência dos EUA, que, apesar do isolamento, levam a cabo a ideia do presidente Franklin Roosevelt de institucionalizar um governo mundial para estender ao mundo as medidas implantadas pelo *New Deal*. O país passa a adotar uma política com mais intervenção do Estado na economia, planejamento e investimento para diminuir o desemprego (Arrighi, 1996).

A partilha dos territórios do mundo continua no Entreguerras como uma nova etapa de evolução do sistema capitalista, não apenas como uma prática política, mas também como uma etapa de desenvolvimento do capital financeiro, de concentração da produção e formação de monopólios (Arrighi, 1996). É neste sentido que Vladimir Lenin antecipa que o imperialismo representa o nível monopolista mais avançado do capitalismo, uma transição da política colonial sobre territórios ainda não ocupados, para uma posse monopolista da terra repartida (Lenin, 1917).

Após uma década de prosperidade, irrompe nos EUA a Grande Depressão de 1929, que repercute mundialmente. É um período marcado por uma combinação de superprodução e subconsumo, resultando na falência de empresas, dívidas e desemprego. Com a dificuldade de arrecadação do Estado e manutenção de políticas de crescimento, o modelo de democracia liberal dos EUA passa a ser questionado, favorecendo a ascensão e consolidação do nazismo na Alemanha, do fascismo na Itália e do militarismo no Japão, os quais, alinhados na defesa do expansionismo territorial como solução para a crise que enfrentavam, estabelecem uma pré-aliança para a Segunda Guerra Mundial (II GM), formando o Eixo. Após as investidas territoriais do Eixo, forma-se o grupo de países Aliados, composto por Reino Unido, França, e mais tarde URSS, invadida em 1941, e EUA no final do mesmo ano (Lohbauer, 2005; Saraiva, 2007).

Após a II GM (1939-1945), o mundo é marcado pela disputa entre os EUA e a URSS, que, até 1970, partilham e dominam o mundo com relativa tolerância se considerarmos as capacidades bélicas de ambos. A relação entre os países se flexibiliza mais e caracteriza o período da *détente* da Guerra Fria. A distensão permite que interesses diversos daqueles defendidos pelas duas identidades forjadas ascendam: na Europa, seu espírito integracionista; na Ásia, África e AL, movimentos de autoafirmação (Saraiva, 2007).

Após a queda do muro de Berlim em 1989, e a dissolução da URSS em 1991, diferentes lideranças regionais passam a se destacar, mas são os EUA que prevalecem como *hegemon* (Almeida, 2007; Arrighi, 1996). A hegemonia dos EUA é resultado de uma conjunção de fatores de poder. Apesar de ter seu avanço industrial confrontado pela recuperação japonesa e europeia, os EUA prevalecem no sistema financeiro internacional. Ademais, seu poder militar não encontra paralelos na história (Amin, 2006).

É neste contexto que boa parte dos teóricos deixa de utilizar o termo imperialismo, especialmente com o avanço da globalização, preterindo o termo em análises para compreender a nova etapa do capitalismo. Ganha fôlego a ideia de divisão do mundo em um sistema que coincide com a divisão social do trabalho entre centro, semiperiferia e periferia, denominado sistema-mundo.

A perspectiva do sistema-mundo é definida como uma crítica aos pressupostos das ciências sociais modernas, que teriam deslocado a análise da unidade sistema-mundo para estruturas e subestruturas que ela contém, com a promessa de uma

objetividade que não podem cumprir (Mariutti, 2012). A abordagem ascende também como contraponto à teoria da modernização e sua promessa de progresso automático (Wallerstein, 1998b *apud* Mariutti, 2012). O elemento chave dessa perspectiva é a ênfase no sistema enquanto unidade de análise no lugar de estruturas menores contidas por ele, como o Estado e a sociedade. O termo “mundo” se refere a uma unidade grande na qual existe uma divisão do trabalho. Os sistemas-mundo são históricos e sistêmicos, ou seja, em algum momento se afastam do equilíbrio e entram em crise estrutural terminal (Wallerstein, 2012).

Segundo Mariutti (2012), as partes que compõem o sistema-mundo estão em luta constante para moldá-lo a seus interesses. Na modernidade, o sistema-mundo é uma economia-mundo capitalista, assim, o acumular por acumular é o princípio norteador do sistema, que ao definir uma hierarquia de tarefas entre as partes que o compõe, implica na transferência de mais-valia da periferia para o centro. Entre os dois extremos, encontra-se a semiperiferia, que combina características de ambos e funciona como centro aos países periféricos, e como periferia intermediária que amortece tensões e ajuda a manter o sistema vigente. O sistema-mundo é dinâmico, tanto pelas lutas daqueles que estão no centro, como daqueles da semiperiferia e periferia, que aproveitam momentos de crise para galgar posições mais privilegiadas no sistema, ameaçando seu centro com alguma possibilidade de transformação mais significativa (Mariutti, 2012).

Em uma perspectiva latino-americana, Ana Esther Ceceña, apresenta a geopolítica do disciplinamento global em três grandes regiões:

- a) *Aliados*: área desenvolvida agrupada em organismos internacionais, comprometida com o cumprimento de normas que assegurem a manutenção do *status quo* e da propriedade privada;
- b) *La bisagra*: países semidesenvolvidos ou emergentes, que mesmo com dificuldades respeitam as regras do jogo da política internacional para se manterem dentro da dinâmica do SI; são importantes tanto por seu tamanho geográfico e riquezas, como por operar politicamente como ligação, ou ponta de lança, no convencimento ou recuperação dos países da *brecha crítica* – definida à frente; logo, os países aliados confiam nos acordos assinados com estes países, sem a

necessidade de intervenção pela força; o grupo inclui África do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia e Rússia;

c) *Área de riesgo, ingobernable o brecha crítica*: grupo de países nos quais há insubordinação frente às regras dos órgãos econômicos mundiais, rebeliões, fontes de indisciplina, regiões conflitivas, ingovernáveis e que constituem para os aliados fontes de risco a áreas vizinhas e ao sistema mundial, e, portanto, devem ser mantidas sobre supervisão e executar intervenções oportunamente (Ceceña, 2014).

Adiciona-se que as políticas dos EUA são desenvolvidas tendo em conta estas três regiões do mundo e as intervenções militares do século XXI têm se destinado à *brecha*, que envolve quase em sua totalidade áreas ricas em biodiversidade, água, petróleo, gás e minérios essenciais (Penido; Stédile, 2021).

Para o economista argentino, Esteban Mercatante, com a eleição de George W. Bush, em 2000, e os ataques de 11 de setembro de 2001, os EUA voltaram a externalizar suas intenções de continuar como centro de um projeto imperialista, com uma agenda de intervenções unilaterais, iniciada no Afeganistão e no Iraque. No entanto, o país entra no século XXI com sua hegemonia em descenso, principalmente em razão das crises que atingem diferentes áreas econômicas, com desindustrialização, bancarrota de grandes bancos, golpes financeiros e falências. Ainda assim, os EUA continuam a ser a potência dominante (Mercatante, 2021).

Embora em claro declínio, continua a ser a potência imperialista dominante, tendo uma vantagem esmagadora sobre qualquer outro Estado imperialista na maioria das áreas (militar, financeira, expansão do capital internacional, peso mundial de sua moeda, inovação, etc.). Definir o alcance de seu declínio e as perspectivas, e como a classe dominante responderá, é a chave para determinar se estamos caminhando para um estágio de choques maiores. (Mercatante, 2021).

Se compararmos com o pós-guerra, a economia dos EUA está em deterioração. Ao sair melhor do que Europa e Japão da crise de 2008, o déficit comercial e a desindustrialização dos EUA têm sido compensados por uma supremacia financeira e de novas tecnologias para fazer frente à ascensão da China e aos choques com a Rússia. Ainda assim, os EUA preservam seu lugar de império dominante, de centro da ordem capitalista mundial, com uma ideologia intervencionista anunciada, e com uma ampla rede de países subordinados a seus

interesses. O declínio da hegemonia estadunidense não está predeterminado e uma queda lenta pode coexistir com sua supremacia econômica, tecnológica e militar (Katz, 2020).

Apesar de estarmos diante de um momento de crise da hegemonia dos EUA e entrando no caos que precede a ascensão de uma nova hegemonia ou de um novo sistema (Mercatante, 2020), somado aos processos de independência e da emergência de epistemologias críticas ao colonialismo, o imperialismo segue vigente, embora o uso do termo tenha diminuído após a libertação das colônias africanas, da vitória do Vietnã, do fim dos governos militares na América Latina e da derrocada da URSS (Domingues Neto, 2019).

A globalização do final do século XX não marca o fim do imperialismo (ou da história) conforme aventado por alguns teóricos, pelo contrário. Há um salto qualitativo do imperialismo, na contramão do discurso de que a globalização marca a interdependência de todas as nações sem considerar suas assimetrias econômicas e políticas que definem suas relações e a posição relativa de cada unidade no sistema (Borón, 2012).

É importante destacar que o imperialismo não opera como um fator externo, independente das estruturas de poder da periferia, mas através de uma articulação entre as classes dominantes a nível global. Uma burguesia imperial – mais especificamente oligarquias financeira, petroleira e industrial – dita suas condições às classes dominantes na periferia do sistema, enquanto sócias menores, que permitem e abrem caminhos para o capital imperialista em troca de vantagens e benefícios para seus próprios negócios. Apesar de suas raízes econômicas, o imperialismo se manifesta no terreno político, militar e ideológico (Borón, 2012) e

[...] exige a morte prematura por doenças perfeitamente curáveis e preveníveis, ou simplesmente de fome, de 100.000 pessoas por dia, em sua maioria crianças. Sustentar este sistema, onde alguns milhares de bilionários têm uma renda equivalente à de 50% da população mundial; onde enquanto um quinto da população mundial desperdiça energia de origem fóssil e não renovável, os 20% mais pobres praticamente não têm possibilidade de consumir qualquer tipo de energia e sobrevivem à beira da extinção; onde os avanços científicos e tecnológicos estão cada vez mais concentrados em um punhado de nações. Toda esta autêntica barbárie, com os seus vencedores e perdedores claramente identificados, só é possível porque o imperialismo continua a ter a capacidade de esmagar os seus adversários e de cooptar, enganar e chantagear os dóceis ou acomodados. Não é um império virtual benevolente, mas um sistema de crueldade infinita onde o sacrifício de dois terços da população mundial é realizado, dia após dia, na mais absoluta

impunidade e com plena consciência de seus perpetradores. (Borón, 2012, p. 62-63, tradução nossa).⁵

A desordem mundial provocada pelo capitalismo traz consequências nefastas. A seguir exploramos mais detalhes desta fase imperialista do capitalismo.

2.2 Imperialismo: fase superior do capitalismo

Vladimir Lenin, teórico e político russo, entende o imperialismo como uma fase do desenvolvimento capitalista centrada em cinco elementos: 1) concentração da produção e do capital, que resulta na formação de oligopólios, monopólios, trustes e cartéis de modo acelerado e com grande extensão; 2) fusão do capital bancário com o industrial, gerando o capital financeiro, a financeirização da economia em volume crescente, constituindo-se como eixo principal do processo de acumulação da oligarquia atual; 3) predomínio da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias; 4) disputa dos mercados mundiais pelos grandes oligopólios com o respaldo dos Estados; 5) divisão territorial do mundo através da luta intercapitalista entre as grandes potências (Lenin, 1917).

Os pesquisadores brasileiros Caio Bugiato e Tatiana Berringer apresentam o debate sobre imperialismo em três momentos: fundacional, pós-II GM, e início do século XXI. No primeiro debate, representado pelas perspectivas de Vladimir Lenin e Karl Kautsky, entendem-se as ocupações de territórios agrários de outros países pelas grandes potências de formas distintas. Kautsky vê no imperialismo uma forma de expansão do capitalismo que, após a formação de monopólios, traz fim à corrida armamentista a partir da aliança entre imperialismos, formando um ultraimperialismo (Kautsky, 2002 *apud* Bugiato; Berringer, 2021). Enquanto isso, para Lenin, o

⁵ No original: “[...] exige la muerte prematura por enfermedades perfectamente curables y prevenibles, o simplemente a causa del hambre, de 100 mil personas por día, en su mayoría niños. Sostener este sistema, en donde unos pocos miles de multimillonarios disponen de un ingreso equivalente al del 50% de la población mundial; en donde mientras la quinta parte de la población mundial derrocha energía de origen fósil y no renovable, el 20% más pobre prácticamente no tiene posibilidad de consumir algún tipo de energía y sobrevive al borde de la extinción; en donde los avances científicos y tecnológicos se concentran cada día más en un puñado de naciones. Toda esta auténtica barbarie, con sus ganadores y perdedores claramente identificados sólo es posible porque el imperialismo sigue teniendo su capacidad de aplastar a sus adversarios y cooptar, engañar, chantajear a los dóciles o acomodaticios. No se trata de un benévolo imperio virtual, sino de un sistema de una infinita crueldad en donde el sacrificio de las dos terceras partes de la población mundial se realiza, día a día, en la más absoluta impunidad y a plena conciencia de sus perpetradores” (Borón, 2012, p. 62-63).

imperialismo é uma fase de desenvolvimento do capitalismo. O imperialismo conduz à guerra em uma dinâmica perene do capitalismo (Lenin, 2005 *apud* Bugiato; Berringer, 2021), não havendo espaço para o ultraimperialismo defendido por Kautsky (Bugiato; Berringer, 2021).

O debate pós-II GM, representando por Harry Magdoff e Nicos Poulantzas, continua, para Bugiato e Berringer, em uma linha semelhante. Para Harry Magdoff, se, por um lado, os EUA adotam uma postura expansionista agressiva, não admitindo a contestação de sua hegemonia, por outro, as demais potências se vinculam aos estadunidenses em uma coesão vertical, com centros de influência e suas respectivas periferias (Magdoff, 1972, 1979 *apud* Bugiato; Berringer, 2021). Nicos Poulantzas, por sua vez, mantém o argumento da disputa recorrente criada pelo sistema no qual os EUA mantêm sua supremacia, mas com enfoque no fracionamento interno da classe dominante com relação ao capital estrangeiro. Como nesta nova fase de expansão é o capital financeiro externo que promove a ocupação de novos territórios, cabe às classes dominantes nacionais se aliarem a este capital ou combatê-lo (Poulantzas, 1976, 1978, 2004 *apud* Bugiato; Berringer, 2021).

Já no século XXI, terceiro momento, autores como Leo Panitch e Sam Gindin apresentam as tendências do império de dominação e exploração mundial, que não se baseiam mais na ocupação territorial, mas utilizam outros Estados, suas classes dominantes, regimes e organismos internacionais para se estender. Com isso, rivalidades interimperialistas seriam eliminadas e a integração entre as potências tornaria a guerra uma alternativa obsoleta enquanto este império informal perdurar (Panitch; Gindin, 2004, 2012 *apud* Bugiato; Berringer, 2021).

Em contrapartida, Alex Callinicos mantém viva a interpretação leninista de que o imperialismo é uma fase de desenvolvimento do capitalismo, ao interseccionar a competição geopolítica e econômica. A dominação sai da tradicional ocupação de território para ocupar outros espaços, como o controle do sistema financeiro internacional, dos preços, da moeda, de organismos internacionais e dos mercados. Porém, a superioridade bélica segue relevante, visto que a guerra ainda se apresenta como alternativa para a condução da política por outros meios. Ainda que possamos identificar uma tríade entre EUA, Europa ocidental e leste asiático, o mundo do século XXI não é, para o autor, um concerto de poder entre as grandes potências, haja vista as tensões recorrentes entre elas e posicionamentos distintos nos foros e organismos internacionais (Callinicos, 2009 *apud* Bugiato; Berringer, 2021).

Ao refletir sobre o debate em torno da expressão do imperialismo no século XXI e das tensões interimperiais, Mercatante assim os sintetiza:

A competição e o conflito – potencial ou efetivo – entre os países imperialistas, e a exploração do planeta por parte das empresas transnacionais e as finanças globais são duas dimensões que, longe de serem opostas ou separadas, devem ser abordadas de maneira integral como parte de uma compreensão do imperialismo contemporâneo. Acreditamos que ambas as dimensões devem ser pensadas em conjunto para desenvolver uma teoria do imperialismo que dê conta de como a economia mundial hoje se configura como uma totalidade hierárquica, como resultado da ação articulada do capital global e dos Estados mais poderosos. (Mercatante, 2021).

Para Atilio Borón, os cinco elementos apresentados por Lenin seguem vigentes, pois com a globalização, as regras do jogo, instituições e ideologias impostas pelo capitalismo global estabelecidas no final da II GM, permanecem. Assim, os organismos internacionais redefinem suas funções e táticas de intervenção na vida política, social e econômica e mantêm sua relevância, mas sempre a serviço do capital. A diferença é que o imperialismo atual, para Borón, tem indiscutivelmente os EUA como centro. A Europa segue como sócio menor, sem capacidade de impedir sequer os abusos e intervenções dos EUA em seu território. O aprofundamento da concentração monopólica se estende para os âmbitos tecnológico, financeiro, de acesso aos recursos naturais, dos meios de comunicação e das armas de destruição em massa (Borón, 2012).

Muito embora a ascensão da China represente um desafio à hegemonia dos EUA, é improvável que este confronto resulte no fim da ordem liberal, mas que o SI passe por turbulências, guerras e crises como um produto inevitável da expansão e sucesso do sistema capitalista (Fiori, 2018). Assim, em um mundo marcado pela prevalência dos EUA, com eventuais disputas de poder com China e Rússia, manifesta-se com forte prevalência a guerra colonial, sem descartar guerras contra aqueles que se coloquem em oposição ao império global dos EUA (Del Roio, 2007).

Afinal, podemos argumentar que o capitalismo traz consigo a guerra, pois além de ser um modo de produção, o capital é também um modo de destruição, que atinge seus limites de acumulação, os alarga e os recria de forma ilimitada. A continuidade da acumulação do capital precisa de fontes de atrito a tal ponto que guerra e capital passam, no extremo deste raciocínio, a ser um só e a mesma coisa (Alliez; Lazzarato, 2021).

A história do capitalismo é constituída por uma imensidão de guerras: de classe, raça, sexo, subjetividades e de civilização, visto que o processo de acumulação depende da promoção de guerras civis infinitas. Além do capitalismo ser o sistema mais mortífero da história, é também a civilização em que o trabalho, a ciência e a técnica criaram a possibilidade de extinguir as demais espécies que habitam o planeta. O capital e o neoliberalismo são ontologicamente antidemocráticos e promotores de um sistema gerido pelo mercado, e, portanto, desigual. A desconfiança com determinados regimes não acontece por vocação democrática ou pelo império da lei, mas por temer que estes fujam do controle do capital e de sua máquina de guerra (Alliez; Lazzarato, 2021). O novo imperialismo do século XXI – ou sua nova etapa – nos faz perceber quatro mudanças na estratificação global, conforme descreve o economista e geógrafo argentino, Claudio Katz:

Em primeiro lugar, há uma crise no bloco transatlântico, que redefine as relações internas entre o imperialismo dominante e seus parceiros, apêndices ou coimpérios. Em segundo lugar, verifica-se uma ascensão de segmentos intermediários, que se torna evidente ao distinguir o perfil econômico das semiperiferias e a singularidade geopolítica dos subimpérios. A terceira mutação destaca que o império em formação na China difere qualitativamente de outras potências emergentes. Finalmente, há uma reconfiguração das diversas modalidades de dependência em toda a periferia. (Katz, 2020, tradução nossa).⁶

Qual a situação da AL neste contexto? Esta é a pergunta que tentaremos responder na sequência.

2.3 A América Latina frente ao imperialismo do século XXI

Concordamos com Achille Mbembe que a ocupação colonial da modernidade no século XXI é um encadeamento de manifestação do poder disciplinar, biopolítico e necropolítico. A biopolítica é definida como o exercício do poder sobre a vida e o direito do soberano de matar usando o racismo como base; por sua vez, a necropolítica é entendida como expressão última da soberania de poder, e a capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer, fazendo morrer ou deixando viver. A

⁶ No original: “*En primer lugar hay una crisis en el bloque transatlántico, que redefine las relaciones internas entre el imperialismo dominante y sus socios, apéndices o coimperios. En segundo término, hay un ascenso de segmentos intermedios, que se clarifica distinguiendo el perfil económico de las semiperiferias y la singularidad geopolítica de los subimperios. La tercera mutación, destaca que el imperio en formación en China se diferencia cualitativamente de otras potencias en ascenso. Finalmente, hay una reconfiguración de las diversas modalidades de la dependencia en toda la periferia*” (Katz, 2020).

combinação destes elementos dá às potências uma absoluta dominação sobre os habitantes dos territórios conquistados (Mbembe, 2011).

Como fonte de minerais estratégicos, a AL tem a atenção tanto dos EUA como da China, ao ser uma das principais exportadoras de matérias-primas para ambos os países, inclusive de minerais estratégicos para indústrias de alta tecnologia (Bruckmann, 2011). Em 2007, ao traçar os desafios para a década 2007-2017, o Departamento de Interior dos EUA destacou que o acesso a recursos naturais afeta diretamente a segurança nacional do país (USGS, 2007). De acordo com a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2010, isto implica na possibilidade, uma vez exauridas as vias diplomáticas, de uso unilateral da força para a defesa dos interesses da nação (The White House, 2010). Na administração de Donald Trump (2017-2021), o documento foi atualizado para uma posição ainda mais assertiva. A visão de mundo dos EUA envolve o direito de mudar governos e regimes considerados uma ameaça aos interesses estadunidenses e, embora reconheçam a diversidade de valores e culturas, não deixam de reiterar a defesa dos seus próprios valores como se universais fossem (The White House, 2017).

Como estratégia para manter seus interesses ao redor do mundo, tanto a China como os EUA adotam o dividir para conquistar, ou seja, negociações e acordos bilaterais nos setores de mineração, petróleo, gás, produtos agrícolas e projetos de infraestrutura em empreendimentos conjuntos (*joint ventures*). No caso dos EUA, tais acordos desembocam em cooperação militar e exercícios conjuntos entre as FA dos países. O objetivo final é garantir acesso de longo prazo a recursos estratégicos (Bruckmann, 2011).

No tabuleiro da geopolítica mundial, a disputa global por minerais estratégicos direcionará os movimentos dos grandes consumidores de minerais para as principais reservas do planeta. A estratégia das potências hegemônicas inclui ação articulada e complexa para derrubar as barreiras políticas e econômicas, a fim de permitir o acesso de longo prazo sobre estes recursos. (Bruckmann, 2011, p. 228).

A alta dependência de China e EUA por minérios não é utilizada pelos países da AL para melhorar os termos de troca, ou avançar em políticas de industrialização, pelo contrário. No geral, a porcentagem das exportações de produtos primários tem crescido na balança comercial dos países da região no século XXI. Porém, enquanto os países desenvolvidos iniciam a entrada em uma era pós-industrial, os países da

AL sofrem o impacto da nova onda de inovação tecnológica sem ter conseguido os benefícios do ciclo anterior (Bruckmann, 2011).

O fim da ordem liberal inaugurada em 1991 e a presença da China, enquanto desafio à hegemonia dos EUA, são parte de um processo da expansão e do próprio sucesso do sistema capitalista, que dependem da competição e do antagonismo para manutenção da força das potências e da organização das hierarquias no sistema. A estabilização do sistema seria uma ilusão, pois o próprio *hegemon* necessita de competição e da guerra para seguir acumulando poder e riqueza, muitas vezes destruindo as próprias instituições e regras que criou para dar origem a outras. De acordo com este raciocínio, não haverá paz perpétua ou hegemonia estável (Fiori, 2018).

Dessa forma, se consegue entender melhor por que é logicamente impossível que alguma potência hegemônica, qualquer que seja, possa estabilizar o sistema mundial, como pensa a teoria dos ciclos hegemônicos. A própria potência – que deveria ser o grande estabilizador, segundo aquela teoria – precisa da competição e da guerra, para seguir acumulando poder e riqueza. Para se expandir, muitas vezes, ela precisa ir além e destruir as próprias regras e instituições que ela mesma construiu, quase sempre depois de uma grande vitória militar. Por isto, ao contrário da utopia hegemônica, neste universo em expansão nunca houve nem haverá paz perpétua, nem hegemonia estável. Pelo contrário, trata-se de um universo que precisa da guerra e das crises para poder se ordenar e se estabilizar – sempre de forma transitória – e manter suas relações e estruturas hierárquicas. (Fiori, 2018, p. 58).

A guerra e as crises são necessárias para ordenar, estabilizar e manter a estrutura hierárquica. Enquanto alguns analistas apresentam o confronto entre China e EUA como o fim da ordem vigente, o mais provável é que o sistema passe por turbulências e guerras que universalizem o sistema interestatal capitalista (Fiori, 2018). Para a AL e o Caribe, enquanto periferias, deve restar uma política mais agressiva e belicista. Exemplo disto é o golpe de Estado na Bolívia em 2019. (Grosfoguel, 2021).

Espaços passam a ser ocupados com o objetivo de garantir a manutenção do capitalismo, a disponibilidade de recursos naturais, e a primazia dos EUA no interior das hierarquias e das dinâmicas de poder existentes rumo a um domínio de espectro completo.

A hegemonia se constrói no espectro completo, um espectro cheio de dobras que se sobrepõem e se desdobram para tecer a história. A construção da hegemonia é, portanto, um processo de alisar e combinar essas dobras e formar novas topografias de poder. Não basta um resguardo militar se as comportas econômicas não forem abertas e nada disso é possível sem a instalação de um imaginário possibilitador. O primeiro degrau da hegemonia

consiste em universalizar a visão de mundo, o *american way of life*, para permitir fluir de maneira relativamente ágil as políticas econômicas que favoreçam a integração hemisférica sob esse manto e os ativos das empresas mais poderosas instaladas no continente. Concretamente, a hegemonia se manifesta na implementação, institucionalmente consensual, embora os povos possam expressar seu rechaço, de um conjunto de políticas, projetos, normas e práticas através das quais se organiza o território em seu conjunto. (Ceceña, 2014, p. 128-129, tradução nossa).⁷

Para tal, a ocupação continental envolve três flancos: 1) econômico, através de tratados econômicos bilaterais e blocos econômicos em que o capital impõe suas regras, apodera-se do território e corrompe governos; 2) territorial, com projetos de reorganização do espaço, subjugando-o ao capital, e projetos de infraestrutura que facilitem a abertura ao mercado mundial e aumentem a produção de *commodities*; 3) militar, aplicada em situações de saque, violência e com a presença militar dos EUA, inicialmente em exercícios militares conjuntos, e que gradativamente permitem a formação de uma rede de bases militares dos EUA na AL, a influência nas doutrinas militares, a disseminação de leis criminalizantes e o combate a um suposto terrorismo, além de acordos sub-regionais de segurança. Somado a esses flancos, a estratégia envolve ainda bloqueios econômicos, conflitos fronteiriços, operações de desestabilização de regimes e golpes de Estado. Esta é a estratégia de domínio de espectro completo (Ceceña, 2014).

Ao serem o principal promotor do processo de globalização, os EUA são também os principais afetados por essa transformação, perdendo posições na produção e no comércio mundial. A recuperação da primazia do país no sistema internacional apareceu como uma das promessas de Donald Trump para as eleições presidenciais em 2016, o que exigia submeter a China e reconquistar o domínio pleno na AL. A gravitação geopolítica da coerção reabilita a teoria do imperialismo em sua versão contemporânea, baseada no neoliberalismo, mas com especificidades locais. No caso da AL, observa-se a emergência de uma direita que canaliza um

⁷ No original: “*La hegemonía se construye en el espectro completo, un espectro lleno de pliegues que se superponen y se desdoblan para ir tejiendo la historia. La construcción de hegemonía es así un proceso de alisamiento y combinación de esos pliegues y de formación de nuevas topografías del poder. No basta un resguardo militar si no se abren las compuertas económicas y nada de esto es posible sin la instalación de un imaginario posibilante. El primer peldaño de la hegemonía consiste en universalizar la visión del mundo, el american way of life, para permitir fluir de manera relativamente ágil las políticas económicas que favorecen la integración hemisférica bajo este manto y los acervos de las más poderosas empresas instaladas sobre el Continente. Concretamente la hegemonía se manifiesta en la implantación, institucionalmente consensual, aunque los pueblos puedan expresar su rechazo, de un conjunto de políticas, proyectos, normas y prácticas mediante las cuáles se organiza el territorio en su conjunto*” (Ceceña, 2014, p. 128-129).

descontentamento e uma reação ao ciclo progressista pelo qual a região passou (Katz, 2020).

Os EUA recorrem a um bilateralismo mercantilista com prioridade de submeter a China, especialmente na batalha tecnológica, exigindo abertura do mercado chinês, e concessões econômicas irrestritas de Alemanha, Canadá e Japão. Neste contexto, aumenta a atração da AL para a estratégia econômica dos EUA, que necessitam recuperar espaço na região. Para isso, uma estratégia mais ofensiva é adotada no hemisfério para reforçar velhas relações de subordinação e conter a expansão chinesa, conforme resume Claudio Katz:

No passado, os Estados Unidos recorriam ao intervencionismo explícito e consideravam a América Latina como seu pátio dos fundos. Mantiveram a audácia quando ainda eram um império informal, baseado na dominação econômica, e não na ocupação territorial. Agora, Trump tenta impor outra vez essa dominação histórica. (Katz, 2020, p. 3, tradução nossa).⁸

Entre janeiro de 2017 e janeiro de 2021, Donald Trump obteve avanços contraditórios. Por um lado, conseguiu uma revisão favorável às empresas estadunidenses do *North American Free Trade Agreement* (Nafta), assegurando direitos de propriedade intelectual e pagamento de patentes. Enquanto foi capaz de conter os auspícios brasileiros de seguir como grande empreiteiro de obras públicas internacionais, não logrou reduzir a presença de obras realizadas por empresas chinesas (Katz, 2020).

Do ponto de vista bélico, Trump flertou com a ideia de uma intervenção na Venezuela, mas não ouviu de volta o respaldo interno que esperava, reforçando que o contexto atual é distinto daquele que possibilitou a ocupação de Granada em 1983, e do Panamá em 1989. No discurso, o presidente dos EUA manteve sua postura supremacista imperialista, com um tom depreciativo e insultos dirigidos à AL, defendendo a expansão dos muros nos EUA para, em suas palavras, proteger o nacionalismo estadunidense da “invasão” mexicana, caribenha e de outros imigrantes. Somadas, estas táticas lograram expandir a ressonância da hostilidade frente à AL de um setor secundário reacionarista para a maioria dos republicanos (Katz, 2020).

O posicionamento atualizado dos EUA para o continente americano é ter uma base de suporte para controle e dominação dos espaços em escala global. A ideia por

⁸ No original: “En el pasado, Estados Unidos recurría al intervencionismo explícito y consideraba a Latinoamérica como su patio trasero. Mantuvo ese descaro cuando ya era un imperio informal, basado en la dominación económica y no en la ocupación territorial. Ahora Trump intenta reimponer esa dominación histórica” (Katz, 2020, p. 3).

trás desse posicionamento é de que os EUA, enquanto sujeito hegemônico, possam aproveitar a oportunidade que se apresenta para sua emergência como líder mundial, em um contexto sem Guerra Fria e sem poderes militares equivalentes para confrontá-lo. O país redefine metas, espaços, meios, tecnologias, repensa os pontos críticos de sua política externa, mas sem renunciar à dominação de espectro completo (Joint, 1998 e 2000 *apud* Ceceña, 2014), inclusive da AL (Ceceña 2014).

A política de dominação de espectro completo – que condensa experiências, objetivos, riscos, capacidades e saberes, todos encaminhados ao redesenho de rotas, mecanismos e variantes da consolidação dos Estados Unidos como líder indispensável, como a potência hegemônica indiscutível – considera o momento atual como de oportunidade histórica – em boa medida pelo colapso do campo socialista –, no qual os Estados Unidos têm a possibilidade e as condições para constituir-se cabalmente em líder planetário e anuncia seu plano estratégico correspondente. (Ceceña, 2014, p, 124, tradução nossa).⁹

A novidade desta concepção tem sua virtude na articulação de estratégias setoriais executadas por diferentes atores na busca pela supremacia dos EUA, detalhando-se cada um dos espaços (terrestre, atmosférico, subterrâneo, nas águas, público e privados) do espectro onde se podia precaver de um potencial inimigo. Para tal, é possível adotar mecanismos panópticos para vigilar pensamento e ação, como câmeras, sistemas de dados, chips e programas espões, e, com isso, promover o controle de populações (Ceceña, 2014).

Enquanto isso, a China tenta preservar uma estratégia geopolítica defensiva, incompatível com sua expansão econômica, disputando diretamente com os EUA a liderança do mercado global e da primazia tecnológica – exemplo disso é a disputa em torno da tecnologia 5G. Ou seja, há um embate de um império ainda predominante com outro em formação. A predominância dos EUA é mantida pela superioridade bélica, que reforça a postura estadunidense de agressor e a postura defensiva chinesa. De toda forma, a crítica à postura mais violenta dos EUA frente à AL não justifica a leniência com a expansão externa da China, que também é uma estratégia motivada pelo lucro sob uma retórica de pacifismo e colaboração, mas não por isso menos ofensiva ou benevolente (Katz, 2020).

⁹ No original: “*La política de dominación de espectro completo – que resume experiencias, objetivos, riesgos, capacidades y saberes, todos encaminados al rediseño de las rutas, mecanismos y variantes de la consolidación de Estados Unidos como el líder indispensable, como la potencia hegemónica indiscutible – considera el momento actual como de oportunidad histórica – en buena medida por el colapso del campo socialista –, en el que Estados Unidos tiene la posibilidad y las condiciones para constituirse cabalmente en líder planetario y anuncia su correspondiente plan estratégico*” (Ceceña, 2014, p, 124).

Concluimos esta seção afirmando que o ato de intervir ocorre sob os mais variados pretextos, mas com objetivos bem definidos, quer para manutenção da hegemonia, quer em sua disputa. Conforme expõe Luis Fernando Ayerbe, questões consideradas antigas permanecem:

A existência de uma democracia pluralista, em que a disputa pela hegemonia e a possibilidade de alternância no poder permitam definir e redefinir constantemente questões como a do caráter da propriedade conforme o determinem as tendências majoritárias na sociedade, poderá configurar realmente o início do fim da história. Por enquanto, 'velhas' questões permanecem: a) as ameaças externas à soberania nacional dos países periféricos, originárias de políticas hegemônicas com suporte na superioridade militar e econômica (questão nacional); b) as ameaças golpistas internas diante de mudanças estruturais que favoreçam os interesses de setores subalternos nas relações sociais (luta de classes). A história continua... (AYERBE, 1997, p. 219-2020).

Adicionamos que há também a combinação dessas duas frentes, em que as elites locais se alinham aos interesses hegemônicos. Em uma perspectiva mais ampla, frente à disputa comercial com a China nos continentes africano e asiático, e à derrota nas guerras empreendidas no Oriente Médio, os EUA se voltam ao ocidente para tentar garantir a manutenção de sua hegemonia na AL e no Caribe, entendidos como territórios periféricos. Para lograr este objetivo, uma política até mesmo mais agressiva deve prevalecer (Grosfoguel, 2020).

Retomamos, portanto, a pergunta: qual a situação da AL neste contexto de uma nova fase do imperialismo no século XXI? Nossa resposta parcial é de que a região tem a atenção tanto dos EUA (enfoque deste trabalho) como da China. Os países latino-americanos concentram recursos naturais considerados estratégicos para indústrias de alta tecnologia. Do ponto de vista econômico, os dois países buscam impor suas regras através de acordos bilaterais, em detrimento de acordos com os blocos regionais latino-americanos. A presença militar estadunidense no espaço terrestre é marcante, com bases espalhadas pelos países da região, mormente em locais com exploração de recursos naturais exportados aos EUA (Ceceña, 2014).

Ao ser uma região colonizada, os projetos de investimentos externos reorganizam o espaço, subjugando-o ao capital, para aumentar a produção de *commodities* e abrir os países ao mercado mundial (Ceceña, 2014). China e EUA seguem disputando a região; um império em formação, e outro predominante, mas em declínio, respectivamente (Katz, 2020). Enquanto os EUA adotam uma estratégia articulada entre setores e atores responsáveis pela sua segurança internacional (Ceceña, 2014), a China mantém uma estratégia geopolítica mais defensiva, fazendo

frente aos EUA através de sua expansão econômica e inovações tecnológicas. A disputa entre os países e as turbulências causadas dificilmente trarão mudanças substantivas no ordenamento global, pelo contrário, tais crises são necessárias para ordenar, estabilizar e manter a estrutura hierárquica do sistema (Fiori, 2018).

No tópico seguinte, tentaremos responder: como as intervenções são realizadas? Quais são as táticas disponíveis para tais intervenções?

2.4 Táticas de intervenção no século XXI

A combinação de táticas de embate diretas e indiretas não é uma novidade. Porém, a presença física cobra cada vez menos importância se comparada às possibilidades de ação indireta, ou seja, sem a necessidade de ocupação de espaços físicos forâneos, mas por procuração a atores locais (Korybko 2018).

A importância da presença física foi reduzida pela ampliação da capacidade de deslocamento rápido de efetivos, pelos novos recursos de vigilância e pelas possibilidades de destruição de alvos a partir do espaço aéreo. Na paulatina retração da presença física em territórios estrangeiros, os Estados Unidos parecem copiar a experiência do Império Romano e de seus sucessores. (Domingues Neto, 2019, p. 30-31).

É na junção entre Revoluções Coloridas e Guerras Não-Convencionais que é cunhado o termo Guerra Híbrida (Korybko, 2018; Rodrigues, 2019). O primeiro elemento – com apelo à psicologia social e ao entendimento dos valores e da cultura do alvo para regular as percepções e o comportamento do inimigo – é formado pelo uso de tecnologia e meios de comunicação massiva para promover manifestações de oposição ao governo em nome de pautas distantes e vagas – como democracia, contra a corrupção, pela liberdade –, mas suficientes para inflamar a sociedade e inflar conflitos internos para lograr seu objetivo. Essa tática se aprofunda na psicologia de grupos sociais com o objetivo de moldar e controlar seu comportamento, agindo sobre suas percepções e influenciando suas vontades; em outras palavras, ela ataca o sistema nervoso central do inimigo com programação neurolinguística desenhada para ter o máximo efeito com base nos valores, na cultura e na visão de mundo de seus alvos (Korybko, 2018; Rodrigues, 2019).

Caso o primeiro elemento não surta o efeito esperado, a Guerra Não-Convencional assume a frente ao engajar forças não oficiais em um combate contra um adversário tradicional para coagi-lo a abandonar o exercício do poder,

apropriando-se da infraestrutura existente para fomentar conflitos até que resultem na derrubada de governantes através do uso da força e da violência física. Assim, a Guerra Híbrida é a criação do caos e a tentativa de administrá-lo (Korybko, 2018; Rodrigues, 2019).

Um outro instrumento da Guerra Híbrida utilizado na transformação do cenário geopolítico da região é a Guerra Jurídica (*lawfare*):

Nos últimos anos, ganhou espaço uma nova noção no campo militar baseada no surgimento de novos cenários e estratégias de combate que transformaram o teatro de operações do que tradicionalmente se configurou como guerra convencional, nos referimos à 'guerra híbrida', sob esta categoria se agrupam um conjunto de conceitos como: guerra assimétrica, guerra de quarta geração, guerra de baixa intensidade, formando parte desta classificação aquilo que foi chamado de *lawfare* ou, para outros, 'guerra jurídica', como chamam seu equivalente em espanhol. (Albujas, 2020, p. 2, tradução nossa).¹⁰

O termo se apresenta como a junção entre duas palavras do inglês: *law* (lei) e *warfare* (guerra), conferindo a ideia de um tipo de guerra que emprega o direito de modo ilegítimo, podendo ocorrer tanto no âmbito interno como no internacional, com o objetivo de prejudicar politicamente um oponente. Ou seja, o uso do direito com fins políticos como tática de guerra (Albujas, 2020).

A conotação que se dá a *lawfare* indica que este se traduz em uma prática que substitui a guerra. O combate se realiza com palavras no lugar de espadas. Ademais, agregam que a técnica inquisitiva ou de investigação acabou e o procedimento contraditório ou acusatório apenas se aplica em nossos tribunais. A busca da verdade é substituída por tornar assuntos confidenciais e pelo aperfeiçoamento do combate. (Albujas, 2020, p. 4, tradução nossa).¹¹

O *lawfare* é uma guerra pela via judicial, o uso da lei como uma arma, que excede o âmbito jurídico do não cumprimento de processos judiciais e do abuso da lei, e cria contextos de Estado de exceção.

O *lawfare* não é apenas um feito concreto (perseguição de determinados dirigentes, encarceramento de outros), nem um momento (o dia que não conseguiram se inscrever na lista de eleições porque estavam judicializados).

¹⁰ No original: "*En los últimos años ha ganado espacio una nueva noción en el ámbito militar, basada en la aparición de nuevos escenarios y estrategias de combate que han transformado el teatro de operaciones de lo que tradicionalmente se configuró como la guerra convencional, nos referimos a la 'guerra híbrida', bajo esta categoría se agrupan un conjunto de conceptos como: guerra asimétrica, guerra de cuarta generación, guerra de baja intensidad, formando parte de esta clasificación lo que ha sido llamado lawfare o, para otros, 'guerra jurídica' como denominan a su equivalente en español*" (Albujas, 2020, p. 2).

¹¹ No original: "*La connotación que se da al lawfare indica que este se traduce en una práctica que reemplaza a la guerra. El combate se lleva a cabo con palabras en lugar de espadas. Además, agregan que la técnica inquisitiva o de investigación se ha ido y el procedimiento adversario o acusatorio sólo se aplica en nuestros tribunales. La búsqueda de la verdad es sustituida por la clasificación de los asuntos y el perfeccionamiento del combate*" (Albujas, 2020, p. 4).

O lawfare é a guerra por outros meios para garantir a liberdade dos mercados e a naturalização de um sistema internacional assimétrico. Os casos mostram os atores e interesses vinculados a nível local e transnacional, através de uma rede institucional que permite a confluência e implementação de objetivos políticos, econômicos e geopolíticos bem concretos. (Romano, 2020, p. 35, tradução nossa).¹²

A presença do lawfare ocorre na convergência de três dinâmicas: o momento (*timing*) político, a reorganização do aparato judicial, e a aplicação de dois pesos e duas medidas nos processos legais. O *timing* político significa tornar o caso público em um contexto que represente um alto custo político aos envolvidos, que passam por um processo de descrédito. A reorganização do aparato judicial significa o uso do poder para nomear pessoas a posições como magistrados, juristas e fiscais, subordinados aos que os nomearam para atacar ou intimidar adversários políticos e mitigar ataques que possam vir da oposição. Por fim, a aplicação de dois pesos e duas medidas aos processos judiciais acaba por escolher e dar destaque a casos que atendam aos interesses daqueles que detém o poder, preterindo os que vão de encontro aos interesses dos promotores do *lawfare*. Estas três dinâmicas se combinam com a atuação dos meios de comunicação massiva, que corroboram os procedimentos judiciais adotados (Vollenweider; Romano, 2017).

A Guerra Jurídica estende sua atuação com o uso de prisões arbitrárias, perseguições políticas, destruição da moral e fabricação de inimigos. Algumas práticas que podem ser consideradas como guerra jurídica são a inversão do princípio de ônus da prova, violação do princípio da inocência, condenação sem julgamento prévio, abuso e distorção da prisão preventiva, isto é, a violação sistemática do devido processo legal. A utilização dessa tática está reconfigurando o mapa econômico, político e de segurança da América Latina, moldando-o à conveniência dos interesses hegemônicos, impedindo a ascensão e os mandatos de governos progressistas (Albujas, 2020).

O lawfare pode ser considerado como um instrumento da guerra híbrida, sua forma de atuação se realiza empregando uma simultaneidade de táticas, alvos e cenários bélicos para a transformação do contexto geopolítico na Nossa América. Este fenômeno se apresenta ligado a conceitos como: guerra jurídica, guerra não cinética, guerra de quarta geração, golpe brando.

¹² No original: “El lawfare no es solo un hecho concreto (persecución de determinados dirigentes, encarcelamiento de otros), ni un momento (el día que no lograron inscribirse en lista elecciones porque estaban judicializados). El lawfare es la guerra por otros medios para garantizar la libertad de los mercados y la naturalización de un sistema internacional asimétrico. Los casos muestran los actores e intereses vinculados a nivel local y transnacional, a través de una red institucional que permite la confluencia e implementación de objetivos políticos, económicos y geopolíticos muy concretos” (Romano, 2020, p. 35).

Constituindo-se em uma das modalidades que estão aplicando para modificar o mapa econômico, político e de segurança latino-americano. (Albujas, 2020, p. 26, tradução nossa).¹³

Assim, o *lawfare* se configura como uma ferramenta em um sistema internacional assimétrico para reorientar Estados ao neoliberalismo, construir um consenso positivo sobre suas práticas, e reafirmar a hegemonia dos EUA na região ao promover a desestabilização de países, mudanças de regime, troca de governantes em locais considerados não aliados ou falidos¹⁴. Para tal, utilizam ferramentas brandas, como a judicialização, no lugar do uso da força militar, mantida em segundo plano (Romano, 2020). Portanto, é importante reconhecer a existência dessa tática de desestabilização e a transformação do contexto regional na doutrina jurídica, para que seja possível identificá-la e contê-la (Albujas, 2020).

É prioritário reconhecer a existência do *lawfare* em nossa região, na qual este tem se manifestado como um elemento que pode ser e tem sido utilizado para a desestabilização e a transformação do contexto regional, trazendo como consequências a modificação da configuração geopolítica em vários países da Nossa América, à conveniência dos interesses dos poderes hegemônicos, impedindo a inserção e o desenvolvimento de governos progressistas. É urgente que o *lawfare* seja incorporado na doutrina jurídica para dessa forma reconhecê-lo e implementar estratégias que permitam sua detecção e contenção. (Albujas, 2020, p. 26, tradução nossa).¹⁵

Embora os EUA tenham se atribuído a função de juiz a nível mundial, como por exemplo contra a corrupção, o país não é o único a desempenhar tal função:

Mas não é o Estado estadunidense o único que se atribui legitimidade para batalhar contra a corrupção a nível internacional. Organismos Internacionais (certamente muito vinculados aos EUA) estão na vanguarda desta luta, estabelecendo a agenda, definindo o significado e alcance do que se deve

¹³ No original: “*El lawfare puede ser considerado como un instrumento de la guerra híbrida, su forma de actuación se realiza empleando simultaneidad de tácticas, objetivos y escenarios bélicos para la transformación del contexto geopolítico en Nuestramérica. Este fenómeno se presenta ligado a conceptos como: guerra jurídica, guerra no cinética, guerra de cuarta generación, golpe blando. Constituyéndose en una de las modalidades que se están aplicando para modificar el mapa económico, político y de seguridad latinoamericano*” (Albujas, 2020, p. 26).

¹⁴ Estado falido é um termo político que designa um país dito ineficaz e que não manteria o controle sobre o território, com altas taxas de criminalidade, corrupção, judiciário ineficaz, interferência militar na política e presença de grupos armados paramilitares controlando o território. O Fundo pela Paz dos Estados Unidos publica um ranking anual de Estados Frágeis baseado em indicadores sociais, econômicos, políticos e de coesão interna. Este ranking é divulgado na revista *Foreign Policy* anualmente (AGUILAR; MORATORI, 2011).

¹⁵ No original: “*Es prioritario reconocer la existencia del lawfare en nuestra región, en la cual se ha manifestado como un elemento que puede ser y ha sido utilizado para la desestabilización y la transformación del contexto regional trayendo como consecuencias la modificación de la configuración geopolítica en varios países de Nuestramérica, a conveniencia de los intereses de los poderes hegemónicos, impidiendo la inserción y el desenvolvimiento de gobiernos progresistas. Es urgente que el lawfare sea incorporado en doctrina jurídica para de esta forma reconocerlo y llevar a cabo estrategias que permitan su detección y contención*” (Albujas, 2020, p. 26).

qualificar como corrupção e construindo os indicadores para medi-la em todo o mundo. (Romano, 2020, p. 22, tradução nossa).¹⁶

Em resumo. “O *lawfare* na América Latina é uma guerra contra a política (progressista) pela via judicial (Romano, 2020, p. 35, tradução nossa).¹⁷

Já as Guerras Culturais, explodem nas chamadas “revoluções coloridas”. Porém, o expressado nas ruas é precedido por produtos culturais que sedimentam padrões de representação da realidade com o intuito de preparar e condicionar a opinião pública a favor de um projeto de mundo hegemônico. O direcionamento é feito não pela coerção, mas pelo consentimento no plano das ideias com papel destacado aos meios de comunicação massiva, que reforçam ideais de um projeto autoritário e excludente (Bastos; Stédile; Bôas, 2018).

Os fenômenos da ‘Indústria Cultural’ e do ‘fascismo’ são contemporâneos em seu surgimento. Não à toa, ambos são produtos da fase monopolista do capitalismo do início do século XX, a que Lenin definiu como ‘imperialista’, caracterizada pela ascensão do capital financeiro, pelo monopólio e concentração econômica, pela exportação de capitais e pela divisão geopolítica mundial entre metrópoles e colônias, entre os países do centro do sistema e as periferias exploradas como exportadoras de matérias-primas e consumidoras de produtos manufaturados. Essa fase de desenvolvimento do capitalismo caracteriza-se também pela aceleração das crises inerentes ao sistema, uma vez que o monopólio e a concentração agudizam a própria concorrência intercapitalista. O fascismo é o sintoma (e expressão) política da crise do capital financeiro e imperialista. (Bastos; Stédile; Bôas, 2018, p. 63).

Em conjunto com a tecnologia da informação, os meios de comunicação devem ser a fonte mais importante de poder do século XXI. As revoluções promovidas na era da informação não balancearam o poder entre Estados, pelo contrário, aumentaram a discrepância de poder entre as nações, em um futuro em que os Estados continuarão a estruturar a política cada vez menos com base em recursos materiais e mais na habilidade de permanecerem credíveis ao público em meio a uma diversidade crescente de fontes de informação (Nye; Keohane, 1998).

Fluxos baratos de informação expandiram enormemente o número e a profundidade dos canais transnacionais de contato. Atores não-governamentais têm muito mais oportunidades de organizar e propagar seus pontos de vista. Os Estados são mais facilmente penetráveis e menos parecidos com caixas-pretas. Como resultado, líderes políticos terão mais

¹⁶ No original: “*Pero no es el Estado estadounidense el único que se arroga legitimidad para dar batalla contra la corrupción a nivel internacional. Organismos Internacionales (cierto muy vinculados a EE. UU.) van a la vanguardia de esta lucha, marcando agenda, definiendo el significado y alcance de lo que debe calificarse como corrupción y construyendo los indicadores para medirla en todo el mundo*” (Romano, 2020, p. 22).

¹⁷ No original: “*El lawfare en América Latina es la guerra contra la política (progresista), por la vía judicial*” (Romano, 2020, p. 35).

dificuldade em manter um ordenamento coerente das questões de política externa. Ainda assim, os Estados são resilientes e alguns países, especialmente os grandes com sociedades democráticas, estão bem posicionados para se beneficiar de uma sociedade da informação. (Nye; Keohane, 1998, p. 94, tradução nossa).¹⁸

Apresentar um Estado como ameaça ou inimigo externo é outra tática antiga que se perpetua no século XXI como forma de legitimar uma mudança de regime político. Essa tática se inicia com a criação de pretextos intervencionistas, tais como: situações de conflito, desrespeito ao Estado de direito e à democracia, terrorismo, narcotráfico, insegurança alimentar, situações de crise provocadas por catástrofes naturais, epidemias, conflitos, e crises mais amplas decorrentes de problemas de governança, sejam estes inerentes àquele país ou provocadas pelo *hegemon*. Estabelecida a imagem de um cenário que demanda intervenção sob a égide da responsabilidade de proteger, do desenvolvimento e da democracia, os centros de poder induzem a desestabilização de países ao promoverem desde intervenções humanitárias e missões de paz, até distúrbios, protestos, proliferação de mensagens digitais e até mesmo o ingresso de forças mercenárias para lograr a mudança de regime ou golpe de Estado. Esta mudança está voltada a uma reconfiguração da ordem mundial, novamente, em função dos interesses dos países centrais (Ramírez, 2014).

A mudança de regime manifesta a hostilidade das potências por um governo desagradável ou inoportuno e parece ser o clímax na denominada guerra de quarta geração, mas não a encerra, porque existe a probabilidade de que só constitua o início de um desdobramento belicista mais ambicioso para uma região toda (Ramírez, 2014, p. 125, tradução nossa).¹⁹

Países e regiões importantes para o *hegemon* são pré-selecionados pelos centros de poder como áreas em que é possível induzir desestabilizações e promover mudanças de regime. Usualmente, são países que concentram recursos naturais considerados essenciais (Penido; Stédile, 2021).

Qualquer método intervencionista, aplicado sob qualquer circunstância, representa intromissão, ingerência, limitação da soberania, transgressão da

¹⁸ No original: “*Cheap flows of information have enormously expanded the number and depth of transnational channels of contact. Nongovernmental actors have much greater opportunities to organize and propagate their views. States are more easily penetrated and less like black boxes. As a result, political leaders will find it more difficult to maintain a coherent ordering of foreign policy issues. Yet states are resilient, and some countries, especially large ones with democratic societies, are well placed to benefit from an information society*” (Nye; Keohane, 1998, p. 94).

¹⁹ No original: “*El cambio de régimen manifiesta la hostilidad de las potencias hacia un gobierno desagradable o inoportuno y parece ser el clímax en la denominada guerra de cuarta generación, pero no la culmina, porque existe la probabilidad de que solo constituya el inicio de un despliegue belicista más ambicioso hacia una región completa*” (Ramírez, 2014, p. 125).

autodeterminação popular e subordinação a poderes forâneos. Lamentavelmente, no jogo de poderes à escala internacional se aceleram e se multiplicam implicações, fundamentalmente, para os povos que tenham sido conduzidos a mudar de regime de uma forma ou de outra.

A figura da mudança de regime representa uma estratégia que se inscreve entre os mecanismos atuais utilizados pelas potências imperialistas, para tentar inclinar a reconfiguração da ordem mundial em função de suas posições e interesses. (Ramírez, 2014, p. 143-144, tradução nossa).²⁰

Outro meio alternativo de intervir é através de Organismos Internacionais (OIs) que, no caso do sistema interamericano, remetem ao conjunto de instrumentos e instituições que configuraram as relações entre EUA e AL no século XX, com início na assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, seguido pela criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, em 1959, e pela atualização da mesma Carta em 2001, com a aprovação da Carta Democrática Interamericana. Somado a isso, a região seguiu um movimento de autoerosão, esvaziando projetos alternativos ao sistema, como o da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) (Tokatlian, 2020).

É possível que estejamos frente uma busca por uma redefinição substantiva do manejo da relação entre Washington e América Latina de acordo com os objetivos, interesses e preferências exclusivas dos setores mais reacionários em Washington (em consonância com a lógica do *America First*). Se assim fosse, tratar-se-ia de um exercício de poder que contou com o estímulo e/ou a benção de diversos atores domésticos em distintos países da região. (Tokatlian, 2020, p. 2, tradução nossa).²¹

Em um campo mais amplo, as intervenções também ocorrem através do uso da Organização das Nações Unidas (ONU) sob a forma de operações de paz chanceladas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para cumprir diferentes mandatos: *peacekeeping*, *peace enforcement*, *peacemaking* e

²⁰ No original: “Cualquier método intervencionista aplicado bajo cualquier circunstancia representa intromisión, injerencia, limitación de la soberanía, transgresión de la autodeterminación popular y subordinación a poderes forâneos. Lamentablemente en el rejuego de poderes a escala internacional se aceleran y multiplican sus implicaciones, fundamentalmente para los pueblos a los que se ha conducido a cambiar el régimen, de una u otra forma. La figura del cambio de régimen representa una estrategia que se inscribe entre los mecanismos actuales utilizados por las potencias imperialistas para intentar inclinar la reconfiguración del orden mundial en función de sus posiciones e intereses” (Ramírez, 2014, p. 143-144).

²¹ No original: “Es posible que estemos frente a la búsqueda de una redefinición sustantiva del manejo de la relación entre Washington y América Latina de acuerdo con los objetivos, intereses y preferencias exclusivas de los sectores más reaccionarios en Washington (en consonancia con la lógica de *America First*). Si así fuera, se trataría de un ejercicio de poder que ha contado con el estímulo y/o el beneplácito de diversos actores domésticos en distintos países de la región” (Tokatlian, 2020, p. 2).

peacebuilding, com justificativas específicas para superar o princípio de não intervenção em assuntos internos, conforme explica a pesquisadora brasileira, Juliana Bigatão:

Sobre este assunto, o artigo 2º, §7º da Carta da ONU define que o princípio da não intervenção nos assuntos de jurisdição exclusiva dos Estados membros será violado somente nos casos de aplicação das medidas coercitivas previstas no capítulo VII. Sendo assim, para que a ONU interfira nos assuntos internos de seus Estados membros, a questão deve constituir um caso de ameaça à paz e segurança internacionais. Analisando estes dispositivos relativamente ao tema dos direitos humanos, inferimos que a ONU somente possui respaldo jurídico para tratar da proteção dos indivíduos que possuem seus direitos violados pelo próprio Estado quando o CSNU considerar que a questão constitui um caso de 'ameaça à paz e segurança internacionais'. (Bigatão, 2013, p. 158-159).

Com o fim da Guerra Fria e a incorporação das perspectivas humana e social à concepção tradicional de segurança, abre-se caminho para considerar o desrespeito aos direitos humanos como ameaça à paz e à segurança internacional. Assim, estabelece-se uma justificativa para aplicação do capítulo VII da Carta da ONU, com uso da força e de medidas coercitivas, aprovando a ingerência em assuntos internos de um Estado sem a necessidade de seu consentimento para intervir. O uso da força pode apenas ser aprovado expressamente pelo CSNU, cujos critérios nem sempre são claros e objetivos, escondendo motivações políticas na aprovação de intervenções humanitárias em defesa dos direitos humanos.

No âmbito das Nações Unidas, ao considerarmos que o uso da força é autorizado somente pelo CSNU, um órgão eminentemente político e amplamente influenciado pelos interesses de cinco potências com poder de veto, torna-se difícil ponderar quando os aspectos humanitários são os motivadores primários da decisão de intervir, e quando eles seriam meras justificativas para autorizar uma intervenção que beneficiaria os interesses particulares daqueles que a autorizaram. (Bigatão, 2013, p. 165).

A aplicação dos mecanismos de resolução de conflitos da ONU foi dividida entre operações de *peacemaking*, *peacekeeping* e *peacebuilding* a cargo da ONU, e operações de *peace enforcement* sob o comando de países como Canadá, EUA, França, e até mesmo de alianças militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em oposição ao estabelecido na Carta. Enquanto a manutenção da paz tradicional, o respeito à soberania, a imparcialidade, o consentimento entre as partes e o uso da força moldaram as operações da ONU apenas em casos de autodefesa, a flexibilização desses princípios abriu espaço para intervenções com uso da força e medidas coercitivas mais agudas sob a batuta de países específicos e organismos regionais por eles compostos (Bigatão, 2013).

No caso da Guerra Econômica, o objetivo é desestabilizar a economia para, novamente, colaborar com a derrubada de um governo, aplicando de forma encoberta bloqueios financeiros, embargos comerciais, ataque à moeda, com medidas que provoquem desabastecimento, prejudiquem o índice de risco e afetem a produção do país. Exemplo disto, é o que vem ocorrendo na Venezuela (Curcio, 2019).

[...] o imperialismo estadunidense vem aplicando armas de guerra não convencional com o objetivo de desestabilizar a economia venezuelana e afetar a todo um povo para, dessa maneira, solapar o apoio popular à Revolução Bolivariana e derrocar o governo, primeiro de Hugo Chávez e logo de Nicolás Maduro. Entre elas, o desabastecimento programado e seletivo, a manipulação política do índice de risco financeiro do país, o bloqueio financeiro, o embargo comercial, o ataque à moeda e o desprezo pela Petróleos de Venezuela. Armas todas que foram empregadas, como costuma ser no marco das guerras não convencionais, de maneira encoberta. (Curcio, 2019, p. 6, tradução nossa).²²

Em entrevista ao portal Sputnik, o senador do partido republicano nos EUA, Richard Black, destacou a desvalorização da moeda venezuelana e a responsabilidade dos norte-americanos no processo:

Desmonetizamos sua moeda e, através do sistema bancário internacional, fizemos com que a moeda venezuelana carecesse de valor e logo vamos e dizemos: 'Vejam o ruim que é este governo, sua moeda não vale nada'. Bom, não foram eles, fomos nós que fizemos inútil sua moeda. (Black, 2019, tradução nossa).²³

O senador estadunidense também comentou as eleições presidenciais na Bolívia em 2019, afirmando que seu país:

[...] está selecionando um governante (...) creio que teria sido melhor que os bolivianos resolvessem as coisas por si mesmos. As irregularidades que ocorreram foram devido a lutas internas na Bolívia. Não corresponde a nós resolvê-lo.

Creio que esta influência é nosso desejo de ver um novo governo ali. Creio que houve preocupação da nossa parte de que os chineses poderiam começar a exercer influência dentro da Bolívia. E que de alguma maneira poderia ter feito mais difícil que os Estados Unidos obtivessem lítio para as

²² No original: “[...] el imperialismo estadounidense ha estado empleando armas de guerra no convencional con el objetivo de desestabilizar la economía venezolana y afectar a todo un pueblo para de esa manera socavar el apoyo popular a la Revolución Bolivariana y derrocar el gobierno, primero de Hugo Chávez y luego de Nicolás Maduro. Entre ellas el desabastecimiento programado y selectivo, la manipulación política del índice de riesgo financiero del país, el bloqueo financiero, el embargo comercial, el ataque a la moneda y la afectación a Petróleos de Venezuela. Armas todas que han sido empleadas, como suele ser en el marco de las guerras no convencionales, de manera encubierta” (Curcio, 2019, p. 6).

²³ No original: “Hemos desmonetizado su moneda y, a través del sistema bancario internacional, hicimos que la moneda venezolana careciera de valor y luego vamos y decimos: ‘Miren lo malo que es este Gobierno, su moneda no vale nada’. Bueno, no fueron ellos, fuimos nosotros quienes hicimos inútil su moneda” (Black, 2019).

baterias que agora estamos usando nos automóveis (...) Creio que foi parte da equação ao menos. (Black, 2019, tradução nossa).²⁴

Pasqualina Curcio assevera sua crítica e afirma que a prática de guerra econômica, tendo a Venezuela como exemplo, é um crime de lesa humanidade, e que tais ações coercitivas do imperialismo devem ser reconhecidas e denunciadas como tal, em prol da estabilidade e da paz mundial:

O que o governo dos EUA fez e segue fazendo, incluindo em tempos de pandemia, contra o povo venezuelano, constitui um crime de lesa humanidade de acordo com a definição estabelecida no artigo 7 do Estatuto de Roma: 'aqueles que se cometem como parte de um ataque generalizado e sistemático contra uma população civil com conhecimento de tal ataque'. (Curcio, 2019, p. 10-11, tradução nossa).²⁵

Por fim, a guerra, enquanto uso organizado da violência para impor a vontade e alcançar objetivos, segue como instrumento à disposição das potências:

[...] é certo que a violência é uma maneira de resolver conflitos, mas, desde perto na prática concreta a violência é o uso da dor para subjugar a vontade do outro. A capacidade de violência, a agressividade, é parte integral do genoma humano, capacidade que compartilha com todos os animais superiores e que assegura sua sobrevivência como espécie, Freud chamou a esta capacidade *tanatos*, companheiro inseparável do *eros* como capacidade afetiva, por isso a cultura é de primeira gestão da agressividade, controle da violência, por meio da afetividade. (Rementería, 2000, p. 1, grifo do autor, tradução nossa).²⁶

Esta violência se expressa em um cenário de "irregularização" da guerra: "[...] enquanto a guerra regular está regida por um conjunto de normas militares e humanitárias, a outra forma de guerra não respeita essas normas (Rementería, 2000,

²⁴ No original: "[...] *está seleccionando a un gobernante (...) Creio que hubiera sido mejor que los bolivianos resolvieran las cosas por sí mismos. Las irregularidades que ocurrieron fueron debido a las luchas internas en Bolivia. No nos corresponde a nosotros resolverlo. Creio que esta influencia es nuestro deseo de ver un nuevo Gobierno allí. Creio que hubo preocupación de nuestra parte de que los chinos podrían comenzar a ejercer influencia dentro de Bolivia. Y que de alguna manera podría haber hecho más difícil que Estados Unidos obtenga litio para las baterías que ahora estamos usando en automóviles (...) Creio que fue parte de la ecuación al menos*" (Black, 2019).

²⁵ No original: "*Lo que el Gobierno de los EEUU ha hecho y sigue haciendo, incluso en tiempos de pandemia, contra el pueblo venezolano constituye un crimen de lesa humanidad de acuerdo con la definición establecida en el artículo 7 del Estatuto de Roma: 'aquellos que se cometen como parte de un ataque generalizado y sistemático contra una población civil y con conocimiento de dicho ataque'*" (Curcio, 2019, p. 10-11).

²⁶ No original: "[...] *es cierto que la violencia es una manera de resolver conflictos, pero, desde cerca y en la práctica concreta la violencia es el uso del dolor para doblegar la voluntad del otro. La capacidad de violencia, la agresividad, es parte integral del genoma humano, capacidad que comparte con todos los animales superiores y que asegura su sobrevivencia como especie, Freud llamó a esta capacidad tanatos compañero inseparable del eros como capacidad afectiva, por eso la cultura es de primera gestión de la agresividad, control de la violencia, por medio de la afectividad*" (Rementería, 2000, p. 1, grifo do autor).

p. 3, tradução nossa).²⁷. Exemplo disto são as guerras contra as drogas na região andino-amazônica para ter acesso a recursos naturais, ao território, biodiversidade e saberes da região. A resposta proposta por EUA, OEA e OTAN, ao consumo de cocaína, e outras questões apresentadas como problemas de segurança, é a militarização. É esta a proposta de estrategistas do hemisfério norte para a AL. A delegação dos EUA na OEA foi a portadora do estandarte da militarização como resposta a questões multidimensionais. As supostas vantagens da militarização demonstram os interesses envolvidos. A guerra generalizada permite aos países centrais exportar armamentos – e sua doutrina embutida – para forças locais junto a programas de treinamento para seu uso. Poucos efeitos são observados na redução do comércio e consumo de drogas. O maior impacto fica nos valores arrecadados pela venda dos equipamentos, na imposição de uma agenda de segurança e na determinação da resposta ao problema (Rementería, 2000).

Em resumo, pretendemos mostrar aqui que o imperialismo do século XXI é dotado de uma miríade de opções. Para refletirmos sobre a aplicação destas táticas em um caso concreto, estudaremos no próximo capítulo as eleições presidenciais da Bolívia em 2019, as quais resultaram na reeleição em primeiro turno de Evo Morales, que acabou renunciando e se exilando no exterior. As razões para isso, buscaremos compreender.

²⁷ No original: “[...] al paso de la guerra regular que está regida por un conjunto de normas militares y humanitarias a otra forma de guerra que no respeta esas normas” (Rementería, 2000, p. 3).

3 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA BOLÍVIA EM 2019

3.1 Quadro geral latino-americano

A democracia ocidental, em suas várias formas, deu passos importantes entre os séculos XVIII e XXI, como o voto adulto universal, independente de gênero, raça, credo, condição econômica, e se tornou um valor aceito de maneira quase universal, um objetivo a ser perseguido após o fim da II GM (Miguel, 2019). Na AL, a década de 1990 é marcada pela reestruturação da economia, de políticas sociais e pelo fim dos governos militares em muitos países da região (Hunter, 2020).

Mesmo com incertezas e inseguranças, a democracia política – ou ao menos o comparecimento periódico às urnas – está entre as grandes conquistas do século XX, ainda em uma travessia inconclusa que perpassa a superação de regimes autoritários e o estabelecimento de situações democráticas que diferem em seus estágios de consolidação. De modo geral, a busca pela democracia na região latino-americana possibilitou também que atores étnicos e culturais até então excluídos ganhassem notoriedade e relativa possibilidade de expressão através de organizações estatais e civis. No século XXI, a AL está diante de duas forças opostas: de um lado a pós-democracia, marcada pelo autoritarismo e intolerância; e de outro, a construção de uma democracia de maior qualidade, dotada de instituições representativas, menos desigualdades e uma cultura política que reconheça a complexidade dos desafios a serem enfrentados para a consolidação dos regimes (Aggio, 2015).

O neoliberalismo gerou diferentes modelos e níveis de desenvolvimento na AL. Argentina, Brasil e Equador impuseram medidas heterodoxas de regulamentação estatal e políticas agroexportadoras. Houve melhoras sociais, mais consumo e crescimento, mas que logo se dissiparam frente às adversidades econômicas internacionais. Ademais, não conseguiram introduzir mudanças estruturais que rompessem o ciclo de dependência dos países centrais, apesar de buscarem a promoção de medidas de nacionalização de recursos naturais e redistribuição de renda (Katz, 2020).

Paralelamente, Venezuela e Bolívia adotaram outro caminho. Na primeira, a má gestão interna, sanções externas, e guerra econômica prejudicaram políticas assistenciais e uma gestão estratégica das reservas de petróleo do país. Por outro lado, a Bolívia conseguiu reter e reinvestir recursos internamente, gerando postos de

trabalho, divisas, maior consumo, redução da pobreza e da dependência de moedas externas. Em suma, as experiências latino-americanas são diversas, gerando discrepâncias de desenvolvimento entre os países (Katz, 2020).

Entre os efeitos das políticas e programas sociais, grupos antes distantes passaram a se encontrar em espaços comuns, provocando incômodo nas classes médias e altas e tornando de difícil digestão as mudanças na pirâmide social (Santos, 2017). Presenciamos uma reorganização neoconservadora que pode derivar em posturas antidemocráticas e autoritárias, colocando a democracia em cheque (Gallego, 2018), ao substituí-la não apenas pelos mercados, mas pela moralidade tradicional (Brown, 2020).

Entre as diferentes consequências do neoliberalismo, está a ascensão da velha e de novas direitas, que expressam um renascimento do nacionalismo, reacionarismo, uma defesa da soberania nacional, reafirmação identitária e uso de justificativas xenófobas e religiosas. Ainda, aproveita do Estado com menos controle do neoliberalismo para deteriorar estruturas e instituições políticas tradicionais (Katz, 2020), conforme resume Claudio Katz:

O fascismo clássico irrompeu no passado frente à ameaça revolucionária em um cenário de guerras interimperialistas. Unificou as classes dominantes em uma rede de ideologias contrapostas ao Iluminismo. Esse contexto não se verifica na atualidade, mas poderia reaparecer frente a um agravamento substancial da crise. O profascismo antecipa essa possibilidade e o neofascismo o prepara no marco institucional. É um erro circunscrever o fenômeno ao entreguerras, supondo que este só aparece como reação ao fantasma do comunismo. O mais perigoso é naturalizar seu avanço, ignorando a capacidade que a ultradireita exhibe para impor a agenda política. (Katz, 2020, p. 12, tradução nossa).²⁸

No caso da AL, a ascensão da direita é um processo mais recente, operando como pilar de uma ação de regresso conservador, ação golpista, compartilhando autoritarismo e intolerância de um fenômeno global, mas com suas particularidades. Enquanto alguns setores nos EUA e certos países na Europa expressam seu descontentamento com as políticas neoliberais, na AL prevalece uma resposta reacionária ao ciclo progressista e da onda de governos à esquerda na região. No

²⁸ No original: “El fascismo clásico irrumpió en el pasado frente a la amenaza revolucionaria, en un escenario de guerras interimperialistas. Unificó a las clases dominantes en una red de ideologías contrapuestas con la Ilustración. Ese contexto no se verifica en la actualidad, pero podría reaparecer frente a un agravamiento sustancial de la crisis. El proto fascismo anticipa esa posibilidad y el neofascismo lo prepara en el marco institucional. Es un error circunscribir el fenómeno a la entreguerras, suponiendo que sólo aparece como reacción al fantasma del comunismo. Lo más peligroso es naturalizar su avance, ignorando la capacidad que exhibe la ultraderecha para imponer la agenda política” (Katz, 2020, p. 12).

geral, os movimentos de direita na região estão menos pautados em questões de migração, e mais enfocados em críticas à criminalidade e à corrupção (Katz, 2020).

Há o agravante da imensa desigualdade social e do prestígio que gozam as relações hierárquicas e autoritárias na sociedade. Para o pesquisador brasileiro, Luis Felipe Miguel, ao pensar no exemplo do Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro, teríamos saído de uma democracia muito insuficiente para uma pior, e em direção a uma ditadura (Miguel, 2019), em que grupos diversos confluem, unindo-se pragmaticamente em torno de um inimigo comum (Miguel, 2018). Os cidadãos respeitam a democracia quando os resultados estão a seu favor, mas gostariam de poder limitá-la em outras circunstâncias (Santos, 2017). A busca incessante pela democracia exige a redução das desigualdades originadas pelo neoliberalismo, e não políticas antidemocráticas que surgem como um monstruoso *alter ego* do neoliberalismo clássico (Brown, 2019).

Assim, a direita incorpora em seu discurso uma lógica punitivista, maniqueísta, golpista e até mesmo pautada na religião, com respaldo dos meios de comunicação e das redes sociais. Preferem defender o neoliberalismo, em oposição a uma tradição desenvolvimentista, retomando um servilismo ao imperialismo ianque (Katz, 2020). “A direita, em vez de se civilizar, radicalizou seu programa e seu discurso. E conseguiu apoio popular” (Miguel, 2019, p. 87), uma expressão do neoliberalismo que transcende do âmbito econômico para recuperar um sistema de valores tradicional (Brown, 2019).

Para além da ascensão, no Brasil, de Jair Bolsonaro – o maior emblema da ultradireita regional –, dos ataques ao chavismo na Venezuela, e da ascensão de Macri na Argentina – que encerrou seu governo com baixíssima aprovação contra o kirchnerismo – o afastamento de Evo Morales em 2019 chama a atenção de Claudio Katz:

Na Bolívia, houve uma explícita irrupção de fascistas durante o recente golpe de Estado. Seus bandos exibiram uma postura racista contra os índios, o que foi muito celebrado pela classe dominante. Na Venezuela, os direitistas flertaram com o fascismo em seu engeguecido propósito de enterrar o chavismo. Atuam sob as ordens da CIA e propiciam todos os complôs imagináveis. (Katz, 2022, p. 13, tradução nossa).²⁹

Apesar das dificuldades, projetos por mais democracia também se destacam

²⁹ No original: “*En Bolívia, hubo una explícita irrupción de fascistas durante el reciente golpe de estado. Sus bandas exhibieron una impronta racista contra los indios, que fue muy celebrada por la clase dominante. En Venezuela, los derechistas coquetean con el fascismo en su engeguecido propósito de enterrar al chavismo. Actúan bajo las órdenes de la CIA y propician todos los complôs imaginables*” (Katz, 2022, p. 13).

ao longo do século XXI, como exemplo, a Bolívia. O projeto boliviano é marcado pela superação de um período de instabilidades ao longo do século XX, respondido com novas concepções de política, tal como a criação do *Movimiento al Socialismo* (MAS). É o que buscamos apresentar no próximo tópico.

3.2 A inserção do projeto boliviano

A Bolívia apresenta um histórico nada invejável de instabilidade. Entre sua independência, em 1825, até a chegada de Evo Morales, em 2006, cento e oitenta e oito golpes foram perpetrados (Lambert, 2019). Apesar da sucessão de crises desde a Revolução Nacional de 1952, no entanto, o país tem percorrido um caminho de autoconhecimento. O MAS surge como um instrumento de luta que organiza e dá coerência às reivindicações de sindicatos e federações de camponeses dos cultivadores de coca na Bolívia, fazendo forte oposição aos governantes eleitos. A base social do MAS está na província de Chapare, na parte norte do departamento de Cochabamba, no centro do país, liderada por Evo Morales, e com forte apoio da sociedade civil, de sindicatos, movimentos populares, e de partidos tradicionais da esquerda (Barceló Severgnini, 2017).

Por outro lado, o MAS não queria se identificar como um partido político tradicional, e por isso adotam o termo *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* (IPSP). Esta denominação estaria vinculada a uma série de crises do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, especialmente do neoliberalismo e da representatividade dos partidos tradicionais. Por outro lado, o nome também está ligado ao surgimento de respostas alternativas, como a emergência politizada de movimentos camponeses (Zuazo, 2008).

Em um momento de consenso das elites políticas do país, promovido ativamente pelos EUA, o cultivo da folha de coca passa a ser reprimido, crescendo a estigmatização dos cocaleiros como associados à produção e comércio ilegal de cocaína. Neste contexto é criada a *Asamblea por la Soberanía de los Pueblos*, em 1995, a partir da organização dos povos indígenas do oriente do país. Mais tarde, após sua institucionalização em 1997, passa a ser chamada e divulgada como *Movimiento al Socialismo* (MAS) (Barceló Severgnini, 2017).

O MAS participa das eleições nacionais ainda em 1997 com forte apoio na região de Cochabamba, porém com respaldo nacional ainda muito escasso. Em 2002,

o MAS, com Evo Morales, recebeu 20,9% dos votos, enquanto o primeiro colocado, Sánchez de Lozada (*Movimiento Nacionalista Revolucionario*) angariou 22,4%. Na sequência, o Congresso votou entre os dois mais votados, prevalecendo Sánchez de Lozada (Barceló Severgnini, 2017).

O rápido crescimento do MAS pode ser explicado pela crise dos partidos tradicionais, mas principalmente pela efervescência de movimentos sociais de diferentes setores atraídos pela proposta do movimento (Barceló Severgnini, 2017). Exemplo disto foram as campanhas contra a erradicação da folha de coca – política fortemente encabeçada pelos EUA –, contra a privatização da água (conhecida como *Guerra del Agua*), e o Cerco da Paz, no dia 17 de outubro de 2003. Na ocasião, camponeses, cocaleiros, mineiros e outros grupos cercaram La Paz para pedir a saída do então presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada (Crabtree; Chaplin, 2013).

A partir de 2002, cresce o movimento a favor da nacionalização das explorações de petróleo e gás (conhecido como *Guerra del Gas*), que funciona como centralizador das diferentes demandas setoriais (Fuser, 2016). A intensificação dos protestos em 2003 levou à renúncia de Lozada e a emergência da *Agenda de Octubre*, que aventava a oportunidade de, em um futuro governo do MAS, convocar uma constituinte para nacionalizar a exploração dos hidrocarbonetos. Ademais, tal agenda reunia reivindicações de diferentes movimentos sociais, incluindo: a defesa dos recursos naturais com a nacionalização das explorações, reforma política, e maior intervenção do Estado na industrialização do país (Barceló Severgnini, 2017).

É neste contexto que o MAS chega ao poder, e com ampla margem, em 18 de dezembro de 2005. Evo Morales, boliviano de origem *Aymara* e líder sindical dos *cocaleros*, e o vice-presidente Álvaro García Linera, vencem as eleições presidenciais com 53,74% dos votos contra 28,59% do segundo colocado, Jorge Quiroga Ramírez (*Poder Democrático y Social (Podemos)*), e 7,79% de Samuel Doria Medina (*Unidad Nacional*) (Barceló Severgnini, 2017).

Evo Morales assume a presidência da Bolívia em 2006, marcando o fim de um ciclo de subordinação dos indígenas, como o primeiro deles a alcançar o posto. Antigas hierarquias perdem força (Stefanoni, 2010); as mudanças foram profundas, e são resumidas por Nastasia Barceló Severgnini como uma tentativa de substituir regras pautadas no período neoliberal por mais intervenção estatal (Barceló Severgnini, 2017).

Tais mudanças podem ser apresentadas em quatro pontos: 1) reafirmação da

propriedade estatal sobre petróleo e gás; 2) aumento das receitas fiscais a partir da renegociação dos contratos com as empresas estrangeiras, conforme decreto de maio de 2006; 3) fortalecimento da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) e do controle acionário sobre os ativos das empresas capitalizadas durante o período neoliberal; e 4) consolidação de uma política de industrialização (Fuser, 2016).

Outro passo relevante para o aprofundamento democrático ocorre na convocatória de uma Assembleia Constituinte, que aprova uma nova Carta Magna no final de 2007, e que é referendada em janeiro de 2009. A nova visão das lideranças que chegam ao poder abre possibilidades de reconceituar soberania popular, redefinir cidadania e introduzir elementos como “mãe natureza” (*Pachamama*), recuperando tradições populares sufocadas pelas lideranças coloniais, o que leva à constituição de novas relações e formas de poder (Silva Júnior, 2014).

De fato, inicia-se um processo diferenciado, novo, quanto às propostas constitucionais latino-americanas. A ‘máscara colonial’ incorporada pelas Constituições dos países daqui começa a trincar. As novas Constituições latino-americanas propiciam um processo constitucional pensado com a cabeça própria. O surgimento do novo constitucionalismo latino-americano advém com a reorganização dos movimentos sociais progressistas no final do século XX e início do século XXI na América Latina contra as políticas neoliberais em curso. Exemplos não faltam, como a Constituição da República Bolivariana da Venezuela de 1999, a Constituição da República do Equador de 2008 e a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia de 2009 [...] (Silva Júnior, 2014, p. 170).

O processo, contudo, não foi livre de contradições e dificuldades. Divergências entre Morales e departamentos orientais do Estado, em temas como autonomia provincial e indígena, distribuição de divisas dos recursos naturais e o alcance da reforma agrária, fizeram com que a comissão paralisasse suas atividades em agosto de 2007 (Barceló Severgnini, 2017). Os constituintes, eleitos em junho do mesmo ano com a primeira mulher indígena presidente de uma Assembleia Constituinte, Silvia Lazarte (MAS), formaram vinte e uma comissões de trabalho, quais sejam:

Quadro 1 – Comissões temáticas da constituinte boliviana

No.	Comissões
1	Visão de País
2	Cidadania, Nacionalidade e Nacionalidades

3	Deveres, Direitos e Garantias
4	Organização e Estrutura do Novo Estado. Eixos Temáticos: Estrutura Política e Social do Estado Unitário Plurinacional, Regime de Organização Mista do Estado, Poder Moral e Poder Social
5	Legislativo
6	Judiciário
7	Executivo
8	Outros Órgãos do Estado
9	Autonomias Departamentais, Provinciais, Municipais e Indígenas, Descentralização e Organização Territorial
10	Educação e Interculturalidade
11	Desenvolvimento Social Integral
12	Hidrocarbonetos
13	Mineração e Metalurgia
14	Recursos Hídricos e Energia
15	Desenvolvimento Produtivo Rural, Agropecuário e Agroindustrial
16	Recursos Naturais Renováveis, Terra, Território e Meio Ambiente
17	Desenvolvimento Integral Amazônico
18	Coca
19	Desenvolvimento Econômico e Finanças
20	Fronteiras Nacionais, Relações Internacionais e Integração
21	Segurança e Defesa Nacional

Fonte: Asamblea Constituyente (2006, p. 10-11, tradução nossa).³⁰

³⁰ No original: “Comisiones: 1. Visión de País; 2. Ciudadanía, Nacionalidad y Nacionalidades; 3. Deberes, Derechos y Garantías; 4. Organización y Estructura del Nuevo Estado (Ejes Temáticos: Estructura Política y Social del Estado Unitario Plurinacional, Régimen de Organización Mixta del Estado, Poder Moral y Poder Social; 5. Legislativo; 6. Judicial; 7. Ejecutivo; 8. Otros Órganos del Estado; 9. Autonomías Departamentales, Provinciales, Municipales e Indígenas, Descentralización y Organización Territorial; 10. Educación e Interculturalidad; 11. Desarrollo Social Integral; 12. Hidrocarburos; 13. Minería y Metalurgia; 14. Recursos Hídricos y Energía; 15. Desarrollo Productivo Rural, Agropecuario y Agroindustrial; 16. Recursos Naturales Renovables, Tierra, Territorio y Medio

Um total de vinte e cinco organizações participaram das eleições para a assembleia, conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Partidos, alianças e agrupamentos civis participantes

CUADRO 1: Elecciones Asamblea Constituyente 2006. Partidos, Alianzas y Agrupaciones Ciudadanas participantes		
	SIGLA	NOMBRE
Partidos políticos	ADN	Acción Democrática Nacionalista
	AYRA	Movimiento AYRA
	MAS	Movimiento al Socialismo
	MBL	Movimiento Bolivia Libre
	MIR-NM	Movimiento de la Izquierda Revolucionaria - Nueva Mayoría
	MNR	Movimiento Nacionalista Revolucionario
	UCS	Unidad Civica Solidaridad
	UN	Frente de Unidad Nacional
Alianza política	ALIANZA PODEMOS (ASXXI-PDC- UQHARIKUNA Y DIGNIDAD)	Poder Democrático y Social
	MNR-A3	Trabajo, Responsabilidad, Eficiencia y Seguridad-Movimiento Nacionalista Revolucionario
	AAI	Alianza Andres Ibañez (ADN-UCS)
	MNR-FRI	Alianza Camino al Cambio-Frente Amplio
Agrupación ciudadana	CN	Concertación Nacional
	TRADEPA	Transformación Democrática y Política
	ASP	Alianza Social Política
	CDC	Convergencia Democrática Ciudadana
	ALBA	Alianza de Bases
	MAR	Movimiento Autonomo Regional
	MCSFA	Movimiento Ciudadano San Felipe de Austria
	MIBOL	Movimiento de Intergacion Boliviana
	AS	Alianza Social
	MOP	Movimiento Originario Popular
	APB	Autonomia para Bolivia
	ASI	Autonomia Social Integradora
MACA	Movimiento de Accion Ciudadana	

Fonte: Corte Nacional Electoral (2006, p. 1).

Deste total, dezesseis delas conseguiram representação, de acordo com o Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Distribuição de representantes por organização política

**CUADRO 2: Elecciones Asamblea Constituyente 2006.
Asignación de escaños a nivel nacional según organización política y género**

Organización política	Hombres	Mujeres	Total
AAI	1	0	1
APB	2	1	3
AS	6	0	6
ASP	2	0	2
AYRA	2	0	2
CN	5	0	5
MAS	73	64	137
MBL	7	1	8
MCSFA	1	0	1
MIR-NM	1	0	1
MNR	6	2	8
A3-MNR	2	0	2
MNR-FRI	6	2	8
MOP	3	0	3
PODEMOS	45	15	60
UN	7	1	8
Total	169	86	255

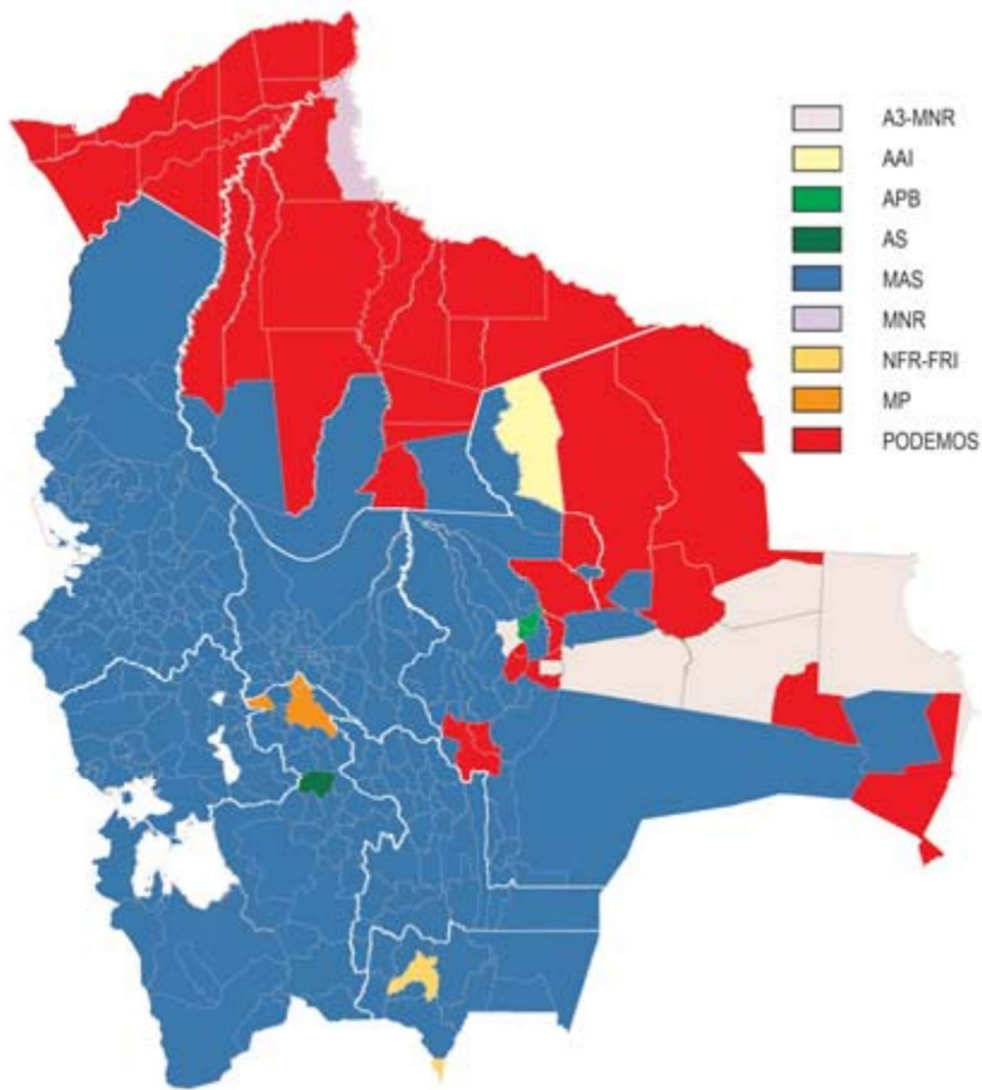
Fonte: Corte Nacional Electoral (2006 p. 1).

Conforme o Quadro 3, o MAS, registrado como um partido político, elegeu cento e trinta sete representantes (54%) de um total de duzentas e cinquenta e cinco cadeiras. O *Podemos*, registrado como uma aliança política, elegeu sessenta representantes (24%). Portanto, o MAS possuía a maioria da assembleia com ampla vantagem sobre o principal partido opositor. As demais quatorze organizações representadas obtiveram não mais do que dez assentos cada, marcando também a fragmentação entre as demais legendas.

O mapa abaixo representa quais organizações políticas obtiveram a maioria dos votos por região.

Mapa 1 – Organização política com maioria por seção municipal

MAPA 1: Elecciones Asamblea Constituyente 2006
Primera mayoría de la votación plurinominal por
sección municipal.



Fonte: Corte Nacional Electoral (2006, p. 1).

Podemos observar pelo Mapa 1, que o MAS obteve maioria nas porções sul, oeste e central do país, regiões em que prevalecem a identidade indígena e andina. No norte e no leste do país, regiões marcadas pela herança hispânica branca, prevaleceu o *Podemos* (Weisbrot; Sandoval, 2008).

Os membros constituintes visitaram diferentes províncias para ouvir a sociedade civil e apresentaram uma primeira proposta do texto em novembro de 2007. Mesmo tendo maioria na assembleia, com 54% dos representantes, sua ratificação levou mais de um ano. Um processo de negociação com a oposição, que logra alterar diversos artigos em prejuízo às mudanças estruturais, foi necessário para possibilitar a convocação do referendo para votar a nova Carta Magna, o que ocorreu em janeiro de 2009. O texto foi aprovado com 61,43% dos votos a favor, com uma participação de 90,26% dos eleitores. No dia 7 de fevereiro de 2009, Morales proclama a nova Constituição e institui o Estado Plurinacional da Bolívia (Silva Júnior, 2014).

A nova Carta Magna amplia direitos políticos e sociais, e traz a inovação do Estado plurinacional e comunitário, reconhecendo trinta e seis nações originárias, cada uma com seu idioma oficial. Religião e Estado são separados, institui-se a possibilidade de referendo revogatório para presidente, governadores e prefeitos, e se estabelece a possibilidade de reeleição para mais um mandato. Para o historiador argentino e então correspondente de diversos periódicos na Bolívia em 2010, Pablo Stefanoni, é na autonomia das diferentes regiões que está a inovação da nova Constituição (Stefanoni, 2010).

[...] sem dúvida a principal inovação do texto constitucional é a substituição do Estado unitário por um novo Estado autônomo, que compreende também autonomias departamentais e indígenas. Estas últimas permitem a eleição de autoridades locais por meio de 'usos e costumes' e reconhecem a justiça comunitária nas jurisdições 'indígena-originária-campesinas', que deverá ser acatada por todas as autoridades públicas. (Stefanoni, 2010, p. 117).

No âmbito econômico, a Constituição reconhece uma economia plural constituída por diversas formas de organização: sócio cooperativa, comunitária, estatal e privada, cunhada como "socialismo comunitário" por Morales e pelo vice-presidente, Álvaro Garcia Linera. Parte deste projeto envolve retomar a participação do Estado na economia, tendo como medida principal a nacionalização dos hidrocarbonetos, realizada em maio de 2006. Ademais, promoveu-se também uma política de redistribuição de terras através de uma recondução comunitária da lei de reforma agrária, que datava de 1996. Readaptada, passou a focar territórios de camponeses e indígenas, ampliando os critérios para que a terra cumpra sua função econômica-social, aumentando a possibilidade de desapropriação pelo Estado em casos de especulação (Stefanoni, 2010).

Quanto às relações internacionais do Estado boliviano, a nova Constituição estipula que a Bolívia é um Estado pacifista, promotor da cultura e do direito à paz, da cooperação entre povos para um desenvolvimento equitativo e respeitoso das soberanias. A Carta Magna proíbe a instalação de bases militares forâneas em seu território (Stefanoni, 2010).

Outra quebra com o paradigma ocidental do viver melhor moderno é o princípio do viver bem, mais próximo da cosmovisão indígena de *suma qamaña*. Com isso, a Bolívia estabeleceu uma posição de destaque no debate sobre mudanças climáticas. Após a Cúpula de Copenhague, realizada em dezembro de 2009, Morales convocou a Cúpula Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe-Terra, em Cochabamba, realizada em abril de 2010 como cúpula alternativa. Ainda em 2009, Morales foi nomeado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Herói Mundial da Mãe Terra. Apesar de muitas dessas ações terem mais destaque no ambiente externo, se considerarmos o discurso emancipatório em um país com fortes raízes coloniais, em que grande parte da sociedade é considerada como cidadão de segunda classe, ou não cidadãos, a Bolívia passou por um momento de ruptura. Este movimento envolve um processo de mudanças nas elites políticas e reversão de estigmas e preconceitos (Stefanoni, 2010) em um país caracterizado por clivagens sociais marcantes (Weisbrot; Sandoval, 2008), conforme veremos adiante.

3.3 Divisões étnico-raciais, de recursos e as incursões dos EUA

A Bolívia é um país marcado por fortes contradições internas, com divergências de renda e divisões étnicas. Ao leste, a herança hispânica branca se faz mais presente, enquanto a oeste prevalece a identidade andina e indígena.

[...as províncias da Meia Lua – Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando – têm uma população indígena muito menor do que o restante do país, variando entre 16,2% em Pando e 37,5% em Santa Cruz; isto se compara com uma média de 62% do restante do país. Isso é claramente um intervalo demográfico amplo em um país em que a maioria indígena sofreu séculos de discriminação. Bolivianos indígenas, hoje, têm taxas muito maiores de pobreza, extrema pobreza, analfabetismo e desnutrição. (Weisbrot; Sandoval, 2008, tradução nossa).³¹

³¹ No original: “[...] the Media Luna provinces — Santa Cruz, Tarija, Beni, and Pando — have a much lower indigenous population than the rest of the country, ranging from 16.2 percent in Pando to 37.5 percent in Santa Cruz; this compares with an average of 62 percent for the rest of the country. This is clearly a vast demographic gap in a country where the indigenous majority has suffered centuries of discrimination. Indigenous Bolivians today have much higher rates of poverty, extreme poverty, illiteracy, and malnutrition” (WEISBROT; SANDOVAL, 2008).

Dessa forma, à construção de identidades nacionais distintas, somam-se as diferenças econômicas, políticas, religiosas e culturais entre as regiões. Ao correlacionar os níveis de extrema pobreza de algumas regiões e a concentração dos lucros obtidos pela exploração de hidrocarbonetos em poucas regiões do país, o MAS propõem uma agenda de redistribuição. Tal agenda envolve a estatização da exploração de petróleo e gás (Zabolotsky, 2017).

Ao tornar empresas estatais sócias majoritárias das empresas responsáveis pela exploração, o MAS concentrou a distribuição das arrecadações no Estado, que passa a definir como distribuir e utilizar os recursos. Esta reforma suscitou apelos dos departamentos com maior produção de petróleo e gás, e, portanto, com maior renda, por mais autonomia e participação na divisão dos lucros, assim como reacendeu movimentos separatistas que passam a convocar referendos para aprovar estatutos de autonomia, o que ocorre nos departamentos da região da chamada Meia Lua: Beni, Pando, Santa Cruz de la Sierra e Tarija, cujas legalidade e legitimidade foram questionadas por La Paz (Zabolotsky, 2017).

O movimento separatista da região da Meia Lua recrudescer seu discurso, e a radicalização do embate entre governo e oposição resultou em uma escalada da violência no país, com invasão de prédios públicos, explosão de gasodutos, e o Massacre de Pando (ou Massacre de El Porvenir), em que o enfrentamento entre manifestantes e oposição deixou vinte e cinco feridos, cento e seis desaparecidos e trinta mortos (Zabolotsky, 2017). Para Nastasia Barceló Severgnini, o massacre, ocorrido no dia 11 de setembro de 2008, marcou o ponto máximo da violência dos movimentos separatistas (Barceló Severgnini, 2017).

Na ocasião, os EUA apoiaram as regiões separatistas, com projetos da *United States Agency for International Development (Usaid)* – em português, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional –, focados em autonomia, políticas descentralizadas, e um escritório dedicado para iniciativas de transição (Zabolotsky, 2017). A revolta dessas províncias, para alguns estudiosos, como o canadense Michel Chossudovsky, teria sido orquestrada pelos EUA através do Departamento de Estado, com apoio da Usaid e da *Central Intelligence Agency (CIA)* – em português, Agência Central de Inteligência (Chossudovsky, 2008).

A secessão das províncias orientais da Bolívia forma parte de uma operação encoberta dos Estados Unidos, coordenada pelo Departamento de Estado estadunidense em coordenação com agências de inteligência. 'Segundo um

informe de imprensa, a USAID tem um ‘Escritório de Iniciativas de Transição’, que opera na Bolívia e canaliza milhões de dólares para adestrar e apoiar governos regionais e movimentos de oposição de direita’, os esquadrões da morte responsáveis pela morte dos seguidores de Evo Morales em El Porvenir estão apoiados de forma encoberta pelos Estados Unidos, que também proporcionam apoio através de vários grupos de oposição por meio do Legado Nacional para a Democracia [*National Endowment for Democracy*]. (Chossudovsky, 2008, tradução nossa).³²

Observou-se uma tentativa de dividir o país fazendo uso das clivagens identitárias existentes e das divergências quanto à política econômica para formar grupos que desejavam se separar da Bolívia, desestabilizando o governo de Morales, em 2008. Na ocasião, o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, endossou as acusações aos EUA:

Hugo Chávez voltou a acusar os EUA de intervir na política latino-americana e ser o principal conspirador na Bolívia para provocar a queda de Morales, e denunciou uma ‘conspiração internacional’ contra Morales liderada pelos EUA: ‘Estamos tomando medidas para evitar fases mais complicadas de intervenção na Bolívia. Não queremos intervenção e pedimos ao governo dos EUA que retire suas mãos da Bolívia e da América Latina, porque eles são os culpados. O governo dos EUA é o grande conspirador’. Mas, agora, a América do Sul ‘canta em coro’ contra ‘as políticas do império’. Por isso, segundo seu ponto de vista, a Unasul iria parar a crise, evitando um golpe de Estado contra Morales, como ocorreu no Chile em 1973. Chávez disse que: ‘Abortamos um golpe de Estado na Bolívia e, se não, pelo menos começamos a abortá-lo’. Também aludiu às condições propostas por alguns setores da oposição boliviana, que solicitaram a liberação do prefeito de Pando, Leopoldo Fernández, e, assim, começar as negociações com o governo boliviano. (MALAMUD, 2008, p. 6, tradução nossa).³³

³² No original: “*La secesión de las provincias orientales de Bolivia forma parte de una operación encubierta patrocinada por Estados Unidos, coordinada por el departamento de Estado estadounidense en coordinación con sus agencias de inteligencia. ‘Según un informe de prensa, USAID tiene una ‘Oficina de Iniciativas de Transición’ que opera en Bolivia y canaliza millones de dólares para adiestrar y apoyar a los gobiernos regionales y movimientos de oposición de derecha’, los escuadrones de la muerte responsables de la muerte de los seguidores de Evo Morales en El Porvenir están apoyados de forma encubierta por Estados Unidos, que también proporciona apoyo a través de varios grupos de oposición por medio del Legado Nacional para la Democracia [National Endowment for Democracy]’* (Chossudovsky, 2008).

³³ No original: “*Hugo Chávez volvió a acusar a EEUU de intervenir en la política latinoamericana y ser el principal conspirador en Bolivia para provocar la caída de Morales y denunció una ‘conspiración internacional’ contra Morales liderada por EEUU: ‘Estamos tomando medidas para evitar fases más complicadas de intervención en Bolivia. No queremos intervención y le pedimos al gobierno de EEUU que retire sus manos de Bolivia y América Latina, porque ellos son los culpables. El gobierno de EEUU es el gran conspirador’. Pero ahora América del Sur ‘canta a coro’ contra ‘las políticas del imperio’. Por eso, según su punto de vista, Unasur iba a parar la crisis, evitando un golpe de Estado contra Morales, como ocurrió en Chile en 1973. Chávez dijo que: ‘Hemos abortado un golpe de Estado en Bolivia y si no, por lo menos hemos comenzado a abortarlo’. También aludió a las condiciones propuestas por algunos sectores de la oposición boliviana, que solicitaron la liberación del prefecto de Pando, Leopoldo Fernández, y así comenzar las negociaciones con el gobierno boliviano”* (MALAMUD, 2008, p. 6).

Em agosto de 2008, realizou-se um referendo para revogar os mandatos de Morales, Linera e dos governadores estaduais. Apesar do forte respaldo a Morales, a direita recrudesciu seu discurso, causando um aumento expressivo de atos políticos violentos por movimentos autonomistas da região da Meia Lua, chegando ao ponto de impedir a aterrissagem de um avião no qual estava o presidente Morales (Barceló Severgnini, 2017).

Nesta crise, a Unasul teve atuação mais preponderante na mediação do conflito, excluindo organismos tradicionais de segurança hemisférica, como a OEA (Zabolotsky, 2017). Em 2019, com o enfraquecimento da Unasul, ocorre justamente o contrário, presença ostensiva da OEA e desfecho favorável à oposição ao MAS.

A polarização política na Bolívia adquiriu novos tons a partir das discordâncias entre governo e a oposição de direita (vitoriosa nas eleições departamentais e municipais na região da Meia Lua) no que tange, principalmente, às políticas de nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos. Este fator associado às divergências de caráter identitário e cultural fomentaram a eclosão de manifestações violentas que ameaçaram a integridade territorial do país e um governo democraticamente eleito. Esse quadro de ruptura democrática, em conjunto com as possibilidades de propagação do conflito e das possíveis consequências regionais, fez com que os países sul-americanos, por meio da UNASUL, intervissem no conflito. (Zabolotsky, 2017, p. 474-475).

A tensão entre Bolívia e EUA cresceu com a aproximação do então embaixador dos EUA, Phillippe Goldberg, a um dos líderes da oposição, o governador de Santa Cruz, Rubén Costas. Goldberg acabou expulso do país em setembro de 2008, levando consigo os agentes da *Drug Enforcement Administration* (DEA) dos EUA (em português, Administração de Fiscalização de Drogas), seguida pela expulsão do embaixador boliviano nos EUA, Gustavo Guzmán, rompendo as relações diplomáticas entre os países até 2011. Ademais, os EUA responderam com sanções econômicas, suspendendo preferências tarifárias (Zabolotsky, 2017).

Para além da questão dos hidrocarbonetos, a Bolívia concentra a maior reserva de lítio do mundo, seguida por Chile, Argentina e Brasil. O lítio é um minério amplamente utilizado para a fabricação de baterias e com importância crescente na economia global. Ainda em 2011, Mônica Bruckmann adiantou que o tema deveria criar tensões na região andina, em vista dos interesses colossais em jogo (Bruckmann, 2011).

Todo o processo de industrialização do lítio vem sendo desenvolvido com muito cuidado pelo governo, no intuito de garantir a soberania sobre os recursos naturais do país. Entretanto, é sabido que o país não tem capacidade tecnológica autônoma para realizar tal projeto e há a necessidade

de estabelecer concessões às empresas multinacionais para se poder avançar. Neste ponto, em toda a cadeia do lítio, é obrigatório que a *Yacimientos de Litio Bolivianos* (YLB) seja sócia majoritária dos projetos, a empresa estrangeira parceira precisa garantir o mercado para os produtos e a mão de obra deve ser boliviana. (Castro; Guerra; Lima Filho, 2020, p. 112).

Apesar da financeirização despontar no século XXI (Borón, 2012), os recursos naturais minerais – não apenas combustíveis, mas também aqueles utilizados nas indústrias de tecnologia, aeroespacial, nanotecnologia e nuclear – estão no centro do debate, especialmente para a AL, uma vez que seu domínio é indicado como questão de segurança nacional para os EUA e de importância crescente para a China (Bruckmann, 2011). O caso boliviano parece um exemplo adequado dessa discussão, pois podemos identificar o quão multifacetado é o imperialismo no século XXI, recorrendo a diferentes táticas para a consecução de seus objetivos.

A questão da coca também é central para compreender os diferentes grupos e classes sociais da Bolívia em situação de subalternização, principalmente de indígenas e camponeses, para os quais a coca está no centro do amálgama social, bloco que levou o MAS ao poder nas eleições de 2005. A tensão com os EUA no tema ocorre através da DEA, agência estadunidense de combate às drogas obcecada em controlar a coca boliviana, e colombiana, como resposta adequada ao controle do consumo de cocaína em seu território. A coca tradicional é aquela mascada pelos povos andinos, antes mesmo da colonização, e que permite a vida dos povos andinos; do outro lado, há a coca excedente (*coca excedentaria*, no termo em espanhol), que se utiliza no mercado ilegal (Porto-Gonçalves, Monteiro; 2020).

Foi neste contexto que Evo Morales respondeu à proposta de “*cero coca*” da embaixada dos EUA no país andino, destacando que zero coca representa *zero quéchua, zero aymara e zero guarani*. Este bloco, representado pelo MAS, contra o imperialismo estadunidense se fortalece na defesa de um nacionalismo popular que lutou, e venceu, contra propostas de privatização da água em 2000, e a favor da nacionalização da produção de petróleo e gás, em 2003. Esta organização popular é parte da construção que leva à eleição de Morales em 2005, com o indígena cumprindo um papel central no país (Porto-Gonçalves, Monteiro; 2020).

A colonialidade marca a formação social da AL, na qual a questão étnico-racial e de classe é estruturante. A derrubada de Morales em 2019 – nosso próximo tópico – é também uma expressão do ódio de classe, do preconceito anti-indígena e do caráter antidemocrático das oligarquias. Mesmo que os símbolos indígenas tenham

sido recuperados nos governos do MAS, estruturas da colonialidade permaneceram. Ainda assim, no pleito de 2020, com Luis Arce, o MAS venceu com 55% dos votos válidos, contra 28% de Carlos Mesa do partido *Comunidad Ciudadana* (CC), e 14% de Luis Fernando Camacho (*Creemos*), com 5% de votos brancos e nulos, sendo vitorioso em seis de um total de nove departamentos (Porto-Gonçalves, Monteiro; 2020).

3.4 O processo eleitoral de 2019

O direito à reeleição na Bolívia foi estabelecido pela Constituição promulgada em 2009, junto ao mandato presidencial de cinco anos, e utilizado pela primeira vez por Evo Morales. Após um mandato de 2006 a 2009, Morales foi reeleito para um segundo período exercido entre 2010 e 2014. Para o pleito de 2014, o então presidente argumentou que seu primeiro mandato foi iniciado antes da promulgação da nova Carta de 2009, que instaura o Estado Plurinacional da Bolívia. Por essa razão, não teria utilizado seu direito à reeleição. O Tribunal Constitucional do país aprovou a candidatura de Morales afirmando que o mandato anterior foi o primeiro do Estado Plurinacional refundado com a constituição de 2009 (Tribunal [...], 2013). A oposição criticou a decisão. O principal opositor de Morales, Samuel Doria Medina Auza, então líder da *Unidad Nacional*, afirmou que o tribunal se colocou à margem das leis (Oposição [...], 2019). Dessa forma, Morales se candidatou para um novo mandato e foi eleito para o período entre 2015 e 2019.

Para o processo eleitoral de 2019, Morales convocou um referendo em 2016 propondo uma alteração na Constituição que possibilitasse sua participação em mais um pleito. Sem sucesso, Morales recorreu ao *Tribunal Constitucional Plurinacional*, em 2017, afirmando que candidatar-se é um direito previsto no artigo 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos. O tribunal aprovou por unanimidade a candidatura de Morales, ao concordar que participar do processo eleitoral constitui um direito humano (Marques, 2019) e estendeu a prerrogativa para governadores, prefeitos e vereadores (Oposição [...], 2017). Mais uma vez, a oposição questionou o tribunal ao afirmar que permitir mais uma candidatura de Morales é um golpe contra a democracia. Samuel Medina (*Unidad Nacional*) classificou a decisão como ilegítima e disse que a intenção de Morales é se eternizar no poder (Oposição [...], 2017). Se por um lado Morales participou e ganhou em todos os pleitos, por outro, os desgastes

políticos para garantir a possibilidade de candidatura resultaram em vitória apertada nas eleições de 2019, o que abriu a possibilidade para questionamentos pelas oligarquias e para sua derrubada (Porto-Gonçalves, Monteiro; 2020).

A contagem de votos das eleições de 2019 foi conturbada, com atrasos, interrupções e protestos. Uma vez declarada a vitória de Morales, Argentina, Brasil, Colômbia e os EUA não reconheceram o resultado. Junto às ruas ocupadas, registraram-se confrontos, mortes, saques e crise de abastecimento (Marques, 2019). O líder dos protestos, Luis Fernando Camacho (então vinculado ao *Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR)*), pediu a formação de uma junta de governo com o alto comando militar e policial enquanto aguardava a chegada de grupos opositores à capital, La Paz, para levar uma carta de renúncia para Morales assinar. A oposição, liderada pelo candidato e ex-presidente, Carlos Mesa (CC), exigia que Morales e seu vice, Álvaro García Linera (MAS), garantissem que não se candidatariam no novo processo eleitoral, que deveria ser acompanhado por um novo Tribunal Eleitoral eleito e credível junto aos demais poderes do Estado. Ademais, uma junta de governo transitória deveria ser criada para se encarregar do novo pleito (Molina, 2019).

A OEA apresentou seu relatório preliminar no dia 23 de outubro de 2019, em Washington, e concluiu que caso Morales saísse vencedor no primeiro turno, devido ao contexto e aos problemas evidenciados, seria melhor convocar um segundo turno contra Carlos Mesa. Na ocasião, Evo disse que um processo de golpe de Estado estaria em curso, enquanto Mesa pediu que a mobilização nas ruas continuasse até que a situação fosse definida. Na ocasião, o diretor do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da OEA, Gerardo Icaza, afirmou que a polarização, a desigualdade na disputa, a desconfiança nas instituições eleitorais, a falta de transparência, e a pequena margem que possibilitaria Morales ser eleito no primeiro turno geraram uma alta tensão política e social, reiterando a recomendação de realizar um segundo turno entre Mesa e Morales (Missão [...], 2019).

No dia 30 de outubro, lideranças do governo de Morales e a OEA acordaram a realização de uma auditoria, que resultou em uma Análise de Integridade Eleitoral completa – a qual analisaremos em detalhes mais adiante. O então ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Diego Pary, informou no próprio dia 30 de outubro, que após coordenação e assinatura dos acordos entre Bolívia e OEA, o organismo realizaria uma auditoria abrangente do processo eleitoral (Bolívia [...], 2019). O acordo estabelecia que a auditoria seria vinculante, ou seja, poderia alterar os resultados

oficiais, e caso encontrasse irregularidades suficientes, uma votação de desempate entre Morales e Mesa seria convocada. Na ocasião, Carlos Mesa (CC), afirmou que o acordo seria uma farsa, e que não desejava um segundo turno, mas uma nova eleição geral (Molina, 2019).

No dia 10 de novembro de 2019, dia em que Morales renuncia ao posto, a OEA divulgou uma minuta da auditoria, na qual indicou que houve manipulação intencional dos resultados com base em evidências incontestáveis de um processo marcado por graves irregularidades (Laborde, 2020). O organismo informou que houve alteração e queima de atas de votação, falsificação de assinaturas e redirecionamento de dados para servidores fora do controle do *Tribunal Supremo Electoral* (TSE); tais ações teriam modificado a tendência dos votos após uma interrupção da contagem. O relatório menciona que com base em projeções estatísticas seria improvável que Morales obtivesse uma diferença superior a 10% dos votos com relação ao segundo colocado, evitando, assim, um segundo turno. Em seguida ao relatório preliminar da OEA, o *Centre for Economic and Policy Research* (CEPR), um *think tank* com sede em Washington, divulgou um relatório apontando que os argumentos da OEA para indicar irregularidades eleitorais foram feitos sem evidência (Greenwald, 2020).

O papel do organismo é questionado por muitas vezes servir como uma ferramenta do Departamento de Estado dos EUA (Weiss, 2020). Um estudo de John Curiel e Jack R. Williams, membros do *Election Data and Science Lab*, do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) (em português, Laboratório de Ciência e Dados Eleitorais do Instituto de Tecnologia de Massachusetts) indicou não haver evidência estatística da fraude e apontou falhas no método estatístico do organismo. Em resposta, a OEA indicou que é um desafio à razão a auditoria ser questionada a partir de apenas uma das provas apresentadas, ignorando-se as demais (Laborde, 2020).

Enquanto isso, também no dia 10 de novembro, setores das FA e das polícias passaram a se organizar para pedir a saída de Morales. Na ocasião, após a divulgação da minuta de auditoria da OEA, o comandante em chefe das Forças Armadas da Bolívia, Williams Kaliman, declarou: “Depois de analisar a situação conflituosa interna, sugerimos que o presidente do Estado renuncie a seu mandato presidencial, permitindo a pacificação e a manutenção da estabilidade pelo bem de nossa Bolívia” (Marques, 2019). No mesmo dia, Morales anunciou a realização de novas eleições,

com um novo Tribunal Eleitoral, afirmou que a Assembleia Legislativa deveria decidir os critérios para escolha dos novos árbitros eleitorais e conclamou pela paz no país, convulsionado há mais de duas semanas (Marques, 2019).

Em um processo paramilitar, militar, político, técnico-jurídico e com participação de um organismo regional na destituição do presidente eleito, ainda no dia 10 de novembro, Morales acabou renunciando e levou aos demais líderes políticos a também renunciarem a seus cargos, como o vice-presidente, Álvaro García Linera (MAS), e os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados (Marques, 2019). Estas renúncias ocorreram em um contexto de intimidação e ataques diretos aos líderes do governo, seus domicílios e famílias em diversas cidades (Molina, 2019). Seguido da renúncia de Morales, Jeanine Añez (*Movimiento Democrático Social – MDS*), segunda vice-presidente do Senado, autoproclamou-se presidenta e assumiu o cargo interinamente em 12 de novembro de 2019, prometendo convocar eleições na maior brevidade possível (Weiss, 2020).

No dia 4 de dezembro, a OEA divulgou o relatório final de análise de integridade eleitoral e apontou a manipulação nos votos como fundamental para garantir a vitória de Morales em primeiro turno, com uma margem de 35 mil votos, angariando 47,07% dos votos contra 36,51% de Carlos Mesa. Com a diferença superior a 10% e quantidade de votos acima de 40%, Morales saiu vencedor no primeiro turno. Neste contexto, a OEA recomendou a realização de um novo processo com a presença de novas autoridades eleitorais. O organismo apontou uma impossibilidade de validar o resultado das urnas devido a problemas na tecnologia de eleição empregada, na cadeia de custódia, na integridade das atas eleitorais e com base nas projeções estatísticas realizadas pelo organismo (Greenwald, 2020).

Outro estudo estatístico conduzido por Francisco Rodríguez, professor da Universidade de Tulane, Dorothy Kronik, da Universidade da Pensilvânia, e Nicolás Idrobo, então doutorando na mesma universidade, afirma que o argumento da OEA de que os votos de Morales tiveram um salto nas cédulas finais foi baseado em dados e técnicas inadequadas. O estudo conduzido com dados das autoridades eleitorais bolivianas cedido ao jornal *The New York Times* indicou que uma vez corrigida as falhas no método utilizado pela OEA, a evidência de fraude eleitoral desaparece (Estudo [...], 2020).

Em março de 2020, o CEPR apresentou outra análise na qual concluía que a missão da OEA na Bolívia era mais um exemplo de ações problemáticas do

organismo, de conduta desonesta, tendenciosa e não profissional, causando danos à democracia do país. Para o Centro, enquanto o relatório preliminar apontava fraude e ajudava a promover a renúncia e exílio de Morales, o mesmo relatório não fornecia evidência de que essas irregularidades tentaram ou de fato alteraram o resultado da eleição. A publicação do relatório da OEA, para o *think tank*, agravou a instabilidade no país e, somada à pressão das FA, levou Morales a renunciar, embarcar para o México como asilado político, seguindo mais tarde para a Argentina (Greenwald, 2020).

A presidente autoproclamada, Jeanine Añez (MDS), fez um primeiro agendamento de novas eleições para 3 de maio de 2020, data que foi adiada por conta da pandemia de COVID-19, remarcada para 6 de setembro (Estudo [...], 2020), e por fim realizada em 18 de outubro de 2020 (Weiss, 2020). O Tribunal Eleitoral da Bolívia apresentou o resultado com Luis Arce (MAS) – mesmo partido de Morales – eleito em primeiro turno com 55,1% dos votos, enquanto Carlos Mesa (CC) obteve 28,8%; e Luis Fernando Camacho (*Creemos*) recebeu 14% dos votos. Os organismos internacionais que realizaram missões de observação se manifestaram favoráveis ao trabalho realizado pelas autoridades eleitorais bolivianas responsáveis pelo pleito, inclusive a própria OEA (Molina, 2020). Este resultado evidencia que o projeto do MAS vai além de lideranças carismáticas e do próprio Evo Morales (Porto-Gonçalves; Monteiro, 2020).

No próximo item, analisaremos em detalhe o relatório preliminar e o relatório final de análise de integridade eleitoral das eleições na Bolívia em 2019, ambos produzidos pela OEA. A análise documental é fruto de leitura crítica, reflexiva e interpretativa realizada por este trabalho, motivo pelo qual não apresenta referências bibliográficas.

3.5 A missão de observação eleitoral da OEA

A Missão de Observação Eleitoral (MOE) da OEA nas eleições gerais de 2019 ocorreu mediante convite das autoridades eleitorais da Bolívia à Secretaria Geral da organização. No dia 7 de outubro de 2019, a equipe do organismo liderada pelo ex-chanceler da Costa Rica, Manuel A. González Sanz, chegou ao país composta por noventa e dois especialistas e observadores de vinte e quatro nacionalidades, distribuídos nos nove departamentos bolivianos e em três países desde os quais foi

possível o voto no exterior, sendo eles: Argentina, Brasil e Estados Unidos (OEA, 2019).

Aspectos fundamentais do processo eleitoral foram objeto de análise da MOE, como: “[...] organização e tecnologia eleitoral, financiamento de campanha, justiça eleitoral, participação política de mulheres, povos indígenas e afrodescendentes, meios de comunicação e voto no exterior” (OEA, 2019, p,1, tradução nossa).³⁴ Os dados foram disponibilizados pelo *Órgano Electoral Plurinacional* (OEP), autoridades de governo, partidos políticos, candidatos, sociedade civil, diplomatas e acadêmicos (OEA, 2019).

O informe preliminar da MOE, divulgado em 23 de outubro de 2019, inicia a seção *Etapas Preelectorales* destacando as queixas recebidas nos encontros realizados com os grupos descritos quanto à participação de Morales como candidato presidencial. Os entrevistados, segundo o informe, argumentaram que a candidatura desrespeitava os limites de reeleição previstos na Constituição e a vontade popular, expressa no referendo de 21 de fevereiro de 2016. Por sua vez, os representantes do governo destacaram que as limitações eleitorais não foram aplicadas, em referência crítica à sentença do *Tribunal Constitucional Plurinacional* (TCP), que defendeu que a candidatura é um direito humano (OEA, 2019).

Ainda na seção pré-eleitoral, o relatório aponta que assim como nas eleições de 2014 e 2015, ocorreu uma constante difusão de informes de inauguração de obras públicas e programas de governo nos últimos trinta dias de campanha, o que é proibido por lei. Ademais, citou uma falta de confiança no TSE, que após mudanças internas, teria resultado em um debilitamento da institucionalidade eleitoral. O informe menciona as renúncias em 2018 da presidente, do vice-presidente e a saída de técnicos e diretores do TSE (OEA, 2019).

Durante a jornada eleitoral, a MOE cobriu novecentas e noventa e uma mesas de votação em trezentos e cinquenta e dois pontos, desde o momento de montagem das instalações até a transmissão de resultados, destacando a alta participação cidadã nos processos. A missão apontou a falta de clareza nos procedimentos e funções e a limitada participação de mesários, provocando confusão e problemas na cadeia de custódia dos dados, com reduzida segurança nos lugares de

³⁴ No original: “[...] organización y tecnología electoral, financiamiento de campañas, justicia electoral, participación política de mujeres, pueblos indígenas y afrodescendientes, medios de comunicación y voto en el exterior” (OEA, 2019, p. 1).

armazenamento das atas de votação (OEA, 2019).

Os primeiros dados do sistema de *Transmisión de Resultados Electorales Preliminares* (TREP) foram divulgados em conferência de imprensa às 19:50 horas do dia 20 de outubro, com 83,85% das atas contabilizadas e Morales angariando 45,71% dos votos, contra 37,84% de Carlos Mesa, diferença de 7,87% dos votos. Sem novos dados divulgados, a OEA cobrou publicamente das autoridades eleitorais bolivianas uma explicação sobre a continuidade do processo. Na sequência, a presidenta do TSE comunicou que a meta de resultados do TREP, fixada em 80% das atas, já havia sido alcançada, e que a contagem definitiva já havia sido iniciada. Por isso, novos números não foram divulgados. No dia seguinte, membros do TSE alegaram problemas técnicos no prosseguimento das contagens pelo TREP, o que incrementou os protestos nas ruas, com mobilizações em frente aos tribunais departamentais. O relatório aponta que pessoal do *Órgano Electoral Plurinacional* (OEP), observadores internacionais e forças de segurança foram atacados (OEA, 2019).

No dia 21 de outubro, o TREP foi reativado às 18:30 horas e atualizado para 94,7% das atas verificadas, conferindo 46,42% dos votos para Morales e 37,06% para Carlos Mesa. Ao incorporar os votos no exterior, Morales chegou a 46,87% e Mesa caiu para 36,73%, ampliando a diferença inicial entre os candidatos de 7,87% para 10,14%. A violência nas ruas escalou e obrigou a interrupção da contagem definitiva nos departamentos de Beni, Chuquisaca, Cochabamba, La Paz e Potosí. Em Pando, Potosí e Tarija os *Tribunales Electorales Departamentales* (TED) foram completamente incendiados, assim como as instalações do *Servicio del Registro Cívico* em Chuquisaca e Potosí. Neste contexto, a MOE ordenou a retirada dos observadores por questões de segurança, encerrando a missão com um comunicado baseado nas informações coletadas em reuniões com o governo, a oposição e autoridades eleitorais. O informe ressaltava:

- que a campanha foi realizada em condições de forte inequidade;
- que, apesar disso, os cidadãos chegaram de maneira pacífica e massiva aos centros de votação para fazer valer sua vontade política;
- que as mudanças na tendência do TREP eram difíceis de explicar e não coincidiam com as outras medições disponíveis. (OEA, 2019, p. 3, tradução nossa).³⁵

³⁵ No original: “- que la campaña se había llevado adelante en condiciones de marcada inequidad. - que, a pesar de ello, la ciudadanía se había acercado de manera pacífica y masiva a los centros de votación para hacer valer su voluntad política. - que los cambios en la tendencia del TREP eran difíciles de explicar y que no coincidían con las otras mediciones de las que se disponía” (OEA, 2019, p. 3).

O comunicado também instou as autoridades eleitorais a defender a vontade dos cidadãos e fez um apelo à paz. Perante o agravamento das tensões, um novo comunicado foi emitido condenando os atos de violência e pedindo que os cidadãos aguardassem a divulgação dos resultados oficiais (OEA, 2019).

O informe preliminar apresenta em suas conclusões que vários dos princípios de uma eleição – certeza, confiança, legalidade, transparência, equidade, independência e imparcialidade – foram violados ao longo do processo. As autoridades eleitorais, segundo o informe, precisam transmitir confiança, com programas de contagem que funcionem, cronogramas claros e transparência que garanta credibilidade. O informe destaca:

Assim mesmo, todo o resultado eleitoral deve prover a possibilidade de ser apelável. A MOE tem dúvidas sérias se neste processo existem as garantias para poder recorrer atos e resultados por parte da autoridade eleitoral (OEA, 2019, p. 4, tradução nossa).³⁶

O relatório chama atenção à renúncia, no dia 22 de outubro, do vice-presidente do TSE, Antonio José Iván Costas Sitic, que apresentou como motivo discordar da decisão de interromper a divulgação dos resultados do TREP, gerando descrédito no processo eleitoral e uma desnecessária convulsão social. Para a OEA, esta renúncia aumentou a desconfiança no processo, debilitou ainda mais a institucionalidade eleitoral, e afetou o funcionamento do TSE. Uma alta tensão social e política foi gerada, com forte polarização, votação acirrada, inequidade na disputa, falta de transparência, e desconfiança frente aos árbitros do processo eleitoral (OEA, 2019).

O informe vai além e afirma que:

Os resultados de uma eleição devem ser credíveis e aceitáveis para toda a população, não apenas para um setor. Neste momento, com 96,78% das atas computadas, o cômputo definitivo marca uma diferença de 9,48% entre os binômios mais votados, o que, se mantido significaria um segundo turno. No caso de concluído o cômputo, e a margem de diferença for superior a 10%, estatisticamente, é razoável concluir que será por uma porcentagem ínfima. Devido ao contexto e aos problemas evidenciados nesse processo eleitoral, continuaria sendo uma melhor opção convocar um segundo turno. (OEA, 2019, p. 4-5, tradução nossa).³⁷

³⁶ No original: “*Asimismo, todo resultado electoral debe proveer la posibilidad de ser apelable. La MOE tiene dudas serias sobre si en este proceso existen las garantías para poder recurrir actos y resultados por parte de la autoridad electoral*” (OEA, 2019, p. 4).

³⁷ No original: “*Los resultados de una elección deben de ser creíbles y aceptables para toda la población no solo para un sector. En estos momentos, con 96,78% de las atas computadas, el cómputo definitivo marca una diferencia de 9,48% entre los binomios más votados, lo que de mantenerse significaría una segunda vuelta. En el caso de que, concluido el cómputo, el margen de diferencia sea superior al 10%, estadísticamente es razonable concluir que será por un porcentaje ínfimo. Debido al contexto y las problemáticas evidenciadas en este proceso electoral, continuaría siendo una mejor opción convocar a una segunda vuelta*” (OEA, 2019, p. 4-5).

Em resposta ao chanceler boliviano, Diego Pary, o Secretário Geral da OEA aceitou realizar uma análise de integridade eleitoral para abarcar outros aspectos do processo eleitoral, com verificação da contagem, verificação estatística, do processo geral e da cadeia de custódia das informações. Por fim, o informe preliminar instava a maior velocidade na conclusão do cômputo definitivo de votos (OEA, 2019).

O informe final de Análise de Integridade Eleitoral, divulgado em 4 dezembro de 2019, apresentava uma lista de achados classificada por tipo de ação e omissão que ocorreram durante o processo eleitoral e que, nas palavras do organismo “[...] definitivamente impactaram na certeza, na credibilidade e na integridade dos resultados das eleições de 20 de outubro de 2019” (OEA, 2019, p. 3, tradução nossa).³⁸ Tal lista foi dividida pela OEA em quatro categorias conforme sua interpretação da gravidade e intencionalidade das ações, conforme abaixo:

Quadro 4 – Seções do Informe final de análise de integridade eleitoral

#	Seção
1	ACCIONES DELIBERADAS QUE BUSCARON MANIPULAR EL RESULTADO DE LA ELECCIÓN Son acciones dolosas que tuvieron la intención de afectar el transcurso del proceso electoral según lo planificado de manera oficial.
2	IRREGULARIDADES GRAVES Son acciones en las que no es claro si existió o no la intención de manipular aspectos de la elección pero que ciertamente causaron serias vulneraciones en la integridad del proceso electoral.
3	ERRORES Equivocaciones o negligencia sin indicios de intencionalidad pero que pudieron facilitar acciones que potencialmente sí vulneraron al proceso electoral
4	INDICIOS Análisis estadísticos y cruce de información que permitió al grupo de auditores tener datos que pudieran indicar comportamientos anormales y lugares donde se debían analizar los documentos electorales con mayor profundidad.

Fonte: OEA (2019, p. 3-7).

A primeira delas se denomina “Ações deliberadas que buscaram manipular o resultado da eleição: são ações dolosas que tiveram a intenção de afetar o transcurso

³⁸ No original: “[...] definitivamente impactaron en la certeza, la credibilidad y la integridad de los resultados de los comicios del 20 de octubre de 2019” (OEA, 2019, p. 3)

do processo eleitoral segundo o planejado de maneira oficial” (OEA, 2019, p. 3, tradução nossa).³⁹

Provavelmente na parte mais enfática do relatório, a OEA menciona entre as ações deliberadas: paralização do sistema TREP de forma intencional, arbitrária e sem fundamentos técnicos; a presença de servidores não previstos na infraestrutura tecnológica, que teriam desviado o fluxo de informações do TREP para outro servidor, sobre o qual se teria, nas palavras do organismo, mentido sobre sua configuração, e que estaria funcionando como um servidor oculto de base de dados. Uma vez descoberto, este servidor teria sido declarado como intermediário entre os servidores oficiais. A OEA apontou também a evasão internacional dos controles da empresa de auditoria, e o redirecionamento para outra rede que estava fora do monitoramento do TSE (OEA, 2019).

Este esquema tecnológico paralelo, o qual, nas palavras do relatório, tentou-se esconder da MOE e das empresas de auditoria, teria criado um ambiente de manipulação, substituição de dados, bem como qualquer outra manobra, desde acessos remotos e servidores paralelos. A MOE encontrou inconsistências entre os dados dos servidores principais e o servidor de divulgação dos dados. Os servidores gerais também tiveram acesso realizado por pessoal das empresas de auditoria, apesar dos pedidos da OEA de que ninguém os acessasse para iniciar a verificação. Ademais, foram detectadas irregularidades no preenchimento de atas de votação e no cômputo das mesmas. O organismo destaca que em uma amostra de quatro mil seiscentas e noventa e duas atas, duzentas e vinte e seis teriam sido preenchidas por uma mesma pessoa, denotando uma ação intencional e sistemática para manipulação dos resultados. Tais atas são de oitenta e seis pontos de votação de quarenta e sete municípios do país. Estes locais registraram trinta e oito mil e um votos, dos quais 91% foram direcionados à chapa de Morales. Por último, o informe menciona, sem saber precisar o número exato, que atas de votação foram queimadas junto à lista de eleitores habilitados para votação, não permitindo comparar a informação preenchida na ata com o cômputo dos votos (OEA, 2019).

Apesar do título chamativo e de tom contundente, a auditoria realizada parece não ter ou omitir determinadas informações de acordo com a linha adotada no informe

³⁹ No original: “*Acciones deliberadas que buscaron manipular el resultado de la elección: Son acciones dolosas que tuvieron la intención de afectar el transcurso del proceso electoral según lo planificado de manera oficial*” (OEA, 2019, p. 3).

preliminar do organismo. Em alguns pontos, o informe final assume até mesmo um tom especulativo. Por exemplo, ao citar que atas foram modificadas não se menciona para quem estavam direcionados os votos das atas modificadas, mas, apresenta ao final dos pontos citados uma alta porcentagem de votos dirigidos a Morales, induzindo uma relação de causalidade. Na mesma linha, o Informe Final menciona que atas foram queimadas junto à lista de eleitores habilitados, não permitindo comparar as informações preenchidas com o cômputo final. Sobre este ponto, o informe preliminar afirma que após a divulgação dos resultados finais, a escalada de violência resultou na queima de material de eleição em postos de votação, informação que o informe final não considerou relevante ao citar as ações deliberadas que teriam buscado manipular o resultado da eleição, embora a contagem já tivesse sido encerrada quando as atas foram queimadas por protestantes descontentes com a eleição de Morales.

Na segunda parte, temos a seção “Irregularidades graves: são ações nas quais não é claro se existiu ou não a intenção de manipular aspectos da eleição, mas que certamente causaram sérias transgressões na integridade do processo eleitoral” (OEA, 2019, p. 5, tradução nossa).⁴⁰

A seção lista como irregularidades graves: a não preservação dos metadados das imagens do TREP para determinar sua autenticidade e identificação da fonte de aquisição destes arquivos; a ausência de registro do valor *hash* (algoritmo que resume dados grandes e de tamanho variável em dados pequenos e de tamanhos fixos) nas atas do software, com modificações posteriores durante o processo eleitoral, inclusive no processamento de atas do exterior após sua inserção nos sistemas tanto do TREP como no de contagem final; transferência de imagens do servidor primário do TREP para o servidor de aplicações e publicação do cômputo oficial, descartando de maneira categórica a afirmação de que se tratam de processos absolutamente independentes; inclusão de ao menos mil quinhentas e setenta e cinco atas do TREP diretamente ao cômputo oficial; existência de atas do exterior incorporadas através de uma funcionalidade denominada *Actas Rezagadas* (no português, Atas Atrasadas), ou seja, por fora do circuito previsto de envio, em que a pessoa responsável ingressava a imagem da ata e os dados da mesma; existência de resíduos de bases

⁴⁰ No original: “*Irregularidades graves: Son acciones en las que no es claro si existió o no la intención de manipular aspectos de la elección pero que ciertamente causaron serias vulneraciones en la integridad del proceso electoral*” (OEA, 2019, p. 5).

de dados em servidores externos; acesso ao sistema operativo do software pelo responsável da empresa fornecedora após o fechamento dos votos para contagem; modificações pela empresa responsável do software de contagem oficial durante o processo; acessos durante o processo de contagem oficial para modificar a base de dados para resolver falhas no algoritmo de cálculos de quarenta e uma mesas de votação; possibilidade de acesso à base de dados da contagem final de maneira direta, sem necessidade de usar o software, ou seja, falta de preservação adequada dos dados da eleição com uma cadeia de custódia frágil e que não garantiu que o material eleitoral não tenha sido manipulado ou substituído. Ainda sobre as atas de votação do exterior, foram encontradas atas sem preenchimento nas instalações do TSE, material que deveria ter sido descartado por erro ou defeito, demonstrando o não cumprimento dos procedimentos de destruição de materiais sensíveis (OEA, 2019).

A seção de irregularidades graves apresenta os problemas durante o processo eleitoral sem vincular diretamente os atos descritos com o resultado final das eleições. Ainda assim, há algumas correlações feitas com a seção anterior de ações deliberadas que buscam reforçar o argumento da manipulação dos resultados. Exemplo disso é a menção repetida à questão dos servidores, acessos externos pela empresa de software e membros do governo, além de questões vinculadas à cadeia de custódia do TREP. Isto evidencia também o limite tênue entre ações deliberadas e irregularidades graves, mas que não está claro se houve intencionalidade de manipular aspectos eleitorais.

A terceira parte, “Erros: incorreções ou negligência sem indícios de intencionalidade, mas que puderam facilitar ações que potencialmente sim violaram o processo eleitoral” (OEA, 2019, p. 6, tradução nossa),⁴¹, retoma inconsistências do TREP mencionando que mesmo em casos de diferenças entre o primeiro registro e o segundo registro na ata de votação, o sistema permitia aprová-la e contabilizá-la; menciona também o frágil sistema de autenticação, permitindo aos usuários assumirem o papel de administradores, abrir várias sessões com o mesmo usuário, e falhas ao sair do sistema, permanecendo autenticado ao reabrir a página fechada sem precisar inserir novamente as credenciais; mistura de atas de teste com atas do dia da eleição; interrupção da transmissão dos dados da contagem oficial devido aos

⁴¹ No original: “*Errores: Equivocaciones o negligencia sin indicios de intencionalidad pero que pudieron facilitar acciones que potencialmente sí vulneraron al proceso electoral*” (OEA, 2019, p. 6).

ataques ao servidor nos dias 24 e 25 de outubro; inclusão da lista de não habilitados a votar na lista de eleitores habilitados; falta de coordenação com as forças públicas para resguardo de material eleitoral sensível; inconsistência em trinta e sete atas de votação do exterior com inconsistências no número de cidadãos que votaram (OEA, 2019).

Conforme acima, nesta parte do relatório, a OEA apresentou os dados de maneira mais ampla, de fato correspondendo a problemas menores, em uma primeira análise. De toda forma, alguns dados poderiam ter sido apresentados tendo o seu universo total como referência. Exemplo, de todos os votos no exterior, foram identificadas trinta e sete atas a mais. Mas qual é o total de atas do exterior? A qual porcentagem correspondem as trinta e sete atas? Qual variação tais atas poderiam representar a favor de um candidato? O informe não traz tais informações.

Por fim, na última seção, o organismo lista dois pontos denominados “Indícios: análise estatístico e cruzamento de informações que permitiu ao grupo de auditores obter dados que poderiam indicar comportamentos anormais e locais em que se deveriam analisar os documentos eleitorais com maior profundidade” (OEA, 2019, p. 7, tradução nossa).⁴² Este trecho menciona que ao analisar doze mil novecentas e vinte cinco atas (37%), estas continham observações para fazer algum esclarecimento ou para registrar alguma situação ocorrida durante o processo de votação e contagem dos votos; 56% das atas que ingressaram diretamente no cômputo oficial e que não passaram pelo TREP continham observações; ao analisar o tipo de observação, 18% correspondem a mudanças e correções na quantidade de votos para a eleição presidencial; ademais, os auditores identificaram que oitocentas e sessenta e quatro atas entraram apenas na contagem final (4,4%), das quais trezentas e vinte e oito se referiam a mudanças de votos para presidente (OEA, 2019).

O último ponto elencado pelo organismo nesta parte do relatório aborda a questão estatística, e afirma que:

A análise estatística realizada revela que a vitória em primeiro turno de Evo Morales foi estatisticamente improvável, e que sua proclamação se deu por um aumento massivo e inexplicável dos votos do MAS no 5% final do cômputo. Sem esse aumento, mesmo que o MAS tivesse conseguido a maioria dos votos, não teria obtido a diferença de 10% necessária para evitar o segundo turno. Este incremento se deu a partir de rupturas marcadas nas linhas de tendência de votação do oficialismo e do partido *Comunidad Ciudadana* (CC), a nível nacional e departamental. O tamanho das rupturas

⁴² No original: “Indicios: Análisis estadísticos y cruce de información que permitió al grupo de auditores tener datos que pudieran indicar comportamientos anormales y lugares donde se debían analizar los documentos electorales con mayor profundidad” (OEA, 2019, p. 7).

é extremamente inusual e coloca em dúvida a credibilidade do processo. (OEA, 2019, p. 7, grifo nosso, tradução nossa).⁴³

Dois pontos novos chamam a atenção nesta parte: o primeiro é que, diferente dos anteriores, a OEA teve o cuidado de trazer a proporção para cada conjunto de atas e votos mencionados. Por outro lado, o segundo ponto é que o fez de modo confuso, criando conjuntos dentro de conjuntos, e porcentagens dentro de porcentagens. Em outras palavras, a análise começa tratando de um conjunto de doze mil atas, correspondente a 37% do total, e termina abordando um conjunto de trezentas, equivalente a 39% do total de dois recortes feitos ao conjunto inicial. À falta deste cuidado nos itens anteriores soma-se a disposição confusa do texto nesta parte da análise. Além disso, novamente, ao citar atas com correções nos votos presidenciais, o organismo não menciona a qual candidato tais modificações teriam favorecido.

O argumento mais destacado do relatório da OEA por atores a favor do anulamento do processo é a verificação estatística realizada pelo organismo. E de todas as nossas considerações sobre o informe, esta é a mais relevante, embora, talvez, a responsabilidade seja compartilhada com os atores que fizeram uso dessa informação para subsidiar seus argumentos. O termo utilizado é “*improbable*”, que segundo o *Diccionario de la lengua española de la Real Academia Española*, significa “1. adjetivo: não provável” (Improbable, 2022, tradução nossa)⁴⁴. “*Probable*”, por sua vez, significa: “1. adjetivo: verossímil, ou que se embasa em razão prudente; 2. adjetivo: que se pode provar; 3. adjetivo: dito de uma coisa: que há boas razões para crer que se verificará ou sucederá” (Probable, 2022, tradução nossa).⁴⁵ Ou seja, “improvável” é o direto oposto de “provável”: que tem pouca probabilidade e razões para acontecer. Isto difere de afirmar que a análise estatística identificou fraude, até porque o segundo significado de improvável é aquilo que não se pode provar. Por

⁴³ No original: “*El análisis estadístico realizado revela que la victoria en primera vuelta de Evo Morales fue estadísticamente improbable, y que su proclamación se dio por un aumento masivo e inexplicable de los votos del MAS en el 5% final del cómputo. Sin ese aumento, aunque el MAS hubiera conseguido la mayoría de los votos, no habría obtenido la diferencia del 10% necesario para evitar la segunda vuelta. Este incremento se dio a partir de quiebres marcados en las líneas de tendencia de votación del oficialismo y de Comunidad Ciudadana (CC), a nivel nacional y departamental. El tamaño de las rupturas es extremadamente inusual y coloca en duda la credibilidad del proceso*” (OEA, 2019, p. 7).

⁴⁴ No original: “1. adj. no probable” (Improbable, 2022).

⁴⁵ No original: “1. adj. verosímil, o que se funda en razón prudente; 2. adj. que se puede probar; 3. adj. dicho de una cosa: que hay buenas razones para creer que se verificará o sucederá” (Probable, 2022).

isso, a OEA encerra esta parte afirmando que essa ruptura inusual da tendência coloca dúvida à credibilidade do processo, mas não o condena.

Tampouco podemos, portanto, eximir o organismo de responsabilidade pelo uso deste argumento pela oposição, meios de comunicação e até mesmo por mandatários de outros países que se manifestaram. O argumento estatístico ao final é apresentado como um grande desfecho, a conclusão, a consequência de uma série de problemas que levaram a uma possível alteração nos votos e ao aumento no número de votos no MAS, para que não ocorresse um segundo turno. O mesmo carinho não é dispensado ao levantar quantos votos foram computados após as paralizações e qual porcentagem de votos seria necessária para que o presidente eleito garantisse a vitória em primeiro turno. O informe se contenta em afirmar que o aumento é inusual, massivo e inexplicável.

O início da próxima seção, “*Resumen Ejecutivo*”, chancela nossa interpretação acima, em que o organismo afirma que as manipulações e irregularidades destacadas não permitem ter certeza sobre a margem de vitória de Morales:

As manipulações e irregularidades destacadas não permitem ter certeza sobre a margem de vitória do candidato Morales sobre o candidato Mesa. Pelo contrário, a partir da esmagadora evidência encontrada, o que sim é possível afirmar é que houve uma série de operações dolosas encaminhadas a alterar a vontade expressada nas urnas. (OEA, 2019, p. 8, tradução nossa).⁴⁶

Para o organismo, a interrupção do TREP e o redirecionamento dos dados para um servidor externo, tornou as informações manipuláveis. A contagem oficial também teria sido afetada, pois embora, em teoria, constituem-se dois sistemas separados, na prática, esta premissa não foi cumprida, e houve momentos em que dados do TREP teriam sido utilizados na contagem oficial (OEA, 2019).

O informe destaca que no caso dos votos no exterior e atas perdidas ou danificadas, foi feito uso das imagens do TREP para fazer a contagem oficial. No total, mais de 5% das imagens das atas do TREP, que é um sistema mais facilmente manipulável, passaram diretamente à contagem, afetando a credibilidade dos dados. Segundo o organismo, mesmo que se considerasse que o MAS fosse o favorito nos últimos 5% dos votos contabilizados, não se perceberia uma quebra de tendência

⁴⁶ No original: “*Las manipulaciones e irregularidades señaladas no permiten tener certeza sobre el margen de victoria del candidato Morales sobre el candidato Mesa. Por el contrario, a partir de la abrumadora evidencia encontrada, lo que sí es posible afirmar es que ha habido una serie de operaciones dolosas encaminadas a alterar la voluntad expresada en las urnas*” (OEA, 2019, p. 8).

como a observada ao comparar com os 95% dos votos computados, sendo possível apenas com o aumento massivo da quantidade de votos a favor do MAS (OEA, 2019).

Dadas as rupturas nas tendências da votação, a equipe de auditores procedeu a examinar em detalhe as atas correspondentes aos 5% finais da contagem. Os técnicos da auditoria encontraram que, das atas que ingressaram diretamente no cômputo oficial e que nunca foram publicadas através do TREP, é dizer, daquelas que figuram ao final da contagem, 56% tiveram observações. Esta porcentagem é significativamente mais alta que a média da eleição (37%). (OEA, 2019, p. 9, tradução nossa).⁴⁷

Desse mesmo conjunto de atas, a OEA encaminhou aquelas em que Morales recebia mais de 77% dos votos para perícia, junto a outras atas do mesmo centro de votação. De um total de mil e setenta e quatro atas, cinquenta e nove (5,5%) apresentaram graves irregularidades, como preenchimento por uma mesma pessoa. Ao ampliar o universo de análise para três mil seiscentas e dezoito atas, identificaram-se cento e sessenta e sete (4,6%) com irregularidade. De um total de quatro mil seiscentas e noventa e duas atas, duzentas e vinte e seis (4,8%) apresentaram irregularidades (OEA, 2019).

As mesas analisadas somam trinta e oito mil e um votos, dos quais o MAS obteve trinta e quatro mil setecentos e dezoito votos (91%), enquanto a vitória em primeiro turno foi obtida com uma margem de cerca de quarenta mil votos. Ademais, como já apontado, a cadeia de custódia das atas foi frágil, com transporte de material sensível das zonas eleitorais para o respectivo tribunal sem o devido acompanhamento das forças de segurança, ausência de um protocolo específico de organização e custódia para as Atas Oficiais uma vez entregues ao TED. A OEA entende que frente a estas dificuldades, é possível inferir que uma análise de todas as atas encontraria um número superior de alterações e inconsistências (OEA, 2019).

O que chama a atenção nesta parte do argumento é a lógica e ordem da linha argumentativa do organismo. A análise parte de uma amostra de pouco mais de mil atas na qual aponta problemas com 5,5% delas; aumenta o universo para três mil e seiscentas atas com problemas em 4,6% delas; aumenta mais uma vez a amostragem para quatro mil e seiscentas atas, nas quais encontram 4,8% com problemas. Há, portanto uma certa regularidade na porcentagem de problemas encontrados. Não

⁴⁷ No original: “*Dadas las rupturas en las tendencias de la votación, el equipo auditor procedió a examinar en detalle las actas correspondientes al último 5% del conteo. Los técnicos de la auditoría encontraron que, de las actas que ingresaron directamente en el cômputo oficial y que nunca fueron publicadas a través del TREP, es decir, de aquellas que figuran al final del conteo, un 56% tuvieron observaciones. Este porcentaje es significativamente más alto que el promedio de la elección (37%)*” (OEA, 2019, p. 9).

obstante, o organismo dedica um parágrafo para defender que quanto mais se aumenta a amostra, maior o número de atas com problemas, mas não informa que há uma manutenção na porcentagem de desvios, inferindo que:

Dada a comprovada fragilidade da cadeia de custódia e as irregularidades detectadas na análise pericial, é possível inferir que, se fosse possível analisar a totalidade das atas, encontrar-se-ia um número significativamente maior de alterações e inconsistências. (OEA, 2019, p. 10, tradução nossa).⁴⁸

No parágrafo seguinte o organismo aponta que as mesas das quais as amostras foram retiradas somam trinta e oito mil e um votos e que Morales foi eleito em primeiro turno com cerca de quarenta mil votos. Ora, se consideramos a média das três amostras de atas com observações, teríamos 4,97% das atas com irregularidades. Assumindo que em todas elas, a irregularidade grave (que não é explicada pelo organismo) signifique que votos que deveriam ter sido computados a favor de Carlos Mesa foram em sua completude alterados para favorecer Morales, neste caso, mil oitocentos e oitenta e sete votos teriam sido alterados.

Porém, o organismo optou por não apresentar a explicação acima e preferiu indicar que Morales foi eleito com uma margem de cerca de quarenta mil votos – chama atenção não conseguirem precisar a diferença de votos – e que as mesas da amostra computavam um total de trinta e oito mil votos. A linha de raciocínio apresentada leva o leitor a um erro de interpretação de que os trinta e oito mil e um votos foram manipulados de modo a favorecer, em sua completude, o candidato do MAS. O portal G1, por exemplo, afirma em sua matéria que:

A análise da OEA, divulgada em novembro, afirmava que havia manipulação em 38 mil votos, e Morales venceu por uma margem de 35 mil. O então presidente teve 47,07% dos votos, e Carlos Mesa, segundo colocado, 36,51%. Como a diferença era de mais de 10 pontos percentuais, Morales foi considerado reeleito no primeiro turno.

O resultado foi contestado pela oposição e, no dia 30 de outubro, a Bolívia e a OEA concordaram em realizar uma auditoria. Em 10 de novembro, a Organização divulgou um relatório, onde dizia ter identificado problemas nas seguintes etapas do processo: tecnologia da eleição; cadeia de custódia; integridade das atas eleitorais e projeções estatísticas. (Estudo [...], 2020, grifo nosso).

Em suma, pelo apresentado, o informe nos parece impreciso e incompleto em pontos determinantes. Não podemos afirmar que a imprecisão e a disposição dos

⁴⁸ No original: “Dada la comprobada fragilidad de la cadena de custodia y las irregularidades detectadas en el análisis pericial, es posible inferir que, de ser posible analizar la totalidad las atas, se encontraría un número significativamente mayor de alteraciones e inconsistencias” (OEA, 2019, p. 10).

dados são propositais, mas entendemos que a relevância de uma eleição presidencial requer mais atenção e cuidado na apresentação dos dados. Esta imprecisão aumenta a tendência ao erro de interpretação, conforme matéria que mostramos, provavelmente replicada por outros portais e agências de notícias.

Por fim, no bloco de conclusões apresentadas, o relatório destaca que a equipe de auditoria detectou manipulações dolosas do processo eleitoral em dois planos:

A nível das atas, a partir da alteração das mesmas e falsificação das assinaturas dos jurados de mesas. A nível do processamento dos resultados, a partir do redirecionamento do fluxo de dados a dois servidores ocultos e não controlados por pessoal do TSE, tornando possível a manipulação de dados e a substituição de atas. A isso se somam irregularidades graves, tal como a falta de resguardo das atas e a perda de material sensível. (OEA, 2019, p. 10, tradução nossa).⁴⁹

O organismo ainda argumenta que as autoridades eleitorais foram parciais e que permitiram o desvio de informação a servidores externos, enquanto deveriam velar pela legalidade e integridade do processo, o que, para o organismo, acabou “[...] destruindo toda a confiança no processo eleitoral” (OEA, 2019, p. 10, tradução nossa).⁵⁰

[...] as descobertas são contundentes. A equipe de auditores não pode ignorar o conjunto de manipulações e irregularidades observadas através do trabalho de campo e da análise de mais de duzentas denúncias e comunicações com informação que se receberam. Fazê-lo seria um ato de completa irresponsabilidade e significaria descumprir o mandato assumido no momento em que se aceitou realizar a auditoria. (OEA, 2019, p. 10, tradução nossa).⁵¹

Esta parte lança luz sobre nossa interpretação de que o relatório do organismo é tendencioso, palavra que temos evitado ao máximo. Afinal, o mandato assumido pela Missão de Observação Eleitoral (MOE) é observar, anotar e publicar o informe do que foi observado. O argumento da OEA é que dado o conjunto das observações, a equipe de auditores não poderia ignorá-las. Ou seja, caso a mesma equipe entendesse que as observações não são tão relevantes, a MOE iria ignorá-las? A

⁴⁹ No original: “A nivel de las atas, a partir de la alteración de las mismas y la falsificación de las firmas de los jurados de mesas. A nivel del procesamiento de los resultados, a partir del redireccionamiento del flujo de datos a dos servidores ocultos y no controlados por personal del TSE, haciendo posible la manipulación de datos y la suplantación de atas. A ello se suman irregularidades graves, tales como la falta de resguardo de las atas y la pérdida de material sensible” (OEA, 2019, p. 10).

⁵⁰ No original: “[...] destruyendo toda confianza en el proceso electoral” (OEA, 2019, p. 10).

⁵¹ No original: “[...] los hallazgos son contundentes. El equipo auditor no puede ignorar el conjunto de manipulaciones e irregularidades observadas a través del trabajo en terreno y del análisis de las más de 200 denuncias y comunicaciones con información que se recibieron. Hacerlo sería un acto de suma irresponsabilidad y supondría incumplir el mandato asumido al momento en que se aceptó realizar la auditoría” (OEA, 2019, p.10).

apresentação dos dados seria feita de outra forma? Não é evidente a lógica do organismo em mais este ponto.

Assim é encerrada a seção de Conclusões:

A margem de vitória em primeiro turno é mínima se comparada ao volume de manipulações e alterações detectadas. À continuação, apresenta-se a evidência incontestável de um processo eleitoral minado de graves irregularidades, e da atuação de um tribunal que atentou contra a transparência e a integridade das eleições. É sobre a base desta evidência que se reitera a impossibilidade de validar os resultados da eleição de outubro. (OEA, 2019, p. 10-11, tradução nossa).⁵²

O fechamento da conclusão afirma que a margem da vitória de Morales para garantir o resultado favorável em primeiro turno é mínima se comparada com o volume de manipulações e alterações detectadas. Mais uma vez, não há indicação das bases para esta comparação. Pelo argumento apresentado, a OEA estaria impossibilitada de validar os resultados das eleições. Não há indicação, neste ponto, dos próximos passos. O entendimento é de que o processo foi nulo.

Após uma apresentação mais detalhada dos pontos anteriormente mencionados, o informe menciona que desde os 15% finais da contagem de votos, o candidato do MAS começa a ampliar sua vantagem e que analistas atribuem este aumento expressivo da vantagem por se tratar da contabilização de votos de áreas rurais, em que Morales detinha ampla maioria. A OEA apresenta como contraponto a este argumento as pesquisas pré-eleitorais por região, e também a distribuição dos votos por região com o recorte em 95% do cômputo realizado, nos quais mesmo detendo maioria, a margem é maior nos 5% finais dos votos contabilizados, e assim conclui o informe:

Em conclusão, nossa análise de dados das Eleições de 2019 da Bolívia deixa claro que a vitória em primeiro turno de Evo Morales foi estatisticamente improvável, e que sua proclamação se deu por um aumento massivo e inexplicável dos votos do MAS nos 5% finais da contagem. Sem esse aumento, mesmo que o MAS tivesse conseguido a maioria dos votos, não teria obtido a diferença de 10% necessária para evitar o segundo turno. Este incremento se deu a partir de rupturas marcadas nas linhas de tendência de votação do oficialismo e da CC, a nível nacional e departamental. O tamanho das rupturas é extremamente inusual e coloca em dúvida a credibilidade do

⁵² No original: “*El margen de victoria en primera vuelta es mínimo si se lo compara con el volumen de las manipulaciones y alteraciones detectadas. A continuación, se presenta la evidencia incontrastable de un proceso electoral minado de graves irregularidades, y del accionar de un tribunal que atentó contra la transparencia e integridad de los comicios. Es sobre la base de esta evidencia que se reitera la imposibilidad de validar los resultados de la elección de octubre*” (OEA, 2019, p. 10-11).

processo. (OEA, 2019, p,94, tradução nossa).⁵³

Mais uma vez, o organismo destaca que possui dúvidas sobre o resultado, o que difere amplamente de afirmar que houve fraude.

Na sequência, como prelúdio das nossas considerações finais, tentaremos elencar alguns dos motivos e os métodos utilizados para intervir no país andino, ao responder por que e como tal ação ocorreu.

3.6 Alguns dos porquês da intervenção e as táticas utilizadas em 2019 na Bolívia

A deposição de Morales se insere em um contexto maior de permanente disputa pela hegemonia, na qual os EUA, enquanto império em decadência, adota táticas mais agressivas para a garantia dos seus interesses e, por conseguinte, para manutenção de sua hegemonia na região latino-americana. Práticas, conhecimentos, saberes e políticas que questionem ou que façam contraponto ao defendido pelos EUA são compreendidos como ameaça à sua hegemonia e se transformam em questões de segurança nacional.

Do lado político, quando analisamos a Constituição boliviana de 2009 – enquanto *episteme* que transborda para a política formal e sua prática – percebemos que sua base distingue do padrão de democracia disseminado pelo *hegemon* ao propor uma superação do constitucionalismo clássico. A Constituição da Bolívia estabelece um Estado Plurinacional, ressignifica a soberania popular enquanto fonte de legitimação das instituições e do Estado e cria novas relações e formas de poder entre as comunidades políticas (Silva Júnior, 2014).

Do lado econômico, a Bolívia concentra grandes reservas de petróleo e gás, além da maior reserva de lítio do mundo. Ademais da importância do acesso a tais recursos, a ponto de os EUA os enquadrarem como questão de segurança nacional, a gestão das reservas pelo Estado boliviano representa um desafio adicional aos EUA.

⁵³ No original: “*En conclusión, nuestro análisis de los datos de las Elecciones de Bolivia 2019 deja en claro que la victoria en primera vuelta de Evo Morales fue estadísticamente improbable, y que su proclamación se dio por un aumento masivo e inexplicable de los votos del MAS en el 5% final del cómputo. Sin ese aumento, aunque el MAS habría conseguido la mayoría de los votos, no habría obtenido la diferencia del 10% necesario para evitar la segunda vuelta. Este incremento se dio a partir de quiebres marcados en las líneas de tendencia de votación del oficialismo y de CC, a nivel nacional y departamental. El tamaño de las rupturas es extremadamente inusual y coloca en duda la credibilidad del proceso*” (OEA, 2019, p. 94).

O país andino estatizou gestão, controle, exploração e distribuição dos lucros por meio da obrigatoriedade de participação majoritária da YLB.

Somados, os elementos mencionados acabam por fazer frente à visão e concepção de mundo dos EUA, desafiando suas formas de pensar e agir, e, assim, fazendo frente à sua hegemonia, conforme nos apresenta Gramsci (2017). Se tomarmos como base os cinco grandes monopólios de Samir Amin que se vinculam à ascensão e declínio de um *hegemon*, os hidrocarbonetos e o lítio tocam diretamente no monopólio da tecnologia e do acesso aos recursos naturais. As inovações da Constituição, incluindo a gestão dos recursos, afetam o monopólio do controle sobre o sistema financeiro global, ao promover choques na hierarquia das balanças comerciais globais. Pela Constituição boliviana, os EUA não podem instalar bases militares na Bolívia, conforme tática adotada com outros países da região (Ceceña, 2014). Por fim, a autonomia e reconhecimento de diferentes *pueblos*, com seus usos, costumes, e linguagem, incorporadas como oficiais, possibilitam que vozes locais até então silenciadas e sufocadas por grandes agências de notícias e da infraestrutura de comunicação se expressem com mais força e legitimidade, desafiando o monopólio das comunicações, informação e mídia. É este cenário que atrai novamente a atenção dos EUA, após a primeira tentativa frustrada de deposição de Morales em 2008.

Ao observarmos as eleições presidenciais bolivianas em 2019, o caráter indireto das intervenções no século XXI – sem a necessidade de emprego direto das FA em territórios forâneos –, expressa-se nas várias táticas que destacamos em seção anterior deste trabalho.

O primeiro elemento que podemos identificar é a Guerra Híbrida, enquanto junção entre Revoluções Coloridas e Guerras não Convencionais (Korybko, 2018). Um componente relevante da deposição de Morales foram os protestos nas ruas de La Paz, com ampla divulgação nos meios de comunicação locais e internacionais, contribuindo para disseminar a ideia de que houve fraude eleitoral, inflamando as ruas e setores políticos. Uma vez modificadas percepções e vontades de grupos sociais, as manifestações foram usadas para atacar vulnerabilidades do país, promovendo uma crise de abastecimento e saques com vistas a desestabilizar Morales, tática utilizada em Guerras não Convencionais. Concluindo o ciclo da Guerra Híbrida, forças não oficiais atacaram membros do governo e suas famílias, forçando as renúncias dos principais apoiadores de Morales e dos presidentes das duas casas legislativas, seguidas por seus exílios. Essa tática culmina no pronunciamento do comandante das

FA da Bolívia, Williams Kaliman, que em entrevista aos principais meios de comunicação, sugere ao presidente eleito que renuncie, coagindo-o a deixar o posto e exilar-se para garantir sua segurança.

Os protestos também escancaram uma guerra cultural (Bastos; Stédile; Bôas, 2018; Löwy, 2006), na qual os meios de comunicação aparecem novamente como vetores de disseminação de valores, para criar consensos a favor de projetos autoritários e excludentes. O líder opositor, Luís Fernando Camacho (MNR), esforçou-se em criar a imagem do MAS como um inimigo e uma ameaça à população branca e cristã boliviana. Líderes de organizações católicas foram um instrumento de comunicação relevante na disseminação de ideologias conservadoras e reacionárias frente ao MAS, apresentado como um inimigo do povo boliviano, para legitimar uma mudança de regime em vista da suposta fraude eleitoral e do suposto desrespeito à Constituição (Ramírez, 2014).

A transformação do cenário a favor de interesses hegemônicos e contra o governo de Morales envolve a identificação de um momento oportuno, de efervescência nas ruas e perseguição a líderes políticos do MAS. Conforme o enfoque deste trabalho, apresentamos na atuação da OEA elementos de Guerra Jurídica, em que um organismo internacional com forte presença e influência dos EUA define quais são as regras do jogo, os indicadores, e os observadores que determinarão se tais regras foram seguidas ou não para dar curso a uma troca de governante. Ao utilizar justificativas técnico-jurídicas eleitorais, a OEA divulga seu relatório preliminar sugerindo a realização de um segundo turno ou novas eleições. Este relatório teve forte ressonância nos meios de comunicação, inflamou as ruas, catalisou o processo de deposição de Morales, serviu de referência para que o comandante das FA sugerisse ao presidente reeleito que renunciasse ao cargo, e deu o tom para o posicionamento de lideranças internacionais no caso. Tal ação ocorre em defesa de interesses do mercado, de naturalização de sociedades assimétricas e de impedimento de lideranças exercerem o poder que lhes foi concedido pelo voto.

Conforme apresentamos, os EUA se auto atribuíram a função de juiz a nível mundial, e na impossibilidade de julgarem litígios em outros países, fazem-no, neste caso, através da OEA, enquanto organismo internacional regional que remete a um conjunto de instituições, normas e diretrizes estabelecidas ao final da II GM. Não houve, no caso boliviano, atuações do Mercado Comum do Sul (Mercosul) ou da

Unasul que estabelecessem um contraponto ao prescrito pela OEA, evidenciando o movimento de autoerosão da região.

A Mudança de Regime envolve também a representação da Bolívia como um país que falhou em suas regras democráticas, desrespeitando o Estado de direito, provocando manifestações, crise econômica e desabastecimento. Neste contexto, sob a égide da responsabilidade de proteger, faz-se necessária uma mudança de regime, neste caso, que imponha mais limites às candidaturas e que regule melhor o processo eleitoral. Para corroborar com a ideia do Estado mal administrado, a Guerra Econômica desestabiliza o país. No caso da Bolívia, a crise de abastecimento passa a trazer prejuízos à moeda local, o que prejudica os índices de risco do país. Por sua vez, a saída de Morales representa uma tentativa de realinhamento do Estado boliviano aos interesses e posicionamentos hegemônicos.

O xeque-mate do imperialismo é executado com o novo e velho uso da força e da intervenção militar, materializada na declaração do comandante das FA, Williams Kaliman, sugerindo ao presidente reeleito, Evo Morales, que renuncie. A atuação das FA locais aponta que as intervenções não são completamente externas, mas ocorrem a partir de alianças locais. Aponta também a irregularidade da guerra, não mais regida por normas militares e exércitos identificados, fazendo uso de forças paramilitares para a execução de tarefas que atores externos e locais não desejam estar vinculados. Sem presidente, instaura-se o caos no país, no qual Jeanine Añez (MDS) se autoproclama presidenta na tentativa de administrá-lo e estabelecer um novo rumo alinhado aos interesses hegemônicos dos EUA.

Realizadas novas eleições, o engajamento de elites nacionais com forças externas foi mantido. Uma matéria de junho de 2021 do *The Intercept* revelou que Luis Fernando López, militar então ministro da Defesa, planejou o uso de mercenários estrangeiros para impedir a posse de Luiz Arce (MAS), em 2020 (Blair; Grim, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de avaliar se, porque, de que forma, e através de quais atores a prática imperialista, no contexto de disputas hegemônicas, segue vigente no século XXI, bem como apresentar algumas de suas táticas. Como exemplo concreto, apontamos a intervenção nas eleições presidenciais da Bolívia em 2019, evidenciando a aplicação das práticas elencadas. Distante ainda de constituir uma análise idiográfica acabada, cremos que os principais atores, táticas e motivações foram elencados, possibilitando estudos mais profundos sobre o tema.

O imperialismo se manifesta como fase superior do capitalismo (Lenin, 1917) e se expande em uma nova concepção de território, não apenas físico, mas dos espaços políticos, econômicos, militares, do modo de entender o mundo, em que há interesse em manter uma ontologia do centro. A filosofia colonial se caracteriza não apenas por sua localização na AL, África e Ásia, mas por um espírito de imitação da filosofia do centro (Dussel, 1977).

Sim, movimentos pós-coloniais e decoloniais emergem para libertar o pensamento (Fanon *apud* Instituto Tricontinental, 2020), em direção à diversidade epistêmica (Grosfoguel, 2020). No entanto, em nome da manutenção da hegemonia, o leque de táticas é amplo: Guerras Híbridas como somatória de Revoluções Coloridas e Guerras não Convencionais (Korybko 2018), Guerras Jurídicas (Albujas, 2020), Culturais (Bastos; Stédile; Bôas, 2018; Löwy, 2006), Mudanças de Regime (Ramírez, 2014), intervenções de organismos internacionais (Tokatlian, 2020) e, em última instância, o uso da violência (Rementería, 2000). Apesar do enfoque deste trabalho na intervenção por organismos internacionais, neste caso, um organismo regional, a OEA, buscamos também apontar como cada uma dessas táticas foram utilizadas no caso da deposição de Evo Morales após as eleições de 2019.

O exemplo da Bolívia deixa claro que além das diferentes justificativas adotadas pela grande estratégia, também são diversas as táticas utilizadas nas regiões denominadas como *brecha*. O modo de operação inclui o uso da força – que se generalizou no país –, a articulação com classes e quadros administrativos locais – que abrem caminhos para o capital global –, e o respaldo de forças policiais e das FA para a consecução de um golpe.

O exemplo estudado também evidencia a necessidade do sistema por guerras e crises para ordenar, estabilizar e manter sua estrutura hierárquica. Retomamos, que

a história do capitalismo é constituída por uma imensidão de guerras: de classe, raça, sexo, subjetividades e de civilização, visto que o processo de acumulação depende da promoção de guerras civis infinitas. Tal intervenção ocorre não pela vocação democrática do capital, mas por temer que o país fuja de seu controle (Alliez; Lazzarato, 2021), no qual para além de manter sob supervisão, é necessário intervir oportunamente (Ceceña, 2014; Penido; Stédile, 2021).

Apesar disso, concluímos destacando a resiliência do projeto político de soberania popular criado pela Constituição da Bolívia de 2009, tendo em vista o resultado das eleições de 2020 com a vitória de Luis Arce, do MAS, com 5% a mais de votos do que havia obtido Morales no ano anterior. Mesmo com o afastamento do poder, perseguição de suas lideranças e apoiadores durante a gestão de Jeanine Añez (MDS) – que usou da máquina estatal durante um ano para as eleições seguintes –, o projeto do MAS saiu vitorioso. Para nós, este é mais um indicativo que a acusação de fraude é tendenciosa, e de que o pleito teria sido legítimo.

Tal Constituição representou um rompimento com a dependência epistêmica e o mimetismo das Cartas Magnas estadunidense e europeias, trazendo a ideia de movimento, da pluriversidade de povos, da plurinacionalidade, da diversidade de idiomas e linguagens, autonomia das regiões, redistribuição de terras, desenvolvimento equitativo, restauração de uma relação pacífica entre civis e militares, e, talvez o elemento que mais tenha influenciado os anseios externos de intervenção, a nacionalização das explorações de petróleo, gás e lítio, assim como a proibição de bases militares forâneas em todo o país, contrariando a estratégia de segurança e defesa dos EUA de instalar bases pela AL. Somadas, tais ações fazem frente ao ideal estadunidense do viver melhor, em prol do projeto do *Vivir Bien*, e aumentam o receio de o país fugir do controle do capital, distante de constituir uma preocupação com a democracia.

A presença da OEA e as ausências de Mercosul e Unasul reforçam o caráter intervencionista da deposição de Morales, sendo a Bolívia a área de risco ingovernável, na qual a insubordinação frente à visão de mundo dos EUA fazem do país uma área que deve ser mantida sob supervisão e eventuais intervenções.

É importante recordar que a hegemonia está também no campo epistemológico. Concepções coloniais do pensar, não apenas geograficamente localizadas, possuem um espírito de repetir aquilo que é proferido no centro. Contra esta ontologia do centro surge uma filosofia da libertação na periferia, que busca

formular uma ontologia distinta da concepção dominante, em uma luta para desbancar o pensamento tradicional lógico-cientificista, através da valorização dos saberes dos povos oprimidos (Dussel, 1977).

Nesta filosofia, a exigência feita por Fanon é simples e potente: ir além da ordem ontológica da opressão e se comprometer com uma práxis insurgente e democrática. A sociedade colonial impõe uma rede de mentiras e desprezo pelo ser humano, criando uma lógica maniqueísta do que é bom, bonito, verdadeiro e próspero (branco) contra aquilo que é mau, feio, falso e empobrecido (indígena e negro). Esta lógica está presente na divisão do mundo colonial em zonas destinadas a diferentes pessoas, modos de produção e vida, e faz com que o colonizado conceba seus próprios maniqueísmos com base nela. A descolonização exige o fim desta lógica para formar uma corrente de iluminação; pensar ao máximo, tanto quanto possível (Fanon *apud* Instituto Tricontinental, 2020). Não podemos pensar em anti-imperialismo sem diversidade epistêmica, em defesa da pluriversidade e da vida (Grosfoguel, 2020).

Esperamos ter dado os primeiros passos ao chamado de Fanon por um pensamento insurgente e rumo a uma prática livre do colonialismo (Fanon *apud* Instituto Tricontinental, 2020). Velhas questões permanecem, sobre as quais nos debruçaremos; e, o fim da história segue distante (Ayerbe, 1997).

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. **A democracia na América Latina como construção histórica.** Gramsci e o Brasil, 2015. Disponível em:

<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1852>. Acesso em: 29 ago. 2021.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MORATORI, Mainá Domingues. Operações de paz e políticas públicas: o caso do Haiti. In: V Seminário nacional Estado e políticas públicas. **Anais...** Cascavel/PR, Brasil. 2011. 15 p.

ALBUJAS, José Gregório Wagner. El lawfare y su inserción en América Latina. **Nullius**, Portoviejo, Equador, v.1, n.2, p. 2-31, 2020.

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital.** Tradução de Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu Editora, 2021. 432 p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. IN: SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas:** da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. Cap.8, p. 253-316.

AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização.** Tradução de Ivo Stormiolo. Aparecida, São Paulo: Ideias e letras, 2006. 320 p.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX:** dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996, 393 p.

ASAMBLEA CONSTITUYENTE. Bolivia. **Reglamento General de la Asamblea Constituyente.** 2006. Norma la organización y funcionamiento de la Asamblea Constituyente. Sucre, Bolivia, 2006. 37 p. Disponível em: <https://constitutionnet.org/sites/default/files/Bolivia%20CA%20Rules%20Spanish.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

AYERBE, Luis Fernando. A política externa dos Estados Unidos e a trajetória do desenvolvimento cubano. **Revista Perspectivas**, São Paulo, SP, p. 197-221, 1997/1998.

BARCELÓ SEVERGNINI, Nastasia Valentina. **Democracia e integración en América del Sur:** la acción de UNASUR en las crisis político-institucionales de Bolivia (2008) y Ecuador (2010). Orientadora: Marina Vitelli. Coorientadora: Suzeley Kalil. 2017. 78 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/ UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2017.

BASTOS, Manoel Dourado; STÉDILE, Miguel Enrique; BÔAS, Rafael Litvin Villas. Indústria Cultural, a antessala do fascismo brasileiro. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, n.16, p. 59-81, 2018.

BIGATÃO, Juliana de Paula. Nações Unidas na Manutenção da paz e resolução de conflitos armados intraestatais na década de 1990. In: MEI, Eduardo (Org.); SAINT-PIERRE, Hector Luis. (Org.). **Paz e Guerra. Defesa e Segurança entre as Nações**. São Paulo: Unesp, 2013. p. 155-187.

BLACK, Richard. Trecho da entrevista publicada no portal Sputnik. **SPUTNIK: Mundo. Internacional**. 09 dez. 2019. Disponível em: <https://sputniknews.lat/20191209/senador-de-eeuu-incautacion-de-yacimientos-petroleros-en-siria-es-pirateria-1089581792.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BOLÍVIA e OEA entram em acordo para realização de auditoria das eleições presidenciais. **Brasil 247**. Mundo, 30 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/bolivia-e-oea-entram-em-acordo-para-realizacao-de-auditoria-das-eleicoes-presidenciais>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BORÓN, Atilio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2012, 289 p.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politeia. 2019. 256 p.

BROWN, Wendy. **Ruins and renewal: an interview with Wendy Brown**. [mar. 2020]. Entrevistadores: Danielle Charette e Jacob Hamburguer. Paris: Tocqueville 21, 24 de março de 2020. Disponível em: <https://tocqueville21.com/focus/ruins-and-renewal-an-interview-with-wendy-brown/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração latino-americana. In: VIANA, André; BARROS, Pedro; CALIXTRE, André. **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 197-246.

BUGIATO, Caio; BERRINGER Tatiana. Cooperação e conflito imperialistas: um debate teórico secular. **Revista Estudos do Sul Global**. A atualidade do imperialismo e a luta de libertação dos povos. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, n. 1, mar.2021, p. 63-74.

CASTRO, Fabio Sousa Mendonça de; GUERRA, Sinclair Mallet Guy; LIMA FILHO, Paulo Alves de. Bolívia pré-golpe: notas de um estudo de campo. **Revista Fim do Mundo**, Marília, SP, n.1, p. 104-134. jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10188/6427>. Acesso em: 28 de junho de 2023.

CECEÑA, Ana Esther. La dominación de espectro completo sobre América. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, DF, v. 8, n. 2, p. 124-139, 2014.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **La desestabilización de Bolivia y la “Opción Kosovo”**. Global Research, 23 set. 2008. Disponível em: <https://www.globalresearch.ca/la-desestabilizaci-n-de-bolivia-y-la-opci-n-kosovo/10315?pdf=10315>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CORTE NACIONAL ELECTORAL. Bolivia. **Boletín Estadístico**. Unidad de Análisis e Investigación. 2006. La Paz, Bolivia. 2006. 8 p. Disponível em: https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/17269/boletin_estadistico_3_2006.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 30 jun. 2023.

CRABTREE, John; CHAPLIN, Ann. **Bolivia: proceso de cambio**. La Paz: OXFAM; CEDLA; Fundación PIEB, 2013. 206 p.

CURCIO, Pasqualina. **Impacto de la guerra económica contra el pueblo de Venezuela**. Opinião, mar. 2019. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/c68724_a4ab80a8ad8441b4a808ae0d4e793097.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

DEL ROIO, Marcos. Breve nota sobre a teoria do imperialismo. **Novos Rumos**. Marília, SP, n.47, ano 22. 2007.

DOMINGUES NETO, Manuel. Sobre o patriotismo castrense. **Perseu: História, Memória e Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n.18, ano 13, p. 14-36. 2019.

DÖPCKE, Wolfgang Adolf Karl. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). IN: SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. Cap.3, p. 77-130.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la liberación**. Buenos Aires, editora Nueva América, 1977. (Introdução).

ESTUDO diz que análise da OEA sobre fraude em eleições da Bolívia estava incorreta. **G1**. Mundo. 08 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/08/estudo-diz-que-analise-da-oea-sobre-fraude-em-eleicoes-da-bolivia-estava-incorreta.ghtml>. Acesso em: 13 jul. 2021.

FIORI, José Luís. A síndrome de Babel e a nova doutrina de segurança dos Estados Unidos. **Revista Tempo Do Mundo**, Brasília, DF, v.4, n.2, p. 47-56, 2018.

GALLEGO, Esther (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 179 p.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. La cuestión colonial. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. 03 fev. 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/441>. Acesso em: 22 abr. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2017. v. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. 428 p.

GREENWALD, Glenn. **Mídia americana finalmente admite que era falho relatório da OEA que ajudou a espalhar e levou a golpe na Bolívia.** The Intercept Brasil. 9 jun. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/09/midia-americana-oea-eleicao-bolivia>. Acesso em: 14 jul. 2021.

GROSFUGUEL, Ramón. Ocho tesis acerca del imperialismo estadounidense y las luchas anti-imperialistas em el siglo XXI. **El Salto**, Blog, 26 ago. 2020. Pensar Jondo. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/pensar-jondo-descolonizando-andalucia/ocho-tesis-acerca-del-imperialismo-estadounidense-y-las-luchas-anti-imperialistas-en-el-siglo-xxi>. Acesso em: 19 set. 2021.

HALL, Stuart. Quando foi o Pós-Colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais** (Org. Liv Sovik). Tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy Claudia Alvares Francisco Rudiger Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 101-128.

IMPROBABLE. In: **Diccionario de la lengua española de la Real Academia Española.** Dicionário online de español. Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <https://dle.rae.es/improbable>. Acesso em: 29 jun. 2023.

INSTITUTO TRICONTINENTAL. **Frantz Fanon: O brilho do metal.** Dossiê 26, mar. 2020.

KATZ, Claudio. América Latina en el capitalismo contemporáneo II. Geopolítica, dominación y resistencias. **Blog Lahaine – La página de Claudio Katz.** 07 mar. 2020. Disponível em: <https://katz.lahaine.org/b2-img/IIAMRICALATINAENELCAPITALISMOCONTEMPORNE.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Power, Interdependence and the Information Age. **Foreign Affairs.** New York. Council of Foreign Relations, v.77, n.5, sep.-oct. 1998, p. 81-94.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes.** São Paulo: Expressão Popular, 2018, 173 p.

LABORDE, Antonia. **Estudo do MIT não encontra evidência estatística de fraude nas eleições da Bolívia.** El País Brasil. Internacional. 28 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-28/estudo-do-mit-nao-encontra-evidencia-estadistica-de-fraude-nas-eleicoes-da-bolivia.html>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LAMBERT, Renaud. **Na Bolívia, um golpe fácil demais.** Le Monde Diplomatique Brasil. 3 dez. 2019. Edição 149. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/na-bolivia-um-golpe-facil-demais/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, (1917) 2012.

LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais I: o século XX – do declínio europeu à era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 222 p.

LÖWY, Michael. Marxismo y religión: ¿opio del pueblo? In: **La teoría marxista hoy**. Problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 281-296.

MALAMUD, Carlos. La Cumbre de Unasur en Santiago de Chile y el conflicto en Bolivia. **Revista Análisis del Real Instituto Elcano (ARI)**. Real Instituto Elcano, Madrid. n.121, 10 set. 2008. 9 p.

MARIUTTI, Eduardo Barros. A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências. In: VIEIRA, Pedro Antônio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (org.) **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 29-76.

MARQUES, Rafaela. Entenda o golpe que depôs Evo Morales na Bolívia. **Congresso em Foco**. 12 nov. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/entenda-o-golpe-que-depos-evo-morales-na-bolivia/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de sobre el gobierno privado indirecto**. Tradução ao espanhol de Elisabeth Falomir Archambault. España: Editorial Melusina, 2011. 120 p.

MERCATANTE, Esteban. O imperialismo hoje: em direção a um “caos sistêmico”? **Esquerda Diário**. 27 set. 2020. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/O-imperialismo-hoje-em-direcao-a-um-caos-sistemico>. Acesso em: 05 maio 2023.

MERCATANTE, Esteban. O imperialismo em tempos de desordem mundial. **Esquerda Diário**. 02 maio 2021. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-imperialismo-em-tempos-de-desordem-mundial>. Acesso em 05 maio 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira In: GALLEGO, Esther (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 14-27.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 216 p.

MISSÃO da OEA diz que 2º turno é melhor opção na Bolívia; Mesa pede protestos permanentes. **G1**. Mundo. 23 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/23/missao-da-oea-diz-que-2o-turno-e-melhor-opcao-na-bolivia-mesa-pede-protestos-permanentes.ghtml>. Acesso em: 06 ago. 2023.

MOLINA, Fernando. **Apuração oficial na Bolívia confirma vitória de Luis Arce com 55,1% dos votos**. El País Brasil. Internacional. 23 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/apuracao-oficial-na-bolivia-confirma-vitoria-de-luis-arce-com-551-dos-votos.html>. Acesso em: 16 jul. 2021.

MOLINA, Fernando. **Evo Morales e a OEA acordam auditoria que pode alterar resultado da eleição**. El País Brasil. Internacional. 30 out. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/30/internacional/1572457679_024008.html. Acesso em: 30 jul. 2023.

MOREIRA, Anderson Barreto. Imperialismo e anti-imperialismo: questões intangenciáveis. **Revista Estudos do Sul Global**. A atualidade do imperialismo e a luta de libertação dos povos. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, n.1, mar. 2021. p. 16-27.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Análisis de Integridad Electoral: Informe Final**. dez. 2019. 95 p. Disponível em: [https://www.oas.org/es/sap/deco/Informe-Bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Análisis%20de%20Integridad%20Electoral%20Bolivia%202019%20\(OSG\).pdf](https://www.oas.org/es/sap/deco/Informe-Bolivia-2019/0.1%20Informe%20Final%20-%20Análisis%20de%20Integridad%20Electoral%20Bolivia%202019%20(OSG).pdf). Acesso em: 30 maio 2023.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Informe Preliminar de la Misión de Observación Electoral en Bolivia**. 23 out. 2019. 5 p. Disponível em: <https://www.oas.org/eomdatabase/GetFileA.aspx?id=418-1208-36-0>. Acesso em: 13 maio 2023.

OPOSIÇÃO boliviana acusa Tribunal Constitucional de dar golpe na democracia **UOL**. Internacional. 28 nov. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/11/28/oposicao-boliviana-acusa-tribunal-constitucional-de-dar-golpe-na-democracia.htm>. Acesso em: 30 jul. 2023.

OPOSIÇÃO critica decisão que permite Evo Morales disputar nova eleição. **G1**. Mundo. 30 abr. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/oposicao-boliviana-critica-decisao-que-permite-evo-morales-disputar-nova-eleicao.html>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PENIDO, Ana. STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021. 166 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. **Uma Bolívia Profunda Para Além das Eleições**. Teia dos Povos. 25 out. 2020. Disponível em: <https://teiadospovos.org/uma-bolivia-profunda-para-alem-das-eleicoes/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PROBABLE. In: **Diccionario de la lengua española de la Real Academia Española**. Dicionário online de español. Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <https://dle.rae.es/probable>. Acesso em: 29 jun. 2023.

RAMÍREZ, Carrillo. El cambio de régimen: una variante intervencionista. **Revista de Estudios Estratégicos**. La Habana: Centro de Investigaciones de Política Internacional, n.2, jul.-dez. 2014.

REMENTERÍA, Iban. La guerra de las drogas y los cultivos ilícitos. In: **Seminario Internacional**, 2000, Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2000. 18 p. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/remen.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O conceito de Guerra Híbrida e as ações políticas veladas. **Diálogos Internacionais**. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID), v.6, n..65, out. 2019. Disponível em: <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=1637>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ROMANO, Silvina. Lawfare y neoliberalismo en América Latina: una aproximación. **Revista Sudamericana**, n.13, diciembre 2020, p. 14-40.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. 149 p.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). *Détente*, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979). IN: SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. Caps.6 e 7, p. 197-252.

SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel da. **A constituição do estado plurinacional da Bolívia como um instrumento de hegemonia de um projeto popular na América Latina**. Orientadora: Alejandra Leonor Pascual. 2014. 345 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. Tradução de Ramon Casas Vilarino. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n.24, 1º sem. 2010. p. 115-131.

THE WHITE HOUSE, The United States of America. **National security strategy**. Washington, May, 2010. 60 p. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2010.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

THE WHITE HOUSE. The United States of America. **National security strategy**. Washington, Dec. 2017. 608 p. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2017.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. El descalabro del sistema interamericano. **Nueva Sociedad**, set. 2020. Opinión. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/bid-sistema-interamericano-trump/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

TRIBUNAL Constitucional aprova candidatura de Evo Morales a 3º mandato. **TERRA**. América Latina. 29 abr. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/tribunal-constitucional-aprova-candidatura-de-evo-morales-a-3-mandato,27012ccbd315e310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso em: 30 jul. 2023.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). United States, Virginia, Reston. 2007. **Facing tomorrow's challenges**: U.S. Geological Survey science in the decade 2007–2017. Virginia, Reston, 2007. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/circ/2007/1309/pdf/C1309.pdf>. Acesso em: 11 out. 2022.

VOLLENWEIDER, Camila; ROMANO, Silvina. Lawfare: la judicialización de la política en América Latina. **Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica (CELAG)**, 2017. Disponível em: <https://www.celag.org/wp-content/uploads/2017/03/LawfareT.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber. In: VIEIRA, Pedro Antônio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin (org.) **O Brasil e o capitalismo histórico**: passado e presente na análise dos sistemas-mundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 17-28.

WEISBROT, Mark; SANDOVAL, Luis. **The distribution of Bolivia's most important natural resources and the autonomy conflicts**. MRonline, 04 ago. 2008. Disponível em: <https://mronline.org/2008/08/04/the-distribution-of-bolivias-most-important-natural-resources-and-the-autonomy-conflicts/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

WEISS, Sandra. **Bolivianos vão às urnas sob a sombra da instabilidade**. Deutsche Welle. América Latina. 17 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolivianos-v%C3%A3o-%C3%A0s-urnas-sob-a-sombra-da-instabilidade/a-55310582>. Acesso em: 14 jul. 2021.

WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. **Review of International Studies**, n.19, 1993, p. 321-347. 1993.

ZABOLOTSKY, Boris Perius. Uma nova arquitetura de segurança regional? O papel da UNASUL na resolução da crise da Meia Lua na Bolívia em 2008. **Conjuntura Global**. 2017

ZUAZO, Moira. **¿Cómo nació el MAS?** La ruralización de la política en Bolivia. La Paz. Editora: Friedrich Ebert Stiftung, 2008. 317 p.